



Relatório Final do Contrato de Gestão

MCTIC | CGEE

Dezembro

2017

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC

Relatório Final do Contrato de Gestão 2017



Brasília, DF
2017

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)

Presidente (até 31/08/2017)

Mariano Francisco Laplane

Diretor Executivo (no exercício da Presidência a partir de 01/09/2017)

Marcio de Miranda Santos

Diretores

Antonio Carlos Filgueira Galvão

Gerson Gomes

Gestor Administrativo

Edmundo Antonio Taveira Pereira

Composição do Conselho de Administração em 2017

Membros Natos

ABC

Evando Mirra de Paula e Silva (a partir de 01/08/2017) - Presidente do Conselho

Eduardo Moacyr Krieger (até 27/07/2017)

Glaucius Oliva (a partir de 01/08/2017)

CNA

Alysson Paolinelli

MEC

Abílio Afonso Baeta Neves

Paulo Monteiro Vieira Braga Barone

Sebrae

Célio Cabral de Sousa Júnior

BNDES

Helena Tenório Veiga de Almeida

CNPq

Mário Neto Borges

Marcelo Marcos Morales

Finep

Marcos Cintra Cavalcante de Albuquerque

Victor Hugo Odorcyk

MDIC

Marcos Vinícius de Souza

CNI

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

MCTIC

Rogério César de Cerqueira Leite

Membros Eleitos

Representante dos Associados

Evando Mirra de Paula e Silva (até 27/07/2017)

Guilherme Ary Plonski (representante titular a partir de 27/07/2017)

Consecti

Francilene Procópio Garcia (até 04/08/2017)

Jean Carlos Vogel (a partir de 08/12/2017)

Foprop

Isac Almeida de Medeiros (até 04/08/2017)

Joviles Votório Trevisol (a partir de 23/02/2017)

Anprotec

Francisco Saboya Albuquerque Neto (até 23/06/2017)

Alexandre B. C. S. Jacobs (a partir de 27/07/2017)

Abipti

Júlio César Félix

Confap

José Antônio Bof Buffon

Dieese

Nelson de Chuery Karam

Anpei

Raimar Van Den Bylaardt (até 31/10/2017)

Humberto Luiz de Rodrigues Pereira (a partir de 08/12/2017)

Representante do Empresariado Nacional

José Fernando Perez (a partir de 27/07/2017)

Sumário

1 - Apresentação	4
1.1 - Relatos dos Projetos	6
1.1.1 - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES	6
1.1.1.1 - Subsídios Técnicos para a Estratégia Digital Brasileira	6
1.1.1.2 - Panorama Brasileiro em Manufatura Avançada	8
1.1.1.3 - Mapeamento de Competência em Temas Estratégicos em Bioeconomia	9
1.1.1.4 - Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)	10
1.1.1.5 - Análise da Evolução de Redes Temáticas Coordenadas pelo MCTIC	11
1.1.1.6 - Avaliação dos Impactos da Lei de Informática	12
1.1.1.7 - Avaliação do Impacto Fiscal da Lei do Bem	14
1.1.1.8 - Atividade - Recursos Humanos para CT&I	16
1.1.1.8.1 - Serviços de Informação de RH para CT&I	16
1.1.1.9 - Atividade - Indicadores de Inovação	18
1.1.1.9.1 - Indicadores de Inovação nas Empresas Brasileiras	19
1.1.2 - ARTICULAÇÃO	20
1.1.2.1 - Subsídios para a Criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional-CDR	20
1.1.2.2 - Mapa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil - Etapa II	22
1.1.2.3 - Mapa da Educação Superior no Brasil	24
1.1.2.4 - Atividade - Inserção do CGEE em agendas Internacionais	25
1.1.2.4.1 - Agenda Positiva: Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável	26
1.1.3 - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCT&I	29
1.1.3.1 - Apoio Técnico à Plataforma de Comunicação	29

Agricultura e Alimento

1.1.3.2 - Apoio Técnico à Consulta Pública sobre Telecomunicações	31
1.1.3.3 - Apoio Técnico ao CNPq na Utilização de Métodos e Ferramentas Modernas de Inteligência em CTI	32
1.1.3.4 - Apoio ao Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica das Unidades de Pesquisa do MCTI	33
1.1.3.5 - Atividade - Notas Técnicas	34
1.1.3.5.1 - Notas Técnicas	34
1.1.3.6 - Atividade - Reuniões de Especialistas	34
1.1.3.6.1 - Reuniões de Especialistas	35
1.1.3.7 - Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I	35
1.1.4 - DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM CT&I	36
1.1.4.1 - Atividade - Produção e disseminação de informação	36
1.1.4.1.1 - Serviço de Produção e Disseminação de Informação para o SNCTI	37
1.1.4.1.2 - Comunicação como Ferramenta de Gestão do Desempenho Institucional	40
1.1.5 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	43
1.1.5.1 - Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	43
1.1.5.1.1 - Observatório de Tecnologias Espaciais	44
1.1.5.2 - Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	47
1.1.5.2.1 - Exploração de Dados e Visualização de Informação	48
1.1.5.2.2 - Modelagem e Automação de Processos Finalísticos	50
1.2 - Quadro Síntese	53
1.3 - Demonstrativo síntese de metas e indicadores de desempenho	55
2 - Informações sobre a gestão da OS	57

2.1 - Orientações, Recomendações e Deliberações dos Órgãos de Controle - TCU e CGU	57
2.2 - Força de Trabalho	60
2.3 - Capacitação Profissional	67
2.4 - Atualização das Instalações e Equipamentos	70
2.5 - Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira	72
2.5.1 - Anexos	79
2.5.1.1 - Anexo I - Demonstrativo da evolução dos números do Contrato de Gestão	79
2.5.1.2 - Anexo II - Demonstrativo de Receitas e Despesas por Centros de Custo (Inversão Gerencial)	81
2.5.1.3 - Anexo III - Conjunto de Notas Técnicas relativas à Programação Orçamentária	85
2.6 - Balanço, demais demonstrações e Notas Explicativas	101
2.7 - Relatório dos Auditores Independentes	117
2.8 - Parecer do Conselho Fiscal	129
3 - Cumprimento das recomendações da CA	131

1. Apresentação

Mais um ano foi concluído na relação de fomento e parceria do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) com a União, aspectos que caracterizam a natureza do Contrato de Gestão firmado entre o CGEE e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Comunicações e Inovações (MCTIC), que conta ainda com a importante interveniência do Ministério da Educação (MEC).

Esse Relatório demonstra, de forma inequívoca, que os investimentos feitos no Centro resultam em importantes insumos para a atuação de atores relevantes dos ambientes de ciência, tecnologia e inovação nacional e internacional. No contexto mais amplo da atuação do CGEE, destaca-se o sensível progresso feito pelo Centro em modelar e implantar processos de inteligência em CTI, em grande medida automatizados e capazes de conferir maior eficiência às atividades de avaliação estratégica e de identificação de sinais emergentes e tendências em ciência e tecnologia, com impacto potencial na capacidade das empresas em inovar.

Atividades em curso, em colaboração com instituições chave desses ambientes, tais como o CNPq, a RNP, a Finep, a Embrapa, a Capes e o Exército Brasileiro são ilustrativas dos ganhos em eficiência da capacidade analítica desenvolvida pelo CGEE. Mais importante, o Centro tem criado as condições necessárias para transferir parte substantiva dessa capacidade para estes e outros atores, seja no que se refere à modelagem conjunta de processos de inteligência, seja nas ações de treinamento e capacitação para o uso de ferramenta analítico sofisticado, capaz de lidar com imensos volumes de informação originários de milhares de fontes diversificadas de dados e informações, de acordo com interesses específicos identificados por instituições públicas e privadas do SNCTI.

No âmbito da execução de projetos temáticos constantes da agenda de trabalho de 2017, é com satisfação que destacamos a retomada da atuação do Centro mais próxima das necessidades do MCTIC e do MEC. Esse relatório resume os trabalhos de apoio aos planos nacionais de Manufatura Avançada e Bioeconomia, assim como os subsídios gerados para a Estratégia Digital Brasileira e aperfeiçoamentos da Lei do Bem. Na relação com o MEC, trabalhos em curso buscam fortalecer a atuação desse Ministério no que se refere ao Programa de Educação Tutorial (PET) e a produção dos mapas da Educação Profissional e Tecnológica e da Educação Superior, que cruzam informações de demanda e oferta de cursos e ocupações. Não menos importante, destacam-se as atividades de apoio à formulação de um programa nacional de Centros de desenvolvimento regional (CDR),

iniciativa inovadora que visa mobilizar as competências existentes no território, em particular nas universidades e centros tecnológicos, em apoio ao desenvolvimento regional. No que se refere aos projetos de Atividades, destacam-se os trabalhos de modelagem e automação de processos finalísticos e de internalização de boas práticas de gestão de projetos, neste caso com foco na definição e certificação ISO 9001 do ciclo de projetos típicos da atuação do CGEE, procedimentos que são gradativamente incorporados ao Sistema Integrado de acompanhamento das atividades do Centro. São aspectos importantes para a atuação do Centro, com nítidos reflexos na qualidade dos seus entregáveis e cumprimento de prazos contratuais. Os avanços feitos na capacidade do Centro em analisar os impactos da formação de Recursos Humanos são notáveis. O manejo integrado de fontes de dados do CNPq (Lattes) e da Capes (Sucupira), assim como aquelas disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho (RAIS) conferem ao CGEE uma capacitação única em avaliar, por exemplo, a empregabilidade dos egressos dos cursos de pós-graduação em escala nacional. Destaca-se, nesse contexto, a avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), realizado em parceria com o CNPq e que mostra a importância de investimentos na formação precoce de cientistas. Ainda no âmbito das Atividades, ressalta-se o trabalho do CGEE em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores no que se refere à participação brasileira na COP 23 da Convenção de Mudanças Climáticas realizada em Bonn, Alemanha, no início de novembro. Na oportunidade, o CGEE lançou o livro: *Second-generation sugarcane bioenergy & biochemicals: Advanced low-carbon fuels for transport and industry*, além de organizar o evento: *Bioeconomy for climate change mitigation*, como parte da programação oficial dessa Conferência. Para finalizar, esse Relatório contém um amplo conjunto de informações de natureza estratégica referentes ao Programa Espacial Brasileiro, com destaque para o mapeamento das tecnologias necessárias para a construção no Brasil de Cubesats, informações que têm permitido ao CGEE realizar negociações para transferir esse conhecimento para empresas nacionais a partir de entendimentos com o Exército Brasileiro e a Finep.

Nossa expectativa é que a leitura desse Relatório estimule a percepção de tomadores de decisão sobre a importância do Centro para o SNCTI, com foco nas questões de natureza estratégica para o desenvolvimento econômico e social do País.

Marcio de Miranda Santos
Presidente do CGEE

1.1. Relatos dos Projetos

Linha de Ação I - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES

Subsídios Técnicos para a Estratégia Digital Brasileira

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2018

As atividades conduzidas nesse projeto dão sequência ao apoio técnico dado pelo CGEE à Secretaria de Política de Informática (SEPIN/MCTIC) na construção da Estratégia Digital Brasileira iniciado no 12º Termo Aditivo por meio do projeto Avaliação da Lei de Informática. O presente projeto teve como principal objetivo gerar subsídios técnicos para a elaboração da versão final do documento Estratégia Brasileira para a Transformação Digital coordenado pela SEPIN e construído em sua versão preliminar com o apoio do Grupo de trabalho Interministerial instituído pela Casa Civil da Presidência da República. Para tanto, a versão preliminar deste documento deveria ser colocada em consulta pública, seus resultados tratados e analisados para serem passíveis de incorporação pelo MCTIC. A referida consulta foi concebida e planejada em estreita parceria com a equipe técnica da SEPIN de forma a que fossem definidos o seu foco temático e o conjunto de questões a serem respondidas. Optou-se pela ênfase nas ações estratégicas propostas no documento e nos principais gargalos e desafios a serem enfrentados pela Estratégia. O resultado final foi um conjunto de questões objetivas e discursivas organizadas em 9 eixos temáticos. A consulta foi executada pelo CGEE com uso da ferramenta Insight Survey e ficou aberta para contribuições durante 50 dias, com término em 20 de setembro. Além da divulgação nos canais oficiais do Governo e da cobertura dos meios de comunicação tradicionais, o convite para participação na consulta foi enviado para um conjunto de 640 atores selecionados ligados ao Grupo de Trabalho Interministerial, além de outros setores relevantes para o contexto da Estratégia. O questionário eletrônico foi acessado por cerca de mil pessoas, tendo recebido um total de 707 respostas (foram considerados respondentes todos aqueles que, após preencher o cadastro inicial, responderam a pelo menos uma das questões da consulta). O perfil dos respondentes foi descrito na sessão metodológica do relatório final juntamente com distribuição das respostas por eixo temático. As questões objetivas foram tratadas estatisticamente e seus resultados analisados pela equipe do CGEE. As questões discursivas foram tratadas e organizadas em redes de similaridade semântica, utilizando-se para tal a ferramenta InsightNet desenvolvida pelo CGEE. As redes geradas foram

analisadas e as principais contribuições, protegidas por sigilo e apresentadas de forma não identificada, constam do relatório final apresentado à SEPIN. Esse Relatório, entregue em formato reservado à SEPIN juntamente com a base de dados completa do conjunto das respostas e uma seleção de contribuições originais mais relevantes às questões discursivas. O relatório possui, além de toda a descrição metodológica e o perfil dos participantes, os resultados das questões objetivas, a análise das redes semânticas das questões discursivas, bem como uma análise geral de todos os resultados obtidos.

Listagem dos principais produtos:

1. Consulta Pública sobre a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital- EBTD; Relatório Final. Brasília; DF: CGEE. 2017.
2. Questionário da Consulta Pública.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Reunião de acompanhamento da Consulta Pública sobre a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital

Local: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Período: 03/07/2017 a 03/07/2017

Objetivo: Reunião de acompanhamento para montagem de questionário da Consulta Pública sobre a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital juntamente com o Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicações (SEPIN/MCTIC)

2. Reunião de validação do questionário da Consulta Pública Piloto sobre a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital

Local: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Período: 11/07/2017 a 11/07/2017

Objetivo: Reunião de validação do questionário da Consulta Pública Piloto sobre a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital juntamente com o Departamento de Políticas e Programas Setoriais em Tecnologia da Informação e Comunicações (SEPIN/MCTIC)

3. Análise dos dados da Consulta Pública sobre a EBTD

Local: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Período: 03/10/2017 a 03/10/2017

Objetivo: Apresentar as ferramentas utilizadas na análise dos dados da Consulta Pública sobre a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital para a a equipe do DTIC/SEPIN.

4. Validação do relatório da Consulta Pública sobre a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital

Local: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Período: 13/11/2017 a 13/11/2017

Objetivo: Apresentar e validar a versão final do relatório da Consulta Pública sobre a Estratégia Brasileira para a Transformação Digital Brasileira juntamente com a equipe do DTIC/MCTIC.

Panorama Brasileiro em Manufatura Avançada

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2018

A realização deste projeto teve origem em debates feitos entre a direção e as equipes técnicas do CGEE e da SETEC/MCTIC, as quais identificaram na Manufatura Avançada um dos tópicos prioritários para a atuação dessa Secretaria na promoção da inovação tecnológica da indústria brasileira. Após alinhamento com a equipe da SETEC, o objetivo deste projeto temático foi direcionado para a construção de um panorama sobre os impactos a serem sentidos na indústria brasileira a partir de processos de manufatura avançada e, assim, subsidiar a elaboração de estratégia e agenda brasileiras de aceleração na indústria. Mais especificamente, este projeto visa aprofundar o movimento mundial de digitalização, reorganização e reestruturação da indústria global e identificar critérios para a definição de setores estratégicos aptos à transição para a Indústria 4.0. Com o propósito de fornecer subsídios de inteligência tecnológica para a elaboração do Plano de CT&I para Manufatura Avançada no Brasil e utilizando-se de ferramentas automatizadas para a gestão de dados, informações e conhecimentos, o CGEE elaborou:

- i) mapeamento de recursos humanos especializados na área de Manufatura Avançada no Brasil;
- ii) elaboração de redes de coautoria e similaridade semântica compostas pelos especialistas identificados;
- iii) mapeamento de conteúdo noticioso e análise de frequência de termos selecionados nas fontes pesquisadas;
- e iv) mapeamento de publicações e análise da posição do Brasil frente a outros países.

Após a reunião de validação com a equipe da SETEC, o CGEE foi solicitado a identificar, preliminarmente, as tecnologias e segmentos tecnológicos estratégicos para a promoção da manufatura avançada no Brasil. Os trabalhos já realizados irão compor o produto final planejado para este projeto temático: Panorama preliminar sobre oportunidades e tendências para o País em manufatura avançada.

Adicionalmente, o Centro contribuiu para a realização da apresentação e debate do Plano de CT&I para Manufatura Avançada no Brasil e sua integração com o Plano de IOT. O

evento contou com a participação de representantes de diversas instituições renomadas, tais como: BNDES, CNI, ABIMAQ e Instituto Fraunhofer. Durante a reunião, foram apresentados os resultados das análises desenvolvidas pelo CGEE.

Listagem dos principais produtos:

1. Panorama preliminar sobre oportunidades e tendências para o País em manufatura avançada.

Mapeamento de Competência em Temas Estratégicos em Bioeconomia

Situação: Concluída

Data de conclusão: 30/06/2017

O objetivo deste projeto temático foi o de gerar subsídios técnicos para a elaboração do Plano de Ação em Ciência Tecnologia e Inovação em Bioeconomia (PACTI Bioeconomia), a ser conduzido pelo Ministério de Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações (MCTIC). Dada a amplitude do conceito de Bioeconomia, a SEPED convocou um Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para discutir o tema, que contou com a participação de representantes de universidades e instituições públicas de pesquisa (Unicamp, USP, CTBE, UnB, UFRJ e EMBRAPA) do setor privado (ABBI) e do governo federal (MCTIC, MAPA, MME e MDIC). O GTT recomendou ao MCTIC que o conceito de bioeconomia fosse adensado para fins de elaboração do Plano de Ação 2016 - 2022, razão pela qual optou-se por restringi-lo a apenas três subáreas: biomassa e tecnologias associadas, processamento de biomassas e bioprodutos. Atendendo a esse conceito, o CGEE, utilizando-se de ferramentas automatizadas para gestão da informação e do conhecimento desenvolvidas pelo Centro, realizou as seguintes atividades:

- 1) diagnóstico sobre a abrangência do tema Bioeconomia no Brasil e no mundo com vistas à identificação de estratégias em curso e de documentos de referência selecionados;
- 2) identificação da relação das diversas áreas da Bioeconomia com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS;
- 3) levantamento de iniciativas nacionais públicas ou privadas em Bioeconomia e identificação do potencial de associação e cooperação para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos;

- 4) listagem de áreas e oportunidades estratégicas para o desenvolvimento da Bioeconomia no Brasil; e
- 5) mapeamento de pesquisadores e grupos de pesquisa para a formação de potenciais parcerias, além da identificação das áreas estratégicas a serem incentivadas no Plano de Ação acima mencionado.

Listagem dos principais produtos:

1. Panorama da Bioeconomia no Brasil e Identificação das Áreas Estratégicas. Brasília ; DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. 2017, 128 p.

Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2018

Esse projeto envolve uma análise ampla do Programa de Educação Tutorial (PET), buscando avaliar o impacto da formação proporcionada na trajetória acadêmica e profissional dos estudantes e a contribuição do Programa na dinamização do ambiente acadêmico dos cursos e universidades aos quais os grupos estão vinculados. O PET foi criado em 1979 e passou a ser conduzido pela SESU/MEC a partir de 1999. Ele é destinado a estudantes de graduação das Instituições de Ensino Superior do País organizados em grupos tutorados por um docente. O trabalho desenvolvido nesses grupos é orientado pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O Programa experimentou um aumento expressivo no número de grupos apoiados, que passou de 295 em 2005 a 428 em 2009. Em 2010 foram contabilizados 779 grupos, número que atingiu 842 em 2016. O PET está implementado em todas as unidades da Federação e envolve dezenas de instituições de ensino e pesquisa, milhares de alunos, centenas de tutores e um grande volume de recursos financeiros. Em reuniões da equipe do CGEE com o MEC contando com a participação do secretário da SESU, Diretores da DIFES e da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior definiu-se que os principais alvos dessa avaliação seriam: (1) realização de estudo sobre o percurso formativo para a pós-graduação e as características do emprego formal dos egressos, visando avaliar o impacto do programa na vida do egresso e na sociedade, a partir da

sua inserção no mercado de trabalho; (2) avaliação da produção científica dos egressos do programa, tendo como referência os indivíduos, o grupo PET e outros grupos relevantes para essa avaliação e suas relações de colaboração, a partir de dados fornecidos pelas SESU/MEC, visando analisar as conexões dos indivíduos e dos grupos com seu entorno acadêmico; e (3) avaliação das outras dimensões do programa, como as atividades de extensão e docência, visando captar a capacidade dos egressos em interagir com o ambiente acadêmico. As análises devem levar em conta o perfil dos diferentes arranjos de grupos, como o tamanho, as áreas do conhecimento, as composições multidisciplinares e institucionais, a natureza jurídica das instituições às quais pertencem, as regiões geográficas e o tempo de duração dos grupos, entre outras possibilidades. O próximo passo foca na intensificação da articulação com o MEC para obtenção da base de dados do programa para cruzamento destas com as bases de dados de pós-graduação e emprego, já disponíveis no Centro, de forma a tornar possível o pleno atingimentos dos objetivos da avaliação.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de trabalho detalhado da avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET).
2. Plano de Projeto da Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET).

Análise da Evolução de Redes Temáticas Coordenadas pelo MCTIC

Situação: Concluída

Data de conclusão: 31/12/2017

O objetivo desse projeto foi o de subsidiar análises técnicas sobre a evolução das redes de colaboração fomentadas pelo MCTIC na área de biotecnologia empregando, para este fim, a elaboração de mapas dinâmicos construídos com base nos dados e informações dos pesquisadores que fazem parte das redes Bionorte, Renorbio, Pró Centro-Oeste e Biotecmar. Esses mapas representam quantitativamente a produção científica individual e coletiva no âmbito das redes mencionadas, assim como a intensidade de colaboração entre os seus participantes, desde que foram criadas até o final de 2016. Para que isso fosse possível, em maio de 2017 o MCTIC encaminhou para o CGEE os CPF relativos aos coordenadores das redes de biotecnologia. Após a extração, limpeza e carga dos dados, foram construídas seis redes de colaboração utilizando-se o ferramental

desenvolvido pelo CGEE. Em julho do mesmo ano foi realizada reunião para a apresentação das redes elaboradas de forma a possibilitar uma primeira análise dos resultados obtidos por parte do corpo técnico da SEPED. Nessa ocasião, a equipe da SEPED se comprometeu a enviar os dados complementares referentes aos outros participantes das redes de biotecnologia para a elaboração de mapas que permitissem uma análise mais aprofundada das redes já mapeadas. Por razões que transcendem a governança interna da equipe do CGEE, essas informações complementares não haviam sido enviadas ao CGEE até o final do ano de 2017, o que não impediu que as redes produzidas com os dados enviados indicassem o alto potencial que essa abordagem metodológica possui no que se refere ao acompanhamento e avaliação dos investimentos realizados pelo MCTIC no fomento à CTI na forma de redes de colaboração. Os mapas produzidos podem ser consultados nos seguintes endereços: Endereço para acesso externo (CGEE): <http://insightnetbrowser.cgee.org.br/>; Endereço para acesso interno (CGEE): <http://insightnetbrowser.cgee.org.br:81/>; usuário: inb_seped; senha: lcw{jzs5

Listagem dos principais produtos:

1. Mapa digital de redes temáticas de colaboração do MCTIC.

Avaliação dos Impactos da Lei de Informática

Situação: Concluída

Data de conclusão: 30/06/2017

Este projeto teve como objetivo original apoiar a Secretaria de Política de Informática (SEPIN) do MCTIC na reformulação do marco legal de apoio à inovação nas empresas trazido pela Lei de Informática, o que se fazia necessário devido a dois fatores principais (1) ampliação do escopo de atuação da SEPIN, motivado pela alteração da política para o setor de informática e automação de forma a abarcar todos os aspectos ligados ao desenvolvimento e uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC); e (2) pela pressão exercida nacional e internacionalmente, no sentido de adequar o marco legal nacional existente. No decorrer do projeto, a SEPIN solicitou ao CGEE a inclusão de uma nova frente de trabalho relacionada com o apoio à formulação de uma estratégia para a

digitalização da economia e da sociedade brasileiras. Ademais, o Tribunal de Contas da União vinha solicitando uma série de aprimoramentos na Lei de Informática com o objetivo de assegurar uma sistemática de acompanhamento e avaliação, com indicadores consistentes, que permitissem averiguar o real impacto dos incentivos fiscais como promotores de pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor. Já no âmbito internacional, pressão era exercida sobre a lei brasileira no contencioso em curso na Organização Mundial do Comércio, onde estão sendo questionadas diversas políticas industriais e de inovação brasileiras. Este processo de definição do foco do projeto, realizado por meio de ampla articulação com as equipes técnicas da SEPIN e do CGEE, consumiu os primeiros meses do primeiro semestre do ano. As duas frentes, reformulação do marco legal e o apoio à formulação da agenda digital, foram satisfatoriamente desenvolvidas no prazo estabelecido para esse projeto, o que só foi possível pela interlocução constante com a direção e com a equipe técnica da SEPIN. Assim, o desenvolvimento e aprimoramento da sistemática de acompanhamento e avaliação da Lei de Informática procurou responder às orientações advindas do Tribunal de Contas da União que, por meio de seu acórdão 458/2014, definiu uma série de diretrizes visando ao aprimoramento de indicadores existentes, a formulação de novos indicadores, elaboração de formulários para levantamento de informações adicionais e o estabelecimento de meta para o cumprimento destas exigências. Para que isso fosse possível, o CGEE, juntamente com especialistas por este selecionados, utilizou como referencial teórico o guia metodológico para elaboração de indicadores do Ministério do Planejamento, o manual de preenchimento dos relatórios de acompanhamento (RDA), além das orientações do próprio TCU e dos relatórios estatísticos produzidos pelo MCTIC, o que permitiu que os indicadores propostos estivessem plenamente alinhados com as necessidades dos instrumentos de planejamento e acompanhamento do Governo Federal e com os objetivos da Lei de Informática. A metodologia desenvolvida definiu critérios para inclusão e exclusão de indicadores levando em conta, dentre outros aspectos, a facilidade de acesso aos dados. Foram propostos, por fim, um conjunto de indicadores-chave que expressam os principais objetivos da Lei de Informática e um conjunto de indicadores complementares. A base de cálculo para definição e priorização dos indicadores foi também entregue ao MDIC de forma a facilitar a realização de ajustes ao longo do tempo. Ainda no que diz respeito às recomendações geradas pelo TCU, foram elaborados formulários de avaliação das entidades contratadas pelas empresas para realização de Pesquisa e Desenvolvimento. A análise do contencioso da OMC foi realizada por meio da análise do documento principal gerado pela organização, no qual são apontadas as dimensões da política de informática brasileira, que estariam ferindo as

regras internacionais de livre comércio. Foi considerada a existência de políticas industriais e de inovação similares em outros países bem como as possibilidades de readequação do marco legal e seus possíveis impactos sobre o setor de TIC no Brasil. Os resultados finais do projeto foram apresentados ao Ministério no início do segundo semestre. Por fim, cabe destacar o trabalho desenvolvido pelo CGEE no âmbito desse projeto no que se refere ao apoio à formulação da Estratégia Digital Brasileira (EDB), o que implicou no desenvolvimento de uma consulta estruturada na web com alguns atores-chave e tomadores de decisão em temas relacionados à digitalização da economia e seus principais desafios para o Governo brasileiro. O objetivo dessa consulta, discutido em maiores detalhes neste Relatório, foi o de averiguar a pertinência e a abrangência dos diversos temas envolvidos para definição posterior das diretrizes da EDB e subsidiar os trabalhos do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI).

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório Técnico de Proposta de construção de indicadores e monitoramento para Lei de Informática.
2. SIGILOS - Contribuições para um novo arcabouço legal da Lei 8.428: Nota Técnica Sobre a Contestação da OMC à Lei de Informática e ao PADIS. Brasília; CGEE. 2017.
3. Resultados da consulta eletrônica sobre a Estratégia Digital Brasileira; apresentação feita ao Grupo de Trabalho Interministerial. Brasília; CGEE. 2017.
4. Proposta de Indicadores para acompanhamento e avaliação. Brasília; CGEE. 2017.

Avaliação do Impacto Fiscal da Lei do Bem

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2018

Este projeto teve como objetivo desenvolver e testar um arcabouço metodológico para análise dos impactos fiscais da Lei do Bem. O projeto partiu da hipótese de que o incentivo fiscal, ao impulsionar a inovação nas empresas, gera um ciclo virtuoso com impacto positivo na arrecadação fiscal a partir das empresas incentivadas.

Para testar essa hipótese, dois aspectos centrais foram considerados: em primeiro lugar, o desenvolvimento de um modelo econométrico que permitisse mensurar o resultado líquido da arrecadação fiscal a partir do incremento de receitas provenientes de produtos novos que tenham sido desenvolvidos com o apoio do incentivo fiscal recebido; e, em segundo lugar, em complementação aos dados para alimentar o modelo obtidos diretamente no MCTIC, o levantamento de dados e informações primárias junto às empresas que comporiam a amostra a ser utilizada no projeto. Dessa forma e em articulação com a SETEC/MCTIC, definiu-se que o arcabouço metodológico proposto seria aplicado em uma amostra de cerca de 30 empresas, selecionadas por sorteio, extraídas de um universo estratificado pelo tamanho das unidades consideradas, definido pela magnitude do seu faturamento. Visitas presenciais às empresas foram agendadas para coleta das informações necessárias ao desenvolvimento da metodologia proposta. No entanto, o processo inicial de levantamento de dados junto ao MCTIC levou mais tempo do que o previsto, de modo que as entrevistas presenciais tiveram início efetivo apenas em maio. Por este motivo, e com a anuência do MCTIC, o projeto teve seu término prorrogado para 30 de junho de 2018, o que permitiu que os meses de maio e junho pudessem ser integralmente dedicados aos contatos e visitas às empresas selecionadas e ao aperfeiçoamento da abordagem metodológica inicialmente proposta. Os resultados obtidos mostraram que, em média, para cada real recebido a título de incentivo fiscal, foram gerados dois e meio reais de arrecadação adicional. Este é um resultado bastante expressivo e positivo, mas o teste-piloto também evidenciou que há grande variação dos resultados entre setores econômicos. Neste sentido, uma das conclusões do estudo refere-se à necessidade de refinamento da ponderação dos fatores do modelo econométrico vis-a-vis as especificidades da dinâmica e do ciclo de vida das inovações nos diversos setores da economia. Este procedimento deverá, também, orientar a aplicação do modelo em uma amostra estatisticamente significativa de empresas.

Listagem dos principais produtos:

1. Documento Metodológico.
2. Projeto avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem; apresentação de Metodologia e resultados da primeira fase do projeto. Brasília; CGEE. 2017.
3. SIGILOS - Metodologia para a avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem .
4. Sumário Executivo.

Atividade - Recursos Humanos para CT&I

A Atividade responde ao desafio estratégico de aprofundar o conhecimento acerca da dinâmica de evolução, características e perspectivas atuais e futuras dos recursos humanos dedicados a CTI no Brasil. O CGEE adquiriu uma competência relevante no acompanhamento da área, especialmente no que respeita à formação de mestres e doutores. A Atividade não fica restrita à análise dos egressos da pós-graduação, pois incorpora, aos poucos, outros tipos de formação que interessam à CTI, como os egressos dos programas de iniciação científica (nível da graduação) ou de ensino técnico e profissional. Os trabalhos envolvem o desenvolvimento de análises e a organização de bases de dados e informações capazes de apoiar o aperfeiçoamento das políticas do setor. O CGEE conta no desenvolvimento da Atividade com parcerias qualificadas como das seguintes instituições 1) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação Capes/MEC; 2) Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego CGET/SPPE/MTE; 3) Coordenação Geral de Indicadores da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia CGIN/SEXEC/MCTI; e 4) Coordenação de Estatísticas e Indicadores do Gabinete da Presidência do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CGEI/Gabinete/CNPq. O CCEE dispõe de equipe técnica e de metodologias para trabalhar os microdados, tratar as bases e oferecer um elenco de informações relevantes sobre o tema. Os resultados vêm sendo disponibilizados de forma amigável, em site específico do CGEE, e divulgados com interesse pela mídia em geral. O Centro almeja, ainda, estimular um uso mais intenso das informações produzidas, fazendo com que a Atividade assuma cada vez mais a forma de uma prestação de serviço à comunidade de CTI do País. No âmbito dessa Atividade, é conduzido um Serviço cujo objetivo é o de aperfeiçoar e desenvolver ferramentas insumos e materiais para ofertar dados, informações e análises sobre mestres e doutores no País, direcionadas a diferentes usuários. Pretende-se, assim, dotar esses usuários de um elenco definido de informações qualificadas para os atores do SNCT&I e Educação. O trabalho realizado no âmbito dessa Atividade tem seu relato detalhado a seguir.

Serviços de Informação de RH para CT&I

Situação: Andamento

O objetivo do projeto é aperfeiçoar e desenvolver ferramentas, insumos e materiais para

ofertar dados, informações e análises sobre mestres e doutores no país direcionadas a diferentes potenciais usuários. O trabalho realizado foi o de ofertar aos usuários um elenco definido de informações qualificadas para que os diversos atores dos Sistemas de CT&I (SNCT&I) e Educação (SNE) operem na tomada de decisão sobre a formação e o emprego de mestres e doutores no país. Tendo desenvolvido antes o plano de negócios com as estratégias de oferta de informação, que contemplaram a identificação do cliente e o escopo de sua demanda, a definição dos dados, os tipos de análises, os formatos de entrega e os tipo de serviço em relação à periodicidade, dentre outros, buscamos avançar na elaboração de modelos piloto, categorizados em três tipos: temático, setorial e regional. Esses pilotos, propostos para testar e aperfeiçoar o plano de negócios do Serviço, envolviam a definição de clientes e oferta potencial de serviços de informação a eles, tendo sido tratados no documento Novo Plano de Negócios, de 2017. Os três pilotos, na forma como idealizados, terminaram por não avançar em face, principalmente, do momento de dificuldades financeiras dos parceiros. Dessa forma, outras iniciativas foram desenvolvidas à luz de oportunidades e desafios que surgiram no curso do segundo semestre. Assim, o Serviço de RH para CT&I operou de forma indireta pois parte do trabalho reorientou-se para o atendimento da produção de dados e informações para outros projetos em desenvolvimento no CGEE: a) o de implantação dos Centro de Desenvolvimento Regional - CDR - com a SESU/MEC, para o qual foram produzidos dados demográficos e de formação e emprego de recursos humanos das três sub-regiões piloto escolhidas; b) o de Prospecção Tecnológica no Setor de Energia elétrica, com dados sobre os recursos humanos pós-graduados envolvidos na área e sub-áreas de Energia. Outro produto relevante desenvolvido pelo Serviço, nesse caso a pedido do MCTIC, foi a produção do conjunto de dados do Brasil para o projeto Careers of Doctorate Holders-CDH, da OCDE. Nele foram consolidados dados censitários sobre a formação (1996 a 2014), o sexo, o emprego e a remuneração (2014) dos doutores titulados no Brasil e exterior, que passaram a integrar as estatísticas oficiais do Projeto CDH. A OCDE lançou esses resultados no encontro da rede National Experts on Science and Technology Indicators-NESTI da OCDE, realizado em Madrid, em dezembro de 2017. De acordo com a representante do MCTI, "foi possível incluir o Brasil no grupo de países que produzem regularmente esses dados, que são amplamente divulgados pela OCDE. (...) e nossa pronta resposta à essa demanda e os dados fornecidos pelo Brasil foram mencionados muito positivamente". Deve ser incluída também nos estudos previstos para 2018, a análise dos resultados do Brasil no conjunto de dados dos países que participaram do projeto. Um esforço adicional do período foi o de explorar os dados disponíveis para orientar discussão com a Fiocruz de um futuro estudo de egressos do

sistema da pós-graduação das suas várias Unidades; um estudo que pode gerar um contrato administrativo para o Centro. A aquisição e tratamento das bases de dados necessárias aos estudos, tarefa permanente para a Atividade de RH para CT&I e para o Serviço de Informação a ela associada, foi gestada durante todo o período, cabendo destaque à assinatura de novo acordo de cooperação com o Ministério do Emprego. Em 2017, foram adquiridas as bases da RAIS 2015 e 2016 e deu-se início ao tratamento e preparação para atualização das estatísticas para esses anos. O acesso à base atualizada de mestres e doutores da Plataforma Sucupira está em processo de negociação com a Capes. Por fim, foi proposta uma metodologia exploratória para a ampliação das análises sobre a formação dos RH para CT&I, que utiliza a produção científica para avaliação de impacto de programa de formação.

Listagem dos principais produtos:

1. Novo Plano de Negócio.
2. Relatório Síntese da Atividade Recursos Humanos para CT&I em 2017.
3. Metodologia de análise da produção científica para avaliação de impacto de programas de formação de Recursos Humanos para CT&I. Brasília; DF: CGEE. 2017.

Atividade - Indicadores de Inovação

A partir do início da década de 2000, entidades governamentais ligadas ao Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação de diferentes setores e nas distintas esferas administrativas de governo universidades e centros de pesquisa, passaram a incluir com maior intensidade a questão da inovação em suas agendas institucionais. Nessa década verificou-se, ainda, a estruturação e implantação de novos instrumentos legais voltados ao incentivo das atividades de inovação como a Lei da Inovação, a Lei do Bem, as leis dos fundos setoriais e a nova lei do FNDCT. Esse mesmo movimento foi seguido pelos estados da federação que também elaboraram leis e novos instrumentos de financiamento. No lado empresarial, fortaleceram-se as associações de entidades privadas sem fins lucrativos que desenvolvem iniciativas de aproximação do empresariado com o sistema público de sorte a divulgar os instrumentos existentes, avaliar necessidade de ajustes ao arcabouço legal relacionados à inovação e organizar

pautas de discussão sobre o aprimoramento da ambiência da inovação com o governo. A atividade "Indicadores de Inovação" se insere nesses contextos e tem como alvo estratégico desenvolver um sistema de informação de alimentação descentralizada sobre a natureza e escopo dos processos de inovação nas empresas brasileiras com ênfase nos aspectos de gestão da inovação e gerar conhecimento para estimular a expansão da atividade inovadora no País. Em 2017 foi dado prosseguimento à implantação de um sistema integrado, disponível via Internet, capaz de operacionalizar a coleta, armazenamento, processamento e análise comparada de indicadores de gestão da inovação nas empresas brasileiras bem como realizar sua posterior disseminação, com as devidas medidas de segurança e privacidade da informação.

O Projeto conduzido no âmbito dessa Atividade tem seu relato detalhado a seguir.

Indicadores de Inovação nas Empresas Brasileiras

Situação: Andamento

Em 2017, houve avanços significativos no sistema integrado de coleta descentralizada, armazenamento, processamento e análise de informações para empresas sobre indicadores de inovação. Tal como concebido, esse sistema se estrutura em três módulos principais, a saber:

1) Módulo de registro de empresa e login, por meio do qual são coletadas informações mínimas de registro da empresa e realizadas verificações básicas de validade das informações CNPJ e e-mail inseridas para permitir o acesso aos subsistemas de coleta e disseminação; 2) Subsistema de coleta e armazenagem de dados, que disponibiliza às empresas formulário eletrônico de captura dos seus dados, relacionados com os indicadores de inovação desenvolvidos. Esta versão foi construída sobre a ferramenta do CGEE Insight Survey, que consiste de um arcabouço padrão para elaboração de formulários eletrônicos. Uma vez conectada à parte restrita do Primar, a empresa poderá acessar a essas funcionalidades. Em especial, poderá complementar seus dados básicos, necessários para sua correta categorização em seu grupo de comparação, e abrir o formulário de coleta de dados sobre suas capacidades de gestão de inovação. Nesse módulo, a empresa também poderá realizar a impressão do formulário e, ao final do preenchimento, acessar o seu relatório analítico consolidado (relatório de benchmarking); e 3) Subsistema de disseminação e armazenagem de dados. O armazenamento dos dados coletados foi aprimorado em relação à versão anterior, com o uso de gerenciador de base de código aberto, de alto desempenho, sem esquemas, orientado a documentos. Essa tecnologia traz benefícios diretos em flexibilidade,

desempenho e adequação ao tipo de dados que será armazenado, bem como permite introduzir modificações no formulário de consulta sem gera incompatibilidades durante o processo de captação das informações. Esse módulo é o responsável pela geração das visualizações gráficas de todos os indicadores compostos e intermediários, integrando dois mecanismos de visualização. O primeiro, já existente, consiste na geração do relatório analítico consolidado (relatório de benchmarking). O segundo, baseado na ferramenta de business intelligence Pentaho, software livre, consiste em painéis de gráficos dinâmicos que apresentam os indicadores com possibilidade de navegação e aplicação de filtros bem como outras facilidades para compreensão da metodologia de geração das informações apresentadas. Por meio desse módulo, a empresa participante do Primar tem acesso à sua situação e comparação com as empresas de igual trajetória tecnológica ou origem de capital. Como subsídio à visualização da informação, foi desenvolvida uma base de dados dedicada ao módulo, na qual se consolidam as respostas de cada empresa em ambiente estruturado e seguro. Para essa base de dados foi utilizado o gerenciador PostgreSQL, software livre, de ampla utilização pelas empresas nacionais e internacionais. Um processo de tratamento, limpeza e carga de dados também foi estabelecido. O módulo de visualização utiliza essa base para apresentar os painéis de informação ao usuário final. O sistema desenvolvido está disponível no ambiente de homologação, acessível no link: <https://www.cgee.org.br/web/primar/>.

Listagem dos principais produtos:

1. Subsistema de coleta e armazenagem de dados (formulário de captura de dados on line operante) desenvolvido.
2. Subsistema de disseminação e armazenagem de dados (visualizador dos indicadores de inovação operante) desenvolvido.

Linha de Ação II - ARTICULAÇÃO

Subsídios para a Criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional-CDR

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2018

Ao longo de 2017, um conjunto importante de atividades de planejamento e de implementação foi realizado e se divide em três níveis de estruturação: i) no plano da coordenação do projeto junto ao MEC/SESU e parceiros da articulação federal, como o CNPq, CAPES, FINEP e Câmara dos Deputados/CEDES; ii) no plano da articulação local-regional, com a instalação dos Centros de Desenvolvimento Regional - CDR e das coordenações das experiências piloto, que no ano de 2017 somaram três experiências (CDR Campanha no RS, CDR Campina Grande na PB e CDR Sudoeste Paulista em SP); e iii) no plano da montagem dos insumos requeridos para a análise das informações pertinentes à atuação dos CDR, com a seleção e a montagem de bancos de dados e informações e bases qualitativas que posicionam, ora o quadro da base socioeconômica e tecnocientífica das regiões onde os pilotos estão sendo experimentados, ora o quadro da base socioeconômica e tecnocientífica das mais de 100 regiões que posicionam o recorte regional adotado para a construção da proposta do programa nacional.

Considerando os níveis de estruturação mencionados, foram realizadas no plano da coordenação do projeto CDR, com a participação e apoio do MEC/SESU e os parceiros da articulação federal as seguintes atividades: i) Seminário Internacional em Campina Grande, com o apoio da CEPAL, de lançamento do Projeto; ii) apresentação no CGEE do Marco Inicial do Projeto CDR, em conjunto com MEC/SESU, na presença dos parceiros nacionais e lideranças regionais/locais foco da experimentação dos projetos-piloto; iii) reuniões de trabalho com o MEC/SESU para a seleção das três regiões de experimentação dos pilotos, tendo sido selecionadas as regiões de Campina Grande/PB, Região da Campanha/RS e Sudoeste Paulista/SP; iv) reuniões do GT Carteira do Projeto CDR, este composto pelo CNPq, CAPES, FINEP e Câmara dos Deputados/CEDES, que resultaram na apresentação de um quadro geral com sugestões de linhas de apoio e financiamento dessas instituições ao futuro Programa Nacional em construção, mas que já serão objeto de experimentação nos pilotos CDR no biênio 2017/2018; e v) elaboração de estudo conjunto, entre o CGEE e Câmara dos Deputados /CEDES, sob o título "Participação das instituições de ensino e pesquisa no desenvolvimento regional sustentável: construindo uma agenda de política dirigida" para a Serie Estudos Estratégicos da Câmara dos Deputados /CEDES. No plano da articulação local-regional, em conjunto com os CDR-Campanha/RS, CDR-Campina Grande /PB e CDR Sudoeste

Paulista/SP, foram desenvolvidas as seguintes atividades: i) instalação dos Centros de Desenvolvimento Regional- CDR e instituição das coordenações das experiências piloto; ii) apresentação e aplicação da metodologia de trabalho prevista aos três CDR; iii) contratação das instituições gestoras dos CDR, assim como nomeação dos coordenadores e dos interlocutores regionais das experiências piloto; e iv) realização das Oficinas de Alvos de Trabalho nos três CDR. Por fim, no plano da montagem dos insumos requeridos para a análise das informações pertinentes à atuação dos CDR sobre os alicerces socioeconômico e tecnocientífico das regiões onde os pilotos estão sendo experimentados, assim como nas mais de 100 regiões que posicionam o recorte regional do Projeto, foram estruturados: i) mapas de informações, dados e análise de redes de RH para CT para os três pilotos; ii) mapas de informações, dados e análises pertencentes à base da socioeconomia das três regiões piloto; iii) mapas de informações e modelos de dados secundários sobre os Arranjos Produtivos Locais -APL existentes nos recortes regionais de interesse do Projeto, considerando a escala nacional, em colaboração com a equipe da RedeSIST; e iv) mapas de informações e modelos de dados secundários sobre os Arranjos Produtivos Locais APL existentes nos recortes regionais de interesse do Projeto, considerando a escala nacional, em colaboração com a equipe de pesquisadores do Instituto de Economia da UNICAMP.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório do modelo de agenda regional e escolha dos pilotos dos Centros (CDR). Brasília; DF: CGEE. 2017.
2. Relatório de características da socioeconomia e base técnico-científica das regiões ; Análise detalhadas das regiões piloto. Brasília; DF: CGEE. 2017.

Mapa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil - Etapa II

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2018

O objetivo do Projeto é elaborar o Mapa da Educação Profissional e Tecnológica - MEPT analisando e confrontando a demanda presente e futura de mão de obra de nível técnico e a oferta de cursos para a formação profissional, tendo em vista apoiar o planejamento estratégico da Setec/MEC; e desenvolver uma plataforma tecnológica para dar suporte à operação do MEPT como ferramenta de planejamento da oferta de vagas de EPT pela Setec . Nessa etapa, prevê-se o desenvolvimento da versão final do Mapa e da ferramenta correspondente, compreendendo: (a) aprofundamento da visão da estrutura da oferta Instituições, cursos, modalidades, egressos da educação técnica e profissional, incorporação dos cursos FIC; (b) aprofundamento da análise sobre a espacialidade definitiva do Mapa; (c) revisão e aperfeiçoamento da análise das dinâmicas econômicas regionais; (d) melhor apropriação da características do mercado de trabalho, incluindo hipóteses de outras composições setoriais para os estudos das elasticidades-emprego do produto estimadas. Já a ferramenta eletrônica (plataforma) permitirá a integração sistemática das informações, visualização de diferentes estimativas de demanda, decorrentes dos cenários definidos. Nesse período, grande esforço da equipe e direção do CGEE foi dedicado à articulação com o MEC visando engajar a equipe técnica da Setec na realização dessa segunda etapa do MEPT, com dois objetivos: 1) garantir o desenvolvimento de uma ferramenta gestão adequada ao MEC/Setec e 2) acessar e utilizar as bases de dados do MEC/Setec para a Educação Profissional e Tecnológica, o SISTEC. Após a realização de diversas reuniões com o MEC/SETEC e com a ressalva de que foram detectadas inconsistências na base, advindas da natureza declaratória dos dados, foi possível ao CGEE ter acesso aos dados do Sistec, em novembro de 2017. Apesar dessas inconsistências é possível tomar o conjunto de variáveis da base do Sistec como referência para desenvolvimento do Mapa. Em paralelo, foi dada continuidade ao projeto com a conclusão da 1) atualização dos dados macroeconômicos e de investimentos para o modelo econométrico, que fornece dados para a simulação da dinâmica econômica sub-regional; 2) cálculo das elasticidades do emprego/ocupações nos setores e no território; 3) análise da oferta de vagas e cursos, e sua distribuição no território, a partir dos dados do Censo Escolar do Inep. A combinação dos dados de oferta e das elasticidades do emprego está sendo utilizada para a definição da regionalização/escala(s) de operação do Mapa; 4) da definição dos requisitos para a ferramenta eletrônica, a partir dos dados disponíveis na base do Sistec, Censo do Ensino Básico do Inep e dados da demanda provenientes dos modelos econométricos adotados. Na próxima etapa estão previstas: 1) a elaboração da versão definitiva do Mapa com a confrontação dos dados de oferta de vagas da EPT e as estimativas de demanda por ocupações nos próximos 15 anos. Note-se que foi utilizado o Censo Escolar do Inep, com

a possibilidade de substituição pelo MEC dos dados do Sistec revisados. 2) a validação dos requisitos com a área técnica da Setec/MEC e desenvolvimento da ferramenta eletrônica de operação do MEPT.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório de requisitos da ferramenta eletrônica do Mapa da EPT ; Documento de Visão. Brasília; DF: CGEE. 2017.

Mapa da Educação Superior no Brasil

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2018

O objetivo do projeto é o de articular e produzir um Mapa da Educação Profissional e Tecnológica (MEPT), por meio da análise da demanda presente e futura por recursos humanos de nível técnico e a oferta de cursos para a formação profissional. Ao mesmo tempo, pretende-se desenvolver uma plataforma tecnológica para dar suporte à operação do MEPT, como ferramenta de planejamento da oferta de vagas de EPT pela SETEC/MEC . Nessa etapa, prevê-se o desenvolvimento da versão final do Mapa e da ferramenta correspondente, compreendendo: (a) aprofundamento da visão da estrutura da oferta Instituições, cursos, modalidades, egressos da educação técnica e profissional, incorporação dos cursos FIC; (b) aprofundamento da análise sobre a espacialidade definitiva do Mapa; (c) revisão e aperfeiçoamento da análise das dinâmicas econômicas regionais; (d) melhor apropriação da características do mercado de trabalho, incluindo hipóteses de outras composições setoriais para os estudos das elasticidades-emprego do produto estimadas. Já a ferramenta eletrônica (plataforma) permitirá a integração sistemática das informações e a visualização de diferentes estimativas de demanda decorrentes dos cenários definidos. Nesse período, as equipe técnicas e a direção superior do CGEE e do MEC se articularam a realização dessa etapa do MEPT, com dois objetivos: 1) garantir o desenvolvimento de uma ferramenta gestão adequada à SETEC/MEC e 2) acessar e utilizar as bases de dados da SETEC/MEC para a Educação Profissional e Tecnológica, o SISTEC. Em paralelo, foi dada continuidade aos trabalhos com a conclusão da 1) atualização dos dados macroeconômicos e de investimentos para o modelo econométrico, que fornece dados para a simulação da dinâmica econômica

sub-regional; 2) cálculo das elasticidades do emprego/ocupações nos setores e no território; e 3) análise da oferta de vagas e cursos, e sua distribuição no território, a partir dos dados do Censo Escolar do Inep. A combinação dos dados de oferta e das elasticidades do emprego está sendo utilizada para a definição da regionalização/escala(s) de operação do Mapa; 4) da definição dos requisitos para a ferramenta eletrônica, a partir dos dados disponíveis na base do SISTEC, Censo do Ensino Básico do Inep e dados da demanda provenientes dos modelos econométricos adotados. Na próxima etapa estão previstas: 1) a elaboração da versão definitiva do Mapa com a confrontação dos dados de oferta de vagas da EPT e as estimativas de demanda por ocupações nos próximos 15 anos. Note-se que foi utilizado o Censo Escolar do Inep, com a possibilidade de substituição pelo MEC dos dados do SISTEC revisados; e 2) a validação dos requisitos com a área técnica da SETEC/MEC e desenvolvimento da ferramenta eletrônica de operação do MEPT.

Listagem dos principais produtos:

1. Plano de trabalho detalhado do MAPA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL .
2. Plano de projeto do MAPA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL.

Atividade - Inserção do CGEE em agendas Internacionais

Esta Atividade teve origem nas iniciativas do Centro para a Conferência Rio+20, tendo com alvo estratégico as contribuições potenciais da CT&I para o desenvolvimento sustentável. Contempla projetos que visam pesquisar, analisar e ainda apoiar eventos de disseminação e avanço do progresso do conhecimento técnico-científico em torno de algumas questões de relevo como o combate à desertificação e a problemática das terras secas; o esforço de compreensão e adaptação das sociedades às mudanças climáticas e o desafio de promoção do avanço das energias renováveis entre outros. Em 2017, destaque deve ser dado à participação do CGEE na COP 23 da Convenção do Clima, em novembro, como organizador do evento Bioeconomy for Climate Change Mitigation no Espaço Brasil da COP, ocasião em que foi lançada a publicação do Centro "Second-generation sugarcane bioenergy & biochemicals - Advanced low-carbon fuels for transport and industry". Também durante a COP 23 houve a participação dos representantes do

Centro no Biofuture Platform Focal Points Meeting, para debater e aprovar o plano de trabalho da BFP para 2018. Além disso, o evento oficial brasileiro na COP 23 foi co-organizado pelo Brasil e pelo CGEE, como entidade observadora oficial da Convenção, sob o título Biofuture@COP23 High Level Event. Nele, o Centro apresentou os resultados do I Biofuture Summit e o State of the Advanced Low-Carbon Bioeconomy Report. No que se refere aos trabalhos do Centro de articulação de atores em torno do tema "Etanol de segunda geração (E2G)" o principal foco reside na realização de uma consulta estruturada sobre o estado da arte dos biocombustíveis avançados de baixo carbono, atividade que vem sendo conduzida em coordenação com a Plataforma para o Biofuturo (BFP), iniciativa internacional no âmbito da implementação do Acordo de Paris, reunindo vinte países, sob a liderança do Brasil. A tarefa compreende a concepção, teste e aplicação de um questionário elaborado de modo participativo para preenchimento por responsáveis de países selecionados e organizações parceiras, dentre as quais CTBE, DRN/MRE, Embrapa, IEA e Irena.

No âmbito dessa Atividade, vem sendo conduzido um Projeto, cujo relato é encontrado a seguir.

Agenda Positiva: Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável

Situação: Andamento

Durante o ano de 2017, diversas tarefas previstas neste projeto foram conduzidas, com destaque para:

1. Prosseguimento da alimentação do repertório de informações constantes do Portal das Renováveis. Após a adição de uma carga expressiva de dados, executada desde 2016, efetuou-se uma varredura nas informações sobre fornecedores de equipamentos, serviços e produtos nas três esferas de energias renováveis disponíveis, solar, eólica e biomassa; nos dados referentes aos institutos de pesquisa; e nos mecanismos de colaboração. O Portal dispõe, hoje, de aproximadamente 3.000 cadastros, sendo que cerca de 750 em inglês e português. Por fim, uma quantidade considerável de dados foram georeferenciados, fazendo com que o mapa do Portal tome a forma e a configuração planejada inicialmente. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE), manifestou interesse na utilização do Portal, inclusive como elemento de sustentação da participação brasileira na iniciativa internacional Missão Inovação (Mission Innovation - MI), que visa o desenvolvimento das energias renováveis e da eficiência energética para o cumprimento do Acordo de Paris. O trabalho de refino de fornecedores de

equipamentos, serviços e produtos, usinas e destilarias, mecanismos de colaboração e institutos de pesquisa esteve focado sobre as atividades voltadas para a valorização energética da biomassa, os biocombustíveis, inclusive de segunda geração, e o biogás, o que permite um extenso mapeamento de competências tecnológicas em bioenergia no país;

2. Os estudos sobre as oportunidades de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação ligadas ao desenvolvimento sustentável do etanol de segunda geração (E2G) estão voltados a realização, em coordenação com a Plataforma para o Biofuturo (BFP), de uma consulta estruturada sobre o estado da arte dos biocombustíveis avançados de baixo carbono. A tarefa compreende a concepção, teste e aplicação de um questionário elaborado de modo participativo por responsáveis de países selecionados e organizações parceiras, dentre as quais o CTBE, o DRN/MRE, a Embrapa, o IEA e a Irena. A sondagem, que está sendo realizada com o ferramental de consulta web do Centro, inclui aspectos como políticas governamentais, investimentos, pesquisa e inovação, produção e comércio de biocombustíveis convencionais e avançados, de baixo carbono, e de bioprodutos. O mapeamento das políticas implementadas pelos principais países serviu de base para a confecção do relatório Estado da Arte da Tecnologia E2G no Mundo, no segundo semestre, uma imagem do presente que mostra como diferentes nações, com distintas realidades, estão lidando com a emergente bioeconomia avançada. Na sequência será efetuada uma análise prospectiva da evolução do E2G e da bioeconomia no Brasil, no horizonte temporal de 2030, com previsão de conclusão em 2018;

3. Em 2017 o CGEE deu continuidade a importantes trabalhos de articulação Internacional Tripartite (América Latina/África/Europa) no tema Terras Secas - Os trabalhos em andamento visam a construção de um programa científico voltado a aprofundar os estudos referentes ao Atlântico Tropical e ao desenvolvimento sustentável das zonas áridas e semiáridas, principalmente da América Latina e África, frente às mudanças climáticas. Nesse sentido, o CGEE participou de eventos regionais voltados a abrir espaços para uma colaboração transatlântica entre as instituições, os pesquisadores e os tomadores de decisão, a nível nacional e internacional, em relação aos desafios dos objetivos das pesquisas, da inovação e da formação. Nesse contexto, também se buscou definir eixos de pesquisas, de formação e inovação sobre as temáticas do Oceano Atlântico, suas conexões e seus impactos nas zonas áridas e semiáridas adjacentes, e articular um Fórum para propor ações de políticas públicas a médio e longo prazos, nas escalas nacional, regional e internacional, baseadas nos conhecimentos científicos. O Centro também participou dos esforços para oficialização da RISZA como primeira rede focal da Plataforma de Agadir, assim como no

desenvolvimento de um quadro conceitual, metodológico, estrutural, operacional e técnico para a rede. Em âmbito nacional, o CGEE se articulou com várias ONGs que conformam a Articulação no Semiárido (ASA), com o objetivo de discutir como a sociedade civil da região Nordeste pode se envolver e apoiar a implementação dos ODS (01 Pobreza, 02 Segurança Alimentar, 06 Água e 15 Degradação da Terra e Desertificação) que incidem diretamente no processo de desenvolvimento do Semiárido. O Centro contribui substancialmente para as tratativas de construção de um acordo institucional voltado a harmonizar e integrar o Portfolio de Tecnologias para o Desenvolvimento do Semiárido (em desenvolvimento com instituições parceiras como Embrapa Semiárido - PE, Funceme - CE, NUTEC - CE, Ministério do Desenvolvimento Social, Projeto Dom Helder Câmara - PE e BNB) com o Banco de Dados de Tecnologias Sociais em desenvolvimento pelo Instituto Argentino de Investigação em Zonas Áridas (IADIZA). Espera-se se chegar à formalização de um Acordo Técnico de Cooperação em 2018 para a organização conjunta de um Portfolio de Tecnologias Sociais para o Desenvolvimento das Terras Secas da América Latina; e

4. Como previsto em seu plano de trabalho, o CGEE tem realizado e participado de reuniões e de eventos nacionais e internacionais, de concertação sobre os temas da agenda positiva da mudança do clima e do desenvolvimento sustentável, debatendo e disseminando as contribuições do Centro relacionadas à inovação em energias renováveis, bioenergia e bioeconomia e ao desenvolvimento das Terras Secas no Brasil, América Latina e África. Os principais interlocutores no Brasil têm sido MCTIC, MMA, MRE, EPE, FBMC, ABBI, CTBE, CentroClima e iCS.

Por indicação do Itamaraty, o CGEE participou de evento no âmbito da BioFuture Platform denominado Below50/LCTPi/WBCSD, ocorrido durante a EU Sustainable Energy Week, na Comissão Europeia em Bruxelas. O CGEE esteve presente, também, na Conferência "Rising Powers and Interdependent Futures" em Manchester, Inglaterra, de encerramento de um ciclo de 12 projetos britânicos.

Em novembro, o CGEE organizou o evento Bioeconomy for Climate Change Mitigation no Espaço Brasil da COP 23, em Bonn, Alemanha, quando foi lançada a publicação do Centro "Second-generation sugarcane bioenergy & biochemicals - Advanced low-carbon fuels for transport and industry". Também durante a COP 23 houve a participação dos representantes do Centro no Biofuture Platform Focal Points Meeting, para debater e aprovar o plano de trabalho da BFP para 2018. Além disso, o evento oficial brasileiro na COP 23 foi co-organizado neste ano pelo Brasil e o CGEE, como entidade observadora oficial da Convenção, sob o título Biofuture@COP23 High Level Event. Nele, o Centro apresentou os resultados do I Biofuture Summit e o State of the Advanced Low-Carbon

Bioeconomy Report. Finalmente, membros da equipe técnica do Centro participaram do International Sustainable Drylands Meeting, organizado pelo Instituto Potosino de Investigación y Tecnología, em maio, em San Luis do Potosí, México. O evento teve como objetivos (i) inaugurar oficialmente a RISZA como primeira rede focal da Plataforma de Agadir; (ii) desenvolver um quadro conceitual, metodológico, estrutural, operacional e técnico para RISZA; e, (iii) definir metas e atividades de curto, médio e longo prazos, indicadores e estratégias para atender aos ODS 13, 14, 15 e 17.

Listagem dos principais produtos:

1. Survey on biofuels and bioproducts - first finds. Brasília; DF: CGEE. 2017.
2. Brazilian domestic development of renewable energy and the support to the advent of a modern global bioeconomy. Manchester; UK: CGEE. 2017.
3. Biofuture Platform. Brussels; Be: CGEE. 2017.
4. Biofuture @COP23 - High Level Event. Bonn; GER: CGEE. 2017.
5. Biofuture Platform National Delegates and Focal Points Meeting.
6. Consulta sobre biocombustíveis e bioprodutos.
7. Estado da Arte da Tecnologia E2G no Mundo.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Progresso da Agroenergia da Cana

Local: Estanplaza Hotel, São Paulo Brazil.

Período: 24/10/2017 a 25/10/2017

Objetivo: Biofuture summit - Scaling up the use of sustainable bioenergy.

Linha de Ação III - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCT&I

Apoio Técnico à Plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento

Situação: Concluída

Data de conclusão: 30/06/2017

Esse Projeto Temático teve como principal objetivo a criação, em estreita parceria com o Fórum do Futuro, de uma plataforma de comunicação eletrônica, buscando estabelecer um espaço de referência da informação científica sobre a agricultura e o alimento, que sirva de base para o diálogo entre a ciência e a sociedade. Em continuidade ao trabalho, iniciado em 2016, de interação e articulação com instituições e atores-chave da área, foi realizada uma oficina de trabalho no início do ano com representantes da Embrapa, da

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da universidade Estadual de Campinas (Unicamp), entre outros representantes institucionais e pesquisadores convidados do ambiente da pesquisa e inovação agropecuária nacional e internacional. O evento teve por objetivo aprofundar o debate e nivelar a metodologia de construção dos conteúdos das futuras páginas da Plataforma de Comunicação na web. Na sequência, foram realizadas reuniões entre a equipe técnica do CGEE e membros do Fórum do Futuro para levantar as principais questões e inquietudes ligadas à sustentabilidade da produção agropecuária e selecionar pesquisadores e especialistas para produção das notas técnicas que subsidiaram a produção dos textos divulgados pela Plataforma. Ao todo foram produzidas dez notas técnicas que foram trabalhadas em diferentes peças de comunicação (como textos-sínteses, perguntas e respostas, vídeos e infográficos), buscando esclarecer de forma transparente e atrativa, mas com forte embasamento científico, as questões levantadas. Como resultado, a Plataforma apresenta uma interface gráfica amigável, com layout e design moderno e conteúdos apresentados em linguagem compreensível para o público em geral, de forma a melhor informar a sociedade brasileira e mundial sobre os reais benefícios da atividade agropecuária no Brasil. Com vistas a ampliar a visibilidade do projeto e seus objetivos, assim como criar e fortalecer parcerias em torno das questões que serão tratadas pela Plataforma, o Fórum do Futuro organizou, em maio, uma reunião com o presidente do CNPq, representantes da Embrapa, da FAO, do IICA e da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (ESALQ), além dos presidentes do CGEE e do Fórum do Futuro. Nessa reunião, o CNPq manifestou interesse em participar do lançamento e contribuir para o enriquecimento dos conteúdos da Plataforma. No que se refere ao lançamento, a expectativa é que a Plataforma seja lançada em um seminário internacional sobre Diálogo Ciência e Sociedade, a ser realizado pelo Fórum do Futuro e parceiros, tendo como convidado especial o especialista no tema Dominique Wolton, Diretor do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), da França.

Listagem dos principais produtos:

1. Decodificação das notas técnicas sobre Integração ciência, natureza e desenvolvimento. Brasília; CGEE. 2017.
2. Decodificação das notas técnicas sobre Recursos hídricos e produção agrícola. Brasília; CGEE. 2017.
3. Decodificação das notas técnicas sobre Alimento e aquecimento global.

Brasília; CGEE. 2017.

4. Decodificação das notas técnicas sobre Agropecuária e economia. Brasília; CGEE. 2017.
5. Decodificação das notas técnicas sobre Pecuária Sustentável. Brasília; CGEE. 2017.
6. Site da Plataforma de comunicação Agricultura e Alimento. Brasília; CGEE. 2017.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Reunião por skype com Evaldo Vilela sobre a Plataforma de Comunicação: Agricultura e Alimento

Local: Brasília/DF - CGEE

Período: 08/03/2017 a 08/03/2017

Objetivo: Levantar as principais questões e inquietudes ligadas à sustentabilidade da produção agropecuária e selecionar pesquisadores e especialistas para produção das notas técnicas que subsidiarão a produção dos textos que serão divulgados pela Plataforma.

Apoio Técnico à Consulta Pública sobre Telecomunicações

Situação: Andamento

Data de conclusão: 31/12/2017

O Plano de Ação 2017 do Contrato de Gestão firmado com o MCTIC incorporou a solicitação da SETEL no sentido de que o CGEE apoiasse tecnicamente a elaboração e execução de consulta pública eletrônica sobre o conteúdo da minuta de Decreto Presidencial sobre o setor de telecomunicações. A minuta do Decreto faz uma revisão do marco regulatório do setor e atualiza a legislação existente de forma a alinhá-la às transformações tecnológicas, econômicas e sociais que ocorreram desde a promulgação da Lei Geral de Telecomunicações, em 1997. O documento revogará o Decreto no 4.733/2003, que dispõe sobre as políticas públicas de telecomunicações. A solicitação feita está perfeitamente de acordo com a capacitação interna do CGEE no que se refere à realização de consultas estruturadas na Web, desde a sua concepção, execução e produção de relatórios finais sobre as opiniões das instituições ou indivíduos consultados, com preservação de sigilo das informações individuais ou coletivas, a depender do caso. O questionário desenvolvido foi disponibilizado para uma lista de respondentes selecionados pela SETEL, assim como para um conjunto potencial de respondentes da sociedade brasileira, por meio de um link disponibilizado nos sites institucional do MCTIC

e do CGEE. As respostas foram obtidas durante o período de 18/10/2017 à 17/11/2017, com o emprego da ferramenta Insight Survey do CGEE, e contou com a participação de 370 inscritos (indivíduos ou instituições que se interessaram pelo conteúdo do Decreto) e 89 respondentes.

A participação alcançada foi considerada satisfatória pela equipe técnica da SETEL tendo em vista a especificidade do assunto e o histórico de consultas públicas já realizadas para esse mesmo setor. Cabe destacar que a abrangência e diversidade do conjunto de respondentes é um aspecto positivo na medida em que se alcançou interessados em número superior à composição dos convites originalmente feitos. Por orientação da direção da SETEL, o relatório final deste projeto omite a vinculação da identificação dos respondentes com as opiniões emitidas.

Listagem dos principais produtos:

1. Consulta Políticas Públicas de Telecomunicações - MCTIC.
2. Hospedagem e operacionalização da consulta e armazenamento das contribuições.
3. Relatório final da Consulta Pública. Brasília; DF: CGEE. 2017, 422 p.

Apoio Técnico ao CNPq na Utilização de Métodos e Ferramentas Modernas de Inteligência em CTI

Situação: Andamento

Data de conclusão: 30/06/2018

O vertiginoso desenvolvimento científico-tecnológico vivenciado nas últimas décadas tende a ser ainda mais acelerado nas décadas seguintes, de tal forma que se esperam cenários radicalmente diferentes da conjuntura atual, com reflexos profundos no cotidiano da sociedade. Com isso, um novo quadro político, econômico e social poderá se impor de modo diverso a cada um dos extratos socioeconômicos do País. Também é crescente a geração e digitalização da informação, particularmente a de origem científico-tecnológica, e a disponibilização de grandes massas de dados oriundos desses setores. Esses fatos apresentam desafios e oportunidades para a atuação de agências de fomento, que precisam estar preparadas para atuar nesse novo cenário. No segundo semestre de 2017 a direção do CGEE e a do CNPq mantiveram entendimentos no sentido de que a competência do CGEE para atuar em apoio à elaboração de cenários prospectivos e no

desenvolvimento de métodos e ferramentas em inteligência em CT&I, capazes de lidar com grandes volumes de dados oriundos de distintas fontes, fossem incorporadas às atividades executadas rotineiramente pelas equipes técnicas desse Conselho. O Projeto Apoio Técnico ao CNPq na Utilização de Métodos e Ferramentas Modernas de Inteligência em CTI tem como principal objetivo a Incorporação de métodos e ferramentas desenvolvidos pelo CGEE na construção de metodologias aplicadas à elaboração de cenários prospectivos de desenvolvimento institucional e avaliação de programas executados pelo CNPq. Como principais resultados de 2017 destacam-se: a) uma fase inicial de elaboração e execução de uma prova de conceito para uma avaliação preliminar de resultados do Programa SISBIOTA Brasil, na qual foram obtidas evidências empíricas da aceleração da colaboração científica entre pesquisadores dos 39 projetos do Programa em todo o País; b) determinação de necessidades e definição de objetivos para a colaboração, com ênfase na transferência de conhecimento do CGEE para o CNPq dos métodos a serem desenvolvidos, com foco inicial em uma avaliação de resultados de geração de tecnologia e inovação do Programa dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, avaliação de resultados dos programas de Ciências Ambientais, aprofundamento da avaliação de resultados iniciada no Programa SISBIOTA Brasil e apoio na elaboração de cenários prospectivos para a ação futura do CNPq; e c) realização, em 18 e 19 de dezembro de 2017, de curso básico de capacitação em ferramentas e métodos de inteligência em CTI desenvolvidos pelo CGEE para um grupo de analistas do Conselho.

Listagem dos principais produtos:

1. Relatório da capacitação de analistas do CNPq. Brasília; DF: CGEE. 2017.

Apoio ao Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estratégica das Unidades de Pesquisa do MCTI

Situação: Cancelada

Data de conclusão: 30/06/2018

Esse Projeto Temático foi cancelado a pedido do Órgão Supervisor, conforme Ofício nº 49745/2017/SEI-MCTIC datado de 17/11/2017.

Listagem dos principais produtos:

Atividade - Notas Técnicas

A Atividade se insere nos Planos de Ação do Contrato de Gestão, de forma a permitir a realização de notas técnicas em áreas do conhecimento e temas de natureza estratégica que não estejam sendo tratados dentro do escopo de projetos de Atividades ou de projetos temáticos constantes da programação 2017 do Contrato de Gestão. Isto facilita a geração de subsídios à tomada de decisão com bastante agilidade, qualificando esse processo dentro dos prazos previstos para tal. Essa atividade compreende a elaboração de Notas Técnicas cujas temáticas são definidas por demandas oriundas do próprio Centro ou do Órgão Supervisor. Correspondem a uma apreciação técnica no contexto dos objetivos do Contrato de Gestão mantido entre o MCTI e o CGEE ou ainda a uma abordagem sumária referente a considerações técnicas relativas a algum tema de interesse para o desempenho da missão do Centro. As Notas Técnicas deverão conter, quando couber e preferencialmente, os seguintes tópicos (1) título; (2) resumo; (3) conteúdo principal; (4) palavras chave; e (5) referências bibliográficas. Deve ser apresentada em texto corrido podendo conter tabelas ou figuras. Na medida do possível e em função da temática abordada, o texto não deve ser inferior a cinco ou muito superior a vinte páginas. Ao longo de 2017, não foram produzidas Notas Técnicas no âmbito dessa Atividade.

Notas Técnicas

Situação: Andamento

Não foram elaboradas Notas Técnicas ao longo do ano de 2017.

Atividade - Reuniões de Especialistas

A Atividade se insere nos Planos de Ação do Contrato de Gestão, de forma a permitir a realização de reuniões de especialistas em áreas do conhecimento e temas de natureza estratégica que não estejam sendo tratados dentro do escopo de projetos de Atividades ou de outros projetos conduzidos pelo Centro. Isto facilita a geração de subsídios à tomada de decisão com bastante agilidade. O CGEE conta com grande capacidade e agilidade para organizar reuniões de especialistas em temas candentes, de forma a gerar subsídios à tomada de decisão dentro dos prazos em que estes são requeridos. O procedimento adotado para tal envolve a formalização por parte do MCTIC ou de outras instituições do SNCTI por meio desse Ministério, indicando o tema a ser abordado, a data e, quando possível, nomes de eventuais participantes. Se solicitado, o CGEE poderá registrar os resultados das reuniões de especialistas por meio de gravação e produção de ajudas à memória. Não foram realizadas Reuniões de Especialistas ao longo do ano de 2017.

Reuniões de Especialistas

Situação: Andamento

Não foram realizadas Reuniões de Especialistas ao longo do ano de 2017.

Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I

A inclusão dessa Atividade no conjunto de ações do Contrato de Gestão surgiu a partir do reconhecimento pela direção do Centro de que o desenvolvimento do CGEE passa, entre outras possibilidades, pela sua capacidade de responder, de forma rápida e com conteúdos de qualidade elevada, às demandas relacionadas com a concepção e desenvolvimento de plataformas eletrônicas em CT&I, como instrumentos para o aprimoramento e modernização dos processos de governança em ciência, tecnologia e inovação. Em particular, a proposta da direção do Centro vai de encontro ao reconhecimento adicional de que a inovação é um processo social complexo, cuja eficiência pode ser ampliada na medida em que se promova, por meios eletrônicos e com emprego de tecnologias modernas, o acesso transparente à informação relevante para os

atores SNCTI. Esta atividade persegue dois alvos estratégicos: (1) Apoiar o desenvolvimento e evolução de plataformas eletrônicas de interesse para o SNCTI; e (2) Consolidação de uma arquitetura de Gestão de Informação (GI) baseada em serviços. O segundo alvo refere-se a avanços a serem feitos a partir de demandas internas e externas.

Não foram conduzidos projetos no ano de 2017 no âmbito dessa Atividade, ainda que se pretenda, em 2018, retomar a discussão no entorno de uma arquitetura de informação que responda às necessidades gerais do CGEE.

Linha de Ação IV - DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM CT&I

Atividade - Produção e disseminação de informação

Esta Atividade visa apoiar a edição, impressão e distribuição de publicações derivadas de estudos realizados pelo CGEE no âmbito do Contrato de Gestão, de forma a facilitar a internalização dos resultados obtidos junto a interessados e tomadores de decisão. Justifica-se, ainda, pela carência de estudos publicados na língua portuguesa seja no que diz respeito a abordagens metodológicas utilizadas em prospecção avaliação estratégica e gestão da informação e do conhecimento, ou sobre temas estratégicos relevantes para o futuro da ciência da tecnologia e da inovação no País. Na execução de cada Plano de Ação, a diretoria do Centro identifica um conjunto mínimo de publicações a serem produzidas de forma a disseminar informações relevantes contidas nos estudos recentes realizados pelo CGEE. Para isso, o Centro conta com uma equipe que envolve profissionais especializados nos temas tratados, editores, designers e diagramadores. Quando necessário, o CGEE contrata revisores e tradutores de forma a manter a qualidade reconhecida das suas publicações. Os públicos-alvo destinatários das publicações do Centro são selecionados a partir de mala direta contendo nomes e endereços de uma ampla gama de interessados. O alvo estratégico dessa Atividade é o de divulgar as informações e o conhecimento produzido pelo Centro. Os resultados recentes obtidos por essa Atividade indicaram a necessidade de que o seu escopo de projetos faça a separação entre as ações rotineiras de disseminação das informações institucionais daquelas que visam utilização das técnicas de comunicação como auxiliares relevantes na avaliação de desempenho do Centro, aspectos que foram considerados em 2017. O Serviço de Produção e Disseminação de Informação para o SNCTI tem por objetivo manter e ampliar a produção e disseminação de informações e conhecimentos que possam subsidiar estrategicamente as ações do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCTI), fortalecendo assim a imagem do CGEE como referência

na área de ciência tecnologia e inovação. No âmbito desse Serviço foram pensadas estratégias para a divulgação dos estudos que podem ter mais impacto, considerando seus diferentes estágios de desenvolvimento. Tais estratégias estão descritas no plano de comunicação atualizado para 2017 e no plano de publicações do CGEE. Em 2017 foram editadas e distribuídas as seguintes publicações: "A ciência e tecnologia no olhar dos brasileiros - percepção pública da C&T no Brasil 2015"; "A importância dos polinizadores na produção de alimentos e na segurança alimentar global" "Second-generation sugarcane bioenergy & biochemicals: advanced low-carbon fuels for transport and industry"; "Competências para inovar na indústria farmacêutica brasileira" (neste caso em parceria com o BNDES); duas edições da revista Parcerias Estratégicas (números 44 e 45) e um Relatório Anual. Além disso, foram publicados dois resumos executivos: "A Formação de Novos Quadros para CT&I: avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação - PIBIC" e "Etanol de segunda geração", como parte de investimentos em novos formatos de publicação.

Serviço de Produção e Disseminação de Informação para o SNCTI

Situação: Andamento

Em 2017 os serviços de disseminação completaram etapas importantes de consolidação das ações de divulgação dos trabalhos do CGEE e segue com o objetivo de ampliar a repercussão dos trabalhos realizados no CGEE junto aos dirigentes do SNCTI e ao público em geral. O presente serviço desenvolveu ações, tanto no âmbito da comunicação interna quanto da externa, com a finalidade de reforçar a divulgação da identidade do Centro. Para isso, no período coberto por esse relato, foram executadas e cumpridas as tarefas e metas descritas a seguir: quanto à comunicação interna, foram mantidas e fortalecidas as atividades do GT de Comunicação, com a participação de membros das equipes de todos os projetos desenvolvidos no Centro, para definição de estratégias e pautas da comunicação. Ressalta-se ainda a execução de quatro encontros internos, chamado "Bate-papo com o presidente", com periodicidade trimestral, para breve relato das ações realizadas pelo Centro, troca de ideias e esclarecimentos; No que se refere ao plano de publicações anual, parte das estratégias e atividades de comunicação externa, além da meta de dois livros impressos ("A ciência e tecnologia no

olhar dos brasileiros - percepção pública da C&T no Brasil 2015" e "Second generation sugarcane bioenergy & biochemicals), duas edições da Revista Parcerias Estratégicas (Números 44 e 45) e um Relatório Anual, também foram publicados mais dois livros - "A importância dos polinizadores na produção de alimentos e na segurança alimentar global" e "Competências para inovar na indústria farmacêutica brasileira" - e dois resumos executivos - "A Formação de Novos Quadros para CT&I: Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação - PIBIC" e "Etanol de segunda geração" - como parte do investimento em novos formatos de publicação. Foram também produzidos conteúdos e peças de comunicação direcionadas a públicos específicos, como: a publicação semestral da Palavra do presidente endereçada aos associados e representantes do Conselho de administração do CGEE, com breve relato das ações desenvolvidas pelo Centro, em formato digital; e, a produção de vídeo institucional, sobre o estudo PIBIC, cujo foco foi divulgar o impacto da iniciação científica para o ensino superior e para a sociedade e a importância de estudos como esse realizado pelo CGEE. Como parte da estratégia de ampliar a visibilidade, o Centro buscou uma participação diferenciada em dois eventos nacionais de CT&I de ampla repercussão. O primeiro evento refere-se à 69ª Reunião Anual da SBPC, realizada em julho, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além da exposição das publicações no estande, o CGEE realizou as seguintes atividades: i) demonstração do uso de ferramentas desenvolvidas pelo Centro e a aplicabilidade em seus estudos e projetos; ii) apresentação dos resultados da avaliação do Pibic durante a programação da ExpoT&C denominada "Jovens na Ciência"; iii) lançamento da publicação sobre Percepção pública da C&T no Brasil, ocorrida no café literário da programação da SBPC. Outro tradicional evento na área no qual o Centro participou foi a 14ª SNCT, realizada em outubro, no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade, em Brasília (DF). A temática da edição deste ano foi "A matemática está em tudo" e o Centro apresentou o projeto "A matemática nas redes do CGEE", visando demonstrar, em uma linguagem acessível ao público em geral, como a matemática também está presente nas atividades da instituição. Nesse contexto, foi desenvolvido um painel, onde foi exposto para o público como o conceito de redes sociais foi criado e como ele é utilizado nos estudos prospectivos e avaliações de políticas e programas de ciência, tecnologia e inovação do Centro. Em uma atuação mais proativa, foram realizados também dois eventos de divulgação de resultados de trabalhos do CGEE. Para tanto, após um mapeamento de todas as ações do CGEE, foram pensadas estratégias para a divulgação dos estudos que poderiam ter mais impacto, considerando seus diferentes estágios de desenvolvimento. Tais estratégias foram descritas no plano de comunicação e no plano de publicações de 2017 e os estudos contemplados foram:

"Second-generation sugarcane bioenergy and biochemicals: advanced low-carbon fuels for transport and industry", lançado durante a 23ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 23). Além da publicação, foram elaboradas peças de comunicação para divulgação nas mídias sociais e, em inglês, para distribuição para o público presente no Espaço Brasil, em Bonn, Alemanha; e a "A Formação de Novos Quadros para a CT&I - Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Pibic", como já mencionado, o projeto foi um dos destaques do CGEE durante a Reunião Anual da SBPC. Foram produzidos release, folder com os principais destaques, o resumo executivo do estudo e um vídeo com os principais destaques do projeto. Ainda nesse contexto, o CGEE tem investido na realização de rodadas de apresentação institucional (roadshow) a potenciais clientes e parceiros no SNCTI. As apresentações de 2017 foram planejadas e organizadas em conjunto pelas equipes técnica, de comunicação e a diretoria. Foram realizadas visitas às secretarias do MCTIC (SEPIN, SETEC e SEPED), Caixa Econômica Federal, ABDI, MDIC, TSE, TCU, à Embrapii, à Finep, ao Ministério da Defesa, à Marinha, entre outros órgãos e instituições. Algumas dessas visitas desdobraram-se em iniciativas de projetos, que estão em processo de negociação ou inclusão no plano de trabalho do Centro. Ainda sobre as estratégias de comunicação externa, ressalta-se a contínua manutenção e planejamento de novas funcionalidades do portal institucional, que incluem revisão de conteúdo, ajustes técnicos, inclusão de novas funcionalidades, estudo sobre a hierarquização de subsites, entre outros. Em termos de acompanhamento dos indicadores, destaca-se: o site institucional teve 43 mil acessos de usuários externos; 300 inserções na imprensa; no que diz respeito às redes sociais, foram feitos cerca de 180 posts no Twitter e foram realizados 12 eventos ligados aos projetos conduzidos pelo Centro. Em junho, o Centro e parceiros organizaram o Seminário internacional - Rumo ao desenvolvimento sustentável: dos marcos globais às agendas regionais. O evento, realizado em Campina Grande (PB), constituiu iniciativa inscrita no âmbito do projeto em desenvolvimento pelo CGEE para o MEC, voltado à concepção de um programa de implantação de Centros de Desenvolvimento Regional (CDR) em Universidades e ICT do País, que, posteriormente realizou oficinas de orientação da implantação de pilotos no Sudoeste Paulista, nos municípios de Campina Grande (PB) e Bagé (RS). O volume da revista Parcerias Estratégicas de junho, sobre a seca ocorrida na região Nordeste de 2010 a 2016, foi apresentada de maneira diferenciada durante um workshop organizado pelas secretarias de Agricultura, Pecuária e Pesca (Sagrima) e do Meio Ambiente e Recursos Naturais (Sema) do Governo do Estado do Maranhão. A publicação "Competências para inovar na indústria farmacêutica brasileira" foi lançada durante uma

sessão especial do 11º Encontro Nacional de Inovação em Fármacos e Medicamentos (EniFarMed), realizado na sede da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), no mês de dezembro.

Listagem dos principais produtos:

1. A Formação de Novos Quadros para CT&I: Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Pibic.
2. A ciência e a tecnologia no olhar dos brasileiros. Percepção pública da C&T no Brasil: 2015. Brasília; CGEE. 2017.
3. Importância dos polinizadores na produção de alimentos e na segurança alimentar global. Brasília; CGEE. 2017.
4. DESTAQUES.CGEE Ano II · nº 02.
5. Relatório do segundo ciclo do Contrato de Gestão 01 de julho de 2010 a 31 de dezembro de 2016. Brasília; CGEE. 2017.
6. Video sobre o estudo Avaliação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação - Pibic.
7. Revista Parcerias Estratégicas - Número 44 - junho de 2017; A seca 2010-2017 no Semiárido brasileiro. Brasília; CGEE. 2017.
8. Vídeo sobre o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Pibic.
9. Second-generation sugarcane bioenergy & biochemicals ; Advanced low-carbon fuels for transport and industry. Brasília; CGEE. 2017.
10. Relatório Executivo - Serviço de produção e disseminação de informações.
11. Revista Parcerias Estratégicas Nº 45 Volume 22 dezembro de 2017. Brasília; CGEE. 2017.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Lançamento do estudo "A Formação de novos quadros para CT&I: avaliação do programa institucional de bolsas de iniciação científica (Pibic)"

Local: Brasília/DF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Período: 25/04/2017 a 25/04/2017

Objetivo: Apresentar os resultados do estudo realizado pelo CGEE, denominado "A Formação de novos quadros para CT&I: avaliação do programa institucional de bolsas de iniciação científica (Pibic)".

Comunicação como Ferramenta de Gestão do Desempenho Institucional

Situação: Andamento

Este projeto tem por objetivo principal o desenvolvimento e a verificação da viabilidade de implementação de instrumentos e métodos que possam contribuir para o aprimoramento da metodologia de avaliação de desempenho do CGEE, a partir dos resultados obtidos na execução do plano de comunicação institucional, principalmente dos seus aspectos ligados à percepção dos clientes e parceiros acerca da relevância do CGEE para o SNCTI. No primeiro semestre de 2017, o foco do projeto, além de pesquisas por referências bibliográficas sobre indicadores de comunicação institucional e metodologias de avaliação de desempenho e de percepção externa de resultados e impactos, foi: o mapeamento de todas as ações do Centro, considerando seus diferentes estágios de desenvolvimento. Essa tarefa, realizada em conjunto com as atividades do Serviço de Produção e Disseminação de Informação para o SNCTI, teve por objetivo principal subsidiar a elaboração de estratégias para a divulgação dos estudos que poderiam ter mais impacto junto à mídia, aos clientes e parceiros e à sociedade como um todo; e o acompanhamento e a observação de elementos e procedimentos referentes ao planejamento e à divulgação e entrega de produtos derivados dos projetos e serviços do CGEE. Os resultados dessas tarefas subsidiaram, no segundo semestre de 2017, a construção de uma proposta preliminar de metodologia de avaliação da percepção externa do Centro e de outra metodologia para entrega de produtos derivados dos projetos e serviços do CGEE, além do relatório de indicadores de resultados da comunicação institucional. No que se refere à Metodologia de Avaliação da Percepção Externa do Centro (versão preliminar), foi realizada uma revisão conceitual e o levantamento de instrumentos utilizados por outros atores do SNCTI, olhando, também, para a própria experiência do CGEE em avaliação, seja de resultados, de impactos ou de desempenho, incluindo os trabalhos já realizados para subsidiar o monitoramento e avaliação (M&A) do Contrato de Gestão entre o CGEE e MCTIC. A proposta preliminar apresentada nesse documento visou montar um processo básico para instrumentalizar uma metodologia de análise de percepção que, agregada a outros indicadores, qualitativos e quantitativos, comporá uma avaliação das ações da comunicação institucional como um todo. Sobre a Metodologia para a Entrega dos Projetos e Serviços (versão preliminar), a proposta apresenta modelos e roteiros para o planejamento e a execução de eventos de apresentação, entrega e debate dos produtos finais dos projetos do CGEE, entendendo por entrega de projetos e de serviços qualquer item produzido como o resultado qualitativo ou quantitativo de um estudo/projeto. Esses eventos, além

de ampliar a visibilidade do CGEE, são importantes oportunidades para estabelecer contatos com atores-chave (clientes, parceiros, usuários potenciais, stakeholders, imprensa) e registrar suas percepções sobre as aplicações potenciais dos trabalhos em questão. Quanto ao relatório de indicadores, a proposta do documento, além de apresentar os números de 2017 referentes aos indicadores já considerados pela instituição, foi refletir sobre as análises relacionadas a esses números, bem como a aplicabilidade e o potencial de retroalimentação às estratégias e aos processos de comunicação do Centro. Para subsidiar as reflexões, foi realizada uma breve revisão conceitual sobre o papel da comunicação e seus mecanismos no âmbito da gestão institucional e a importância de mensurar e avaliar os resultados de suas ações. Os indicadores levantados e analisados foram: Visibilidade Institucional, por meio da contagem do número de acessos ao website do CGEE; Repercussão dos trabalhos desenvolvidos, por meio da contagem do número de downloads de trabalhos produzidos pelo Centro; Instituições participantes em eventos promovidos, por meio do número de instituições participantes em eventos realizados pelo CGEE; Relatório de Clipping, levantamento das matérias e citações na mídia, considerando, além do registro numérico da produção, os canais de destaque e o motivo da divulgação do conteúdo - se foi por meio de demanda espontânea ou induzida. Em 2017, foram realizados ainda dois relatórios de clipping específicos sobre as ações de divulgação referentes a dois estudos: Prospecção tecnológica no setor de energia elétrica e a participação do CGEE na COP 23. O objetivo foi analisar os processos e a estratégia de divulgação em cada um dos casos, visando identificar o que funcionou ou não e, conseqüentemente, apresentar alternativas de correção e melhorias processuais. No que diz respeito ao desenvolvimento do projeto, merece destaque a experiência positiva da realização do lançamento e da divulgação dos resultados da Avaliação do PIBIC, especialmente no que se refere às discussões e análises que alimentaram a elaboração da metodologia de entrega e disseminação dos produtos e serviços do Centro. Foram planejadas diferentes peças e eventos para a divulgação do estudo, considerando diferentes objetivos, públicos-alvo, mensagens e estratégias pretendidas. Como boas práticas aprendidas, reforçou-se a importância do planejamento com antecedência da divulgação dos resultados, com o envolvimento direto da equipe responsável pelo estudo e a diretoria - tanto para a definição das estratégias, quanto para a elaboração do material necessário e a mobilização dos atores-chave. Na próxima etapa do projeto, a ser realizada em 2018, além da discussão e validação das propostas metodológicas mencionadas acima junto aos colaboradores e à Diretoria de Centro, serão definidos um ou dois projetos para a realização de testes piloto, de forma a verificar a aplicabilidade das metodologias. No que

se refere aos indicadores, entre as sugestões de aprimoramento de coleta e análise, propõe-se reorganizar a classificação dos participantes dos eventos realizados pelos CGEE para identificar o setor econômico que tem maior frequência de participação e dessa forma buscar um entendimento das oportunidades que poderão ser geradas a partir desse contato e qual o interesse desse público no Centro. Será também coordenado um acompanhamento de citações de trabalhos do CGEE nas produções acadêmicas, com o objetivo de medir o impacto e a abrangência dos trabalhos. Para aprimorar o processo de clipping, entre outras abordagens será realizado um piloto com a ferramenta Insight Data, para verificar se é possível ter um registro mais apurado das citações. Quanto ao acesso ao site institucional, uma das sugestões é a implementação de um breve formulário vinculado à solicitação de download para que os usuários se identifiquem. Tais informações serviriam como indícios sobre o perfil e o interesse do público que acessa o site e as publicações do Centro, permitindo direcionar melhor as estratégias de comunicação.

Listagem dos principais produtos:

1. Documento Metodologia de Avaliação da Percepção Externa do Centro (versão preliminar).
2. Documento - Metodologia para Entrega dos Projetos e Serviços (versão preliminar).

Linha de Ação V - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação

Esta Atividade tem como objetivo gerar inteligência antecipatória para uma melhor compreensão das transformações futuras relevantes para programas e políticas de Ciência Tecnologia e Inovação (CTI), por meio do emprego de métodos e ferramentas automatizadas quantitativas e qualitativas. A atividade tem como alvo estratégico monitorar sistematicamente tendências em áreas prioritárias da Estratégia Nacional de CTI. Tendo este alvo em mente, um dos focos do observatório se dará sobre a avaliação do estágio de maturidade de tecnologias críticas em setores selecionados, tendo o setor

espacial como referência para o desenvolvimento dos principais métodos e ferramentas de observação. Outros setores serão paulatinamente escolhidos para compor um quadro mais amplo de tecnologias a serem sistematicamente monitoradas.

Em 2017, o Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) deu continuidade ao trabalho de identificar e monitorar alternativas objetivas de domínio de tecnologias para o setor espacial brasileiro, em particular aquelas relacionadas com o controle de atitude e órbita de satélites (AOCS, do inglês Attitude and Orbit Determination Control System) e sistemas imageadores nas faixas espectrais do visível e do infravermelho de ondas curtas (SWIR, do inglês short wave infrared) para operar a bordo de satélites. Com vistas ao desenvolvimento desse trabalho e também à elaboração do documento Cubesats, da série Documentos Estratégicos para o Setor Espacial, do CGEE, foram contratados três consultores para fornecer informações sobre câmeras SWIR, sistema de controle de atitude e órbita e engenharia de sistemas para uma plataforma cubesat. Como decorrência dessa mobilização de especialistas e de observação do ambiente de CTI nacional e internacional, foi possível concluir o projeto BRISA (BRazilian Imager for Swir Applications), que visa o desenvolvimento de um microsatélite capaz de fornecer imagens do território brasileiro nas faixas do visível e do SWIR, projeto que vem sendo discutido com instituições brasileiras, públicas e privadas, de modo a permitir que cubesats sejam fabricados no Brasil com conhecimento tecnológico dominado no País.

É apresentado abaixo o relato do Projeto constante dessa Atividade.

Observatório de Tecnologias Espaciais

Situação: Andamento

Em 2017, o Observatório de Tecnologias Espaciais (OTE) deu continuidade ao trabalho de identificar e monitorar alternativas objetivas de domínio de tecnologias para o setor espacial brasileiro, em particular aquelas relacionadas com o controle de atitude e órbita de satélites (AOCS, do inglês Attitude and Orbit Determination Control System) e sistemas imageadores nas faixas espectrais do visível e do infravermelho de ondas curtas (SWIR, do inglês short wave infrared) para operar a bordo de satélites. Com vistas ao desenvolvimento desse trabalho e também à elaboração do documento Cubesats, da série Documentos Estratégicos para o Setor Espacial, do CGEE, foram contratados três consultores para fornecer informações sobre câmeras SWIR, sistema de controle de atitude e órbita e engenharia de sistemas para uma plataforma cubesat. Ao todo, foram entregues nove produtos: três sobre câmeras de imageamento no visível e no SWIR, três sobre AOCS e três sobre engenharia de sistemas para acomodar esses dois subsistemas

e os demais subsistemas que comporão o projeto de desenvolvimento do cubesat, além dos relacionados ao segmento solo e lançador. Com base nessas informações, foi possível concluir o projeto BRISA (BRazilian Imager for Swir Applications), que visa o desenvolvimento de um cubesat capaz de fornecer imagens do território brasileiro nas faixas do visível e do SWIR. Foram propostas duas soluções para a sua concretização: uma com maioria de equipamentos comprada no exterior e outra com maioria de equipamentos desenvolvida no País. Em ambas as soluções, a engenharia de sistemas, óptica e controle de atitude, assim como a montagem e testes do satélite, serão inteiramente nacionais. Foi também construído um modelo tridimensional do cubesat BRISA. Foi dada continuidade ao processo de coleta de informações sobre as duas tecnologias de interesse do setor espacial brasileiro (em particular, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), definidas em 2015. Foi utilizada nesse processo a ferramenta InsightData, tendo sido acumulados, até o dia 31 de dezembro de 2017, 2.375.396 documentos sobre AOCS, 11.018 documentos sobre AOCS para cubesats, 3.346.072 documentos sobre cubesats em geral, 361.928 documentos sobre SWIR e 3.853 documentos sobre SWIR associados a cubesats. Esses documentos englobam artigos técnico-científicos, patentes e notícias veiculadas em vários meios de comunicação. Esse acervo está sendo analisado de forma a gerar informações que sejam relevantes para o setor espacial brasileiro e para apoiar os trabalhos em andamento no âmbito do OTE. No primeiro semestre, foi finalizado o quarto número do Boletim do OTE. Nessa edição foram mostradas duas tendências tecnológicas de grande potencial para o desenvolvimento do setor espacial no Brasil e no mundo. São elas: o desenvolvimento de satélites de alto rendimento (High-Throughput Satellites), que utilizam transponders com alta capacidade de comunicação (banda Ka), e desenvolvimento de tecnologias de coleta de energia solar no espaço para ser transmitida para a Terra (space-based solar power). São apresentados também os últimos números relacionados ao lançamento de cubesats no mundo. Houve um aumento considerável de lançamentos desses artefatos no primeiro semestre deste ano. No segundo semestre, foi finalizado o quinto número do Boletim do OTE, na qual são apresentadas matérias sobre o programa Leonidas (Low Earth Orbit NanoSatellite Integrated Distributed Alert System), o panorama da criação de startups no setor espacial e algumas das últimas notícias que tratam de satélites de pequeno porte. São mostrados dados atualizados sobre lançamentos de cubesats no mundo. Ocorreram 799 lançamentos até 28 de novembro de 2017, o que já supera o número de lançamentos dos últimos anos. É apresentada uma pequena nota sobre a publicação, em julho de 2017, da norma ISO 19683:2017, que trata da metodologia de testes e de aceitação de satélites de pequeno porte. A equipe do OTE publicou o artigo intitulado

Design for Autonomy: integrating technology transfer into product development process (T. Wekerle et al.), no Journal of Industrial Integration and Management, Vol. 2, No. 1 (2017) 1750004 (26 pages). Esse artigo trata de uma aplicação direta de algumas ferramentas utilizadas pelo OTE para auxiliar um projeto importante para o setor espacial brasileiro, que é um atuador hidráulico para uso em foguetes. Foram realizadas reuniões de acompanhamento das atividades com o INPE e com os consultores do OTE, em São José dos Campos. Foi concluída a confecção do documento Cubesats, citado acima, que é o primeiro da série Documentos Estratégicos para o Setor Espacial elaborado pelo OTE. O assessor Thyrso Villela apresentou, a convite da Agência Espacial Brasileira (AEB) e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), palestra no Fórum Indústria Espacial Brasileira: Inovações, Tendências e Oportunidades, realizado em 08/11/2017, no Parque Tecnológico de São José dos Campos, intitulada Tendências do setor espacial: pequenos satélites, lançadores de pequeno porte e novas oportunidades, na qual foram apresentados os últimos resultados do OTE sobre esse tema. Cabe destacar o papel do OTE para a formulação e assinatura do protocolo de intenções entre o CGEE e o Ministério de Defesa (MD) ao longo desse ano, que, por meio de apresentações sobre formas possíveis de domínios tecnológicos de interesse do MD, possibilitou a assinatura desse acordo. A divulgação do trabalho do OTE foi intensa, a partir de contatos feitos pela direção do Centro e a equipe técnica do Observatório junto a representantes (1) do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro (DCT), em três eventos denominados Café da Inovação Tecnológica, em Brasília; e (2) da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, no Comando da Marinha, em Brasília.

No âmbito desse protocolo, o OTE ofereceu ao Exército Brasileiro (EB) parceria para a construção do cubesat BRISA. O Departamento de Ciência e Tecnologia, em resposta a esse oferecimento de parceria, entendeu que o projeto BRISA apresenta potencial para atender de forma segura às demandas da EB e dotar o País de autossuficiência em um setor crítico para a soberania nacional. Dessa forma, o trabalho do OTE no ano de 2017 teve como coroamento a elaboração de um projeto objetivo de desenvolvimento tecnológico, que tem o potencial de atender uma demanda nacional genuína, com a participação da academia e da indústria nacionais.

Listagem dos principais produtos:

1. Boletim do OTE - Ano 3, Número 4..
2. Relatório Anual do OTE 2017. Brasília; CGEE. 2017.

Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento

Esta Atividade foi criada em função da necessidade do CGEE poder contar, a qualquer tempo, com equipe técnica capacitada para formular alternativas metodológicas com o emprego de métodos e ferramentas no estado da arte das suas aplicações potenciais em estudos de futuro, de avaliação estratégica, de políticas e programas em CTI e de gestão da informação e do conhecimento. Tem, portanto, como alvo estratégico o de capacitar o Centro no uso de métodos e ferramentas relacionadas com suas áreas nodais de atuação constituindo-se assim em um conjunto de projetos fortemente associados ao desenvolvimento do CGEE como um centro de excelência na sua área de atuação institucional. Nesse contexto, o reconhecimento e análise de padrões nas grandes massas de dados, atualmente acessíveis, permitem multiplicar a capacidade de atuação do CGEE, desde que as técnicas adequadas de extração e tratamento de dados sejam empregadas para obter essa informação. O projeto "Exploração de Dados e Visualização de Informações" visa fortalecer as competências do Centro desenvolvendo e validando fundamentos, metodologias e ferramentas de análise de dados de CTI disponíveis, ampliando seu portfólio de serviços e auxiliando o embasamento metodológico das suas demais atividades e ações. Entre os principais resultados obtidos destacam-se (1) o desenvolvimento de novas funcionalidades da InsightNet, incluindo a incorporação de nova forma de realizar backup dos dados extraídos, melhorando assim sua rastreabilidade futura; 2) entrega da versão de produção do visualizador interativo de dados em Javascript de arquivos de redes (Insight Net Browser) com diversas melhorias, incluindo o aprimoramento da geração de nuvens de palavras, gráficos de espalhamento (scatterplots) e geração de histogramas com funcionalidades de agrupamento visual de nós da redes; e 3) a continuidade da redação de tutoriais e manuais para utilização de ferramentas de análise de dados e realização de ciclos de treinamento na ferramenta de análise de redes para empregados das equipes técnicas do Centro, assim como de outras instituições usuárias das metodologias desenvolvidas pelo CGEE. No que se refere ao projeto de Modelagem e Automação dos Processos Finalísticos, que está diretamente ligado à estratégia estabelecida pela Diretoria do CGEE de aperfeiçoar, continuamente, seus processos gerenciais com foco em ganhos em eficiência e efetividade, destaca-se em 2017 a modelagem e automação do Ciclo de Vida de Projetos

e Serviços e do Metaprocesso finalístico, um processo de apoio metodológico aos projetos executados pelo CGEE que se pretende ver certificado pela ISO 9001 em meados de 2018. Esse processo de trabalho foi utilizado para revisar e ajustar o Sistema Integrado de planejamento de projetos e serviços do Centro e enriquecê-lo com mais dois módulos, com destaque para a fase de pré-investimentos, fase em que os projetos do CGEE encontram-se ainda em definição da demanda e do escopo em frentes diversas de negociação. No que se refere à gestão de qualidade, o CGEE teve sua certificação ISO 9001 do processo de compra de software e serviços correlatos atualizada para versão mais recente da norma ISO / ABNT (versão 2015). Cabe ainda destacar os investimentos feitos na integração de referenciais conceituais, como a do Ciclo de Inteligência Competitiva, que engloba os passos essenciais para a geração de conhecimento e inteligência em uma organização, com o ciclo PDCA (do inglês: Plan - Do - Check - Act). Isto tem permitido ao Centro aprimorar seus processos de análise de dados e geração incremental de novas informações e conhecimento.

Os relatos dos Projetos conduzidos no âmbito dessa Atividades encontram-se abaixo.

Exploração de Dados e Visualização de Informação

Situação: Andamento

O reconhecimento e análise de padrões nas grandes massas de dados atualmente acessíveis permitem multiplicar a capacidade de atuação do CGEE, desde que as técnicas adequadas de extração, tratamento e carga de dados sejam empregadas para obter essa informação. Nesse sentido, o projeto "Exploração de Dados e Visualização de Informações" visa fortalecer as competências do Centro, desenvolvendo e validando fundamentos, metodologias e ferramentas de análise de dados de CTI disponíveis, ampliando seu portfólio de serviços e auxiliando o embasamento metodológico das suas demais atividades e ações. Entre os resultados obtidos e principais contribuições no período coberto por esse relatório, destacam-se: 1) o desenvolvimento de novas funcionalidades, incluindo a extração de novos tipos de dados, para o plugin Insight Net incluindo: melhorias na interface da ferramenta com o Insight Net Browser, incorporação de nova forma de realizar backup dos dados extraídos, melhorando assim sua rastreabilidade futura, incorporação de consultas visuais (com o mouse) na rede em análise, permitindo a exclusão de dados considerados irrelevantes diretamente no banco de dados e importação de atributos bibliométricos nas redes de artigos (resumos do Web of Science e Scopus). As inovações mais relevantes do período, entretanto, foram a) a reformulação da estrutura do banco de dados, que permite a importação de dados em

formatos csv, viabilizando o cálculo de redes similaridade semântica de dados consolidados de artigos ou autores de saídas diferentes do formato BibTex anterior e facilitando a manutenção de bases únicas de bases de metadados de artigos e construir redes a partir de outros atributos desses metadados, b) a implementação de recurso de rastreabilidade das importações de dados, facilitando assim a capacidade do analista de manter registros adequados da análise e c) implementação, ainda experimental, de redes de co-ocorrência de palavras-chave, o que pode ser usado como passo inicial da construção de taxonomias de conhecimento de bases de dados extraídas. 2) No que diz respeito a atividades de consolidação e ampliação de metodologias para análise e visualização de dados, foi entregue a versão de produção do visualizador interativo de dados em Javascript de arquivos de redes (Insight Net Browser) com diversas melhorias, incluindo o aprimoramento da geração de nuvens de palavras, gráficos de espalhamento (scatterplots) e geração de histogramas com funcionalidades de agrupamento visual de nós da redes (a partir de termos nas nuvens de palavras, de atributos dos nós nos gráficos de espalhamento e de grupos de dados nos histogramas) e links para páginas para os documentos de origem (currículos Lattes ou artigos registrados no Web of Science ou Scopus). Na versão em desenvolvimento, ainda em testes, foram incorporados novas opções de criação de nuvens de termos a partir dos metadados dos nós que permitem uma melhor exploração de dados vindos do Web of Science/Scopus e foi criada uma janela de Pesquisa Avançada que permite selecionar textualmente filtros complexos de atributos de nós das redes. Além disso existe, em fase de testes, uma nova ferramenta que consolida em um mesmo ambiente visualizações de dados com múltiplas variáveis. Ainda limitada à leitura de atributos dos nós de arquivos gexf que alimentam o Insight Net Browser, a nova ferramenta permitirá a visualização de matrizes de gráficos de espalhamento (para n atributos, são gerados n x n gráficos) e gráficos de coordenadas paralelas. Versões futuras permitirão a leitura de dados diretamente de arquivos csv, como os gerados em Excel. 3) Continuidade das apresentações do Journal Club, espaço interno do CGEE dedicado à discussão e ao aprofundamento de aspectos metodológicos (métodos e ferramentas) de potencial interesse para uso no Centro. 4) Realização de serviços internos para outros projetos do CGEE e de testes de novos métodos, métricas e ferramentas: a) testes dos dados em formato XML do Scopus Custom Data, incluindo testes de um novo algoritmo de desambiguação de homônimos, com dados fornecidos pela Elsevier, no contexto de um possível futuro acordo de cooperação, b) geração de redes de similaridade entre respostas de consulta estruturada do projeto Agenda Digital para a Secretaria de Política de Informática do MCTIC, c) análise da arquitetura da ferramenta Insight Data, para o planejamento de melhorias

futuras, tendo como primeira consequência o desenvolvimento de um novo ambiente (Client) para a inserção de arquivos do Scopus e Web of Science naquela ferramenta, d) estudo dos conceitos matemáticos relacionados à análise semântica latente (ou Latent Semantic Analysis - LSA), incluindo o estudo do código e verificação desempenho do algoritmo de LSA incorporado na Insight Data, e) prova de conceito de novo algoritmo de colorização de partições de rede, para futura incorporação ao plugin Insight Net em substituição ao algoritmo usado pelo Gephi, que não produz bons resultados visuais, f) desenvolvimento de ferramenta em Javascript para transformação de formatos csv para bibtex, para alimentação de bancos de dados do Projeto ANEEL e que também pode ser usado como entrada na nova versão do Insight Net, g) limpeza de dados do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq e geração de visualizações redes de grupos de pesquisa e de empresas, h) prova de conceito de ferramenta para extração de dados da mídia social Twitter, i) elaboração de protótipo de gerador de redes bipartidas, j) apoio na concepção e execução de atividades do estande do CGEE na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, com tema focado em análise de redes e seus usos. 5) Continuidade da redação de tutoriais e manuais para utilização de ferramentas de análise de dados e realização de ciclos de treinamento na ferramenta de análise de redes para empregados das equipes técnicas do Centro, assim como de outras instituições usuárias das metodologias desenvolvidas pelo CGEE.

Listagem dos principais produtos:

1. Versão 1.0 da ferramenta insightNet Browser.
2. Versão 2.0 da ferramenta Insight Data .

Modelagem e Automação de Processos Finalísticos

Situação: Andamento

O projeto de Modelagem e Automação dos Processos Finalísticos está diretamente ligado à estratégia estabelecida pela Diretoria do CGEE de aperfeiçoar, continuamente, seus processos gerenciais com foco na obtenção de resultados e na economicidade, compatíveis com o modelo de Organização Social. O objetivo geral do projeto é o de institucionalizar e obter ganhos de eficiência e qualidade na condução dos componentes programáticos (projetos e serviços) conduzidos pelo Centro. Isso se traduz

na modelagem e automação do Ciclo de Vida de Projetos e Serviços e do Metaprocesso finalístico, um processo de apoio metodológico aos projetos executados pelo CGEE. No domínio da ação gerencial e da qualidade, dois importantes feitos foram alcançados em 2017. O primeiro foi a modelagem do Ciclo de Vida de Projetos e Serviços, cujas etapas foram identificadas, integradas e descritas em um processo de trabalho com ampla cobertura. Esse processo de trabalho foi utilizado para revisar e ajustar o Sistema Integrado e enriquecê-lo com mais dois módulos. Como resultado principal, o CGEE conta, agora, com uma ferramenta eletrônica que implementa os novos conceitos de gestão integrada de carteira de projetos, sobre um processo automatizado que aborda todas as etapas do ciclo de vida de um componente programático, além de fornecer aos Coordenadores de Projeto e Assistentes Administrativos uma ferramenta de trabalho para sua execução e gestão. A integração sistêmica, iniciada em 2013, alcançou em 2017 a disponibilização de visão agregada e informada sobre a ação finalística do Centro e promoveu subsídios consistentes para as deliberações estratégicas. Por meio de painéis de informação que permitem a agregação de dados sobre a execução de cada pré-investimento ou componente programático já estabelecido, a Direção do Centro dispõe agora em suas mãos de mais um importante instrumento de apoio à tomada de decisão. No que se refere à gestão de qualidade, o CGEE teve sua certificação ISO 9001 atualizada para versão mais recente da norma ISO / ABNT (versão 2015). No que tange ao Metaprocesso, no ano de 2017, foram realizados esforços para identificar as principais atividades comuns nos diversos projetos e estudos executados ao longo da existência do Centro. Como premissa para o desenvolvimento desse trabalho, o processo deveria ser genérico o suficiente para atender a qualquer tipo de projeto, mas com a capacidade de apresentar alternativas metodológicas concretas para o desenho dos projetos. Nesse sentido, foram utilizadas as experiências anteriores mapeadas pelo grupo de competências metodológicas do CGEE e o framework para desenho de estudos de futuro. Cada uma das etapas do Metaprocesso foi definida como um subprocesso, com sua descrição, a identificação de elementos de entrada e saída (insumos e produtos) e metodologias recomendadas (métodos e ferramentas). Outro resultado alcançado consiste do Ciclo de Inteligência Tecnológica do CGEE que foi elaborado a partir de aplicações práticas de processos de análise de dados e informações em diversos projetos do CGEE. Com base na observação desses processos e de suas semelhanças e diferenças e, observando o arcabouço definido pelo Metaprocesso, buscou-se definir um modelo comum que servisse de base para o desenho de processos específicos, adaptados às necessidades de cada projeto, mas com uma linha metodológica única. O Ciclo em questão tem como referencial metodológico o Ciclo de Inteligência Competitiva,

que sugere as etapas de Planejamento e Direção, Coleta de Dados, Análise, Disseminação e Avaliação como passos essenciais para a geração de conhecimento e inteligência em uma organização. A partir desse referencial teórico e da observação de que o ciclo, em última análise, é um ciclo PDCA (do inglês: Plan - Do - Check - Act), o Ciclo de Inteligência Tecnológica do CGEE foi desenhado na forma de grupos de processos (1. Identificar necessidades de Informação, 2. Coleta e Armazenamento de Dados, 3. Explorar, Organizar e Analisar a Informação, 4. Produzir Resultados e Informações e 5. Avaliação) e de caminhos alternativos, permitindo o refinamento e retroalimentação do processo. O ciclo em seu nível inicial não é orientado a ferramentas, mas sim a processos de análise de dados e geração incremental de novas informações e conhecimento, mas pode ser especializado em seus níveis inferiores com a inserção de processos específicos, esses sim, orientados a ferramentas e métodos, com a descrição clara de procedimentos operacionais. A condução dos componentes programáticos do CGEE conta com dois importantes elementos de apoio: 1) o Ciclo de Vida de Projetos e Serviços como orientador básico no nível de gestão e 2) o Metaprocesso como norteador metodológico para o desenho dos projetos conduzidos pelo CGEE.

Listagem dos principais produtos:

1. Desenho e detalhamento do primeiro nível do metaprocesso Inteligência Estratégica em CTI.
2. Modelo do Processo - Ciclo de Vida de Projetos e Serviços.
3. Protótipo de Gestão de Carteira Programática - CGEE.
4. Modelagem do processo Ciclo de Vida de Projetos e Serviços, contemplando as especificações de software mínimas para automação. Brasília; DF: CGEE. 2017, 18 p.
5. Desenho e detalhamento do primeiro nível do metaprocesso Inteligência Estratégica em CTI. Brasília; DF: CGEE. 2017, 10 p.

Listagem dos principais eventos realizados:

1. Reunião de Validação do Metaprocesso Inteligência Estratégica em CTI

Local: CGEE - Sala 10

Período: 16/10/2017 a 16/11/2017

Objetivo: Discutir e validar o Metaprocesso de Inteligência Estretégica em CTI.

1.2. Quadro Síntese

Linha de Ação 1: Estudos, Análises e Avaliações																		
Projetos e Atividades	Situação	Termo Aditivo de origem												Valor originalmente previsto	Dotação (*)	Valor executado no período de 01/01/2017 a 31/12/2017	Demandante	
		1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º					13º
Subsídios técnicos para a estratégia digital brasileira	Andamento														50.000,00			SEPIN/MCTIC
Panorama brasileiro em Manufatura Avançada	Andamento														50.000,00		3.654,11	SETEC/MCTIC
Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia	Concluída														200.000,00	110.000,00	16.146,22	SEPED MCTIC
Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)	Andamento														500.000,00			SESU/MEC
Análise da evolução de redes temáticas coordenadas pelo MCTIC	Concluída														50.000,00			SEPED/MCTIC
Avaliação dos impactos da Lei de Informática	Concluída														200.000,00	110.000,00	118.819,11	SEPIN / MCTIC
Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	Andamento														200.000,00	110.000,00	145.905,10	SETEC / MCTIC
Atividade - Recursos Humanos para CT&I	Andamento														500.000,00	137.500,00	955,62	CGEE e CA
Atividade - Indicadores de Inovação	Andamento														300.000,00	45.100,00	20.441,14	CGEE e CA
Linha de Ação 2: Articulação																		
Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	Andamento														3.500.000,00	1.815.000,00	761.568,83	SESU / MEC
Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	Andamento														1.500.000,00	825.000,00	276.305,66	SETEC / MEC
Mapa da Educação Superior no Brasil	Andamento														500.000,00			SESU/MEC
Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	Andamento														300.000,00	165.000,00	83.819,00	CGEE e CA
Linha de Ação 3: Apoio Técnico à Gestão Estratégica do SNCT&I																		
Apoio técnico à plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento	Concluída														600.000,00	148.500,00	170.461,29	GAB / MCTIC - Forum do Futuro
Apoio técnico à Consulta pública sobre telecomunicações	Concluída														50.000,00			STE/MCTIC
Apoio técnico ao CNPq na utilização de métodos e ferramentas modernas de inteligência em CTI	Andamento														100.000,00			CNPq
Apoio ao aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégica das Unidades de Pesquisa do MCTIC	Cancelada														150.000,00			DPO/SEXEC/MCTIC
Atividade - Notas Técnicas	Andamento														200.000,00	50.000,00	14.400,00	CGEE
Atividade - Reuniões de Especialistas	Andamento														200.000,00	50.000,00	3.481,24	CGEE
Linha de Ação 4: Disseminação da Informação em CT&I																		
Atividade - Produção e disseminação de informação	Andamento														300.000,00	242.000,00	180.401,61	CGEE e CA
Linha de Ação 5: Desenvolvimento Institucional																		
Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	Andamento														200.000,00	110.000,00	307.154,63	CGEE e CA
Atividade - Desenvolvimento de competências e ferramentas em prospecção, avaliação estratégica, gestão da informação e do conhecimento	Andamento														400.000,00	383.350,00	489.115,85	CGEE e CA
Legenda																		
(*) Orçamento disponível para a projeto ou atividade no ano de 2017																		

1.3. Demonstrativo síntese de metas e indicadores de desempenho

DEMONSTRATIVO SÍNTESE DE METAS E INDICADORES DE DESEMPENHO - 2017

INDICADOR	DESCRIPTOR	META QUANTITATIVA	VALOR ATINGIDO	CÁLCULO DO INDICADOR	NOTA
I (peso 3)	Razão entre o número total de produtos concluídos até 31 de dezembro e o número total de produtos pactuados. O denominador da razão mencionada será obtido pelo total de produtos pactuados menos o número de produtos cancelados ou descontinuados mais 1	29	28	$28/27 = 1.03$	PLENA (100%)
II (peso 2)	Razão entre o número de produtos de Projetos de Atividades não entregues no prazo inicial estipulado no Termo Aditivo em que foi pactuado e o número total de produtos pactuados em todas as Atividades	0	0	$0/14 = 0$	PLENA (100%)
III (peso 1)	Razão entre o número de produtos entregues ao demandante e o número de produtos concluídos. São considerados “produtos entregues” aqueles que tenham sido disponibilizados na <i>homepage</i> do CGEE ou publicados em meio impresso. Serão excluídos do cálculo de “produtos entregues” aqueles cujos resultados sejam considerados sigilosos ou que a publicação inviabilize ações/políticas a serem implementadas pelo demandante	29	28	$26/28 = 0.92$	PROPORCIONAL (92%)*
IV (peso 0,5)	Indicador obtido a partir de consulta junto a atores relevantes no espaço potencial de aplicação dos resultados obtidos pelo Centro no ano em avaliação, em conformidade com o subconjunto selecionado de produtos identificados no Anexo II **				
V (peso 0,5)	Nº de acessos de usuários externos à página www.cgee.org.br	≥ 35.000	141.615	-	PLENA (100%)
VI (peso 0,5)	Nº de downloads de documentos na página www.cgee.org.br	≥ 100.000	121.578	-	PLENA (100%)
VII (peso 0,5)	Número de instituições e empresas participantes de eventos promovidos pelo CGEE	200	252	-	PLENA (100%)
VIII (peso 0,5)	Média calculada a partir das notas médias obtidas em cada produto avaliado ***				
IX (peso 1)	Custo relativo do trabalho técnico especializado	$1,25 \geq \text{Indicador} \geq 0,75$ do mercado	0,82	\$65,30/\$79,17	PLENA (100%)
X (peso 0,5)	Comparar o valor das despesas de manutenção e operação em relação ao valor médio desses gastos no quinquênio anterior	6.324.292,70	4.049.385,89	$4.049.385,89 \leq 6.324.292,70$	PLENA (100%)

* Para fins de cálculo desse Indicador, o total de produtos entregues (26) foi obtido a partir do total de produtos pactuados (29) menos 3 produtos, a saber: um cancelado pelo Órgão Supervisor e dois outros considerados sigilosos pela Direção do CGEE.

** Os resultados obtidos a partir da consulta junto a atores relevantes no espaço potencial de aplicação dos resultados obtidos pelo Centro no ano de 2017 referentes aos produtos indicados no Anexo II do 13º serão disponibilizados por ocasião da reunião da Comissão de Avaliação, dado que não puderam ser obtidos até o final de 2017.

*** Esse indicador será aferido por ocasião da reunião da Comissão de Avaliação, a partir de procedimentos por esta definidos e de acordo com a fórmula de cálculo desse indicador.

2. Informações sobre a gestão da OS

2.1. Orientações, Recomendações e Deliberações dos Órgãos de Controle - TCU e CGU

2.1 - Orientações, Recomendações e Deliberações dos Órgãos de Controle (TCU e CGU)

Em 2017, o CGEE foi submetido a auditoria por parte do Órgão de Controle Interno – Controladoria Geral da União (CGU), que conduziu, entre os meses de agosto e setembro de 2017, uma Auditoria Anual de Contas (AAC) relativa ao exercício de 2016, em atendimento ao disposto no Art. 7º da Decisão Normativa TCU nº 156/2016.

De acordo com a auditoria realizada, a CGU emitiu o Relatório de Auditoria Anual de Contas dividido em duas partes, a saber: a primeira, contendo os Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e a segunda, abrangendo os Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas, subsídios importantes para o julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU, a quem caberá a manifestação final.

Recomendações da CGU

Registre-se que desde outubro de 2016, quando o acesso ao sistema foi disponibilizado o Centro vem atendendo as recomendações específicas da CGU no tocante à inserção de informações no Sistema Monitor, prática reconhecida como positiva por parte dessa Controladoria por ocasião da elaboração do último Relatório de Auditoria Anual.

Deliberações do Tribunal de Contas da União

Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TCU	030.933/2015-3	1961/2017		Ofício 042/2017-TCU/Secex Desenvolvimento, de 07/03/17	Notificação
Instituições/Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)					
Descrição da Deliberação:					
Trata-se da decisão do TCU relativa a tomada de contas do CGEE do exercício de 2014. Em 07 de março de 2017 o CGEE recebeu o referido Ofício, por meio do qual o TCU notifica o Centro do inteiro teor do Acórdão 1961/2017-TCU-2ª Câmara, que foi objeto de apreciação do processo TC 030.933/2015-3, em Sessão Ordinária realizada em 21/02/2017, cuja decisão, por unanimidade dos Ministros daquela Corte de Contas, julga regulares com ressalva as contas dos responsáveis relacionados no item 1.1 do Acórdão em comento, dando-lhes quitação, sem prejuízo de fazer as determinações contidas no Item 1.1.					

Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
O CGEE, em atenção à recomendação do Tribunal, faz divulgar em sua página na Internet todos os gastos com passagens e diárias ao longo de cada exercício, contendo as informações apontadas pela recomendação. Além disso, procede o acompanhamento sistemático dos custos com passagens aéreas e as compara com os dispêndios realizados pelo MCTIC, mantendo o seu Conselho de Administração informado dos dados comparativos.					
Situação atual do processo:					
➤ Processo <u>encerrado</u> conforme <i>status</i> no site do TCU (consulta em 06.02.2018).					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
TCU	007.680/2014-7	3304/2014	9.3 9.4.1 9.4.2 9.6 9.6.1 9.6.2 9.6.3	Ofício 0444/2017-TCU/Secex Desenvolvimento, de 13/12/2017	Notificação Monitoramento
Instituições/Entidades objeto da determinação e/ou recomendação					
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)					
Descrição da Deliberação:					
Por meio do referido Ofício o TCU notifica o CGEE do monitoramento ao atendimento das deliberações constantes do Acórdão 3304/2014-TCU-Plenário, referente ao itens 9.3, 9.4.1, 9.4.2, 9.6, 9.6.1, 9.6.2, 9.6.3.					
Providências Adotadas					
Síntese da providência adotada:					
A despeito de todas a recomendações do Tribunal estarem sendo atendidas, o CGEE esclarece que a formalização da resposta se dará no primeiro mês do próximo ano, tendo em vista o prazo exíguo para formulação das informações diante do recesso de fim de ano.					
Situação atual do processo:					
➤ Processo <u>encerrado</u> conforme <i>status</i> no site do TCU (consulta em 06.02.2018).					

2.2. Força de Trabalho

2.2 - Força de Trabalho

a) Efetivo de pessoal

O efetivo de pessoal do CGEE em 31.12.2017 estava composto por 55 empregados, sendo 51 contratados no regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e 04 servidores públicos cedidos. Este número, bastante inferior ao apresentado nos últimos anos, reflete os ajustes feitos para que o Centro pudesse se adaptar às restrições orçamentárias e financeiras verificadas ao longo dos últimos três anos. Apesar disso, o CGEE manteve um perfil de profissionais, tanto na área técnica como na administrativa, capaz de fazer frente, ainda que com limitações, aos compromissos assumidos no Contrato de Gestão.

É apresentada, abaixo, a composição da força de trabalho em 31.12.2017:

- ✓ **01** - Diretor Executivo;
- ✓ **02** – Diretores
- ✓ **01** - Gestor Administrativo;
- ✓ **17** - Assessores Técnicos, sendo 04 cedidos por órgãos da Administração Pública Federal e 13 em regime CLT;
- ✓ **16** - Profissionais Técnicos Administrativos - PTA (Celetistas - quadro permanente);
- ✓ **01** - Profissional Técnico Administrativo - PTA (Celetista - contratado por prazo determinado, vinculado à duração de um Projeto/Atividade);
- ✓ **12** - Profissionais Técnicos Especializados - PTE (Celetistas - quadro permanente);
- ✓ **03** - Profissionais Técnicos Especializados - PTE (Celetistas - contratados por prazo determinado, vinculado à duração de um Projeto ou Atividade);
- ✓ **02** - Menores Aprendizizes (Lei 10.097/2000).

Os gráficos apresentados abaixo reproduzem os números acima mencionados, destacando aspectos considerados relevantes para uma análise mais detalhada da força de trabalho do CGEE.

Gráfico 1 - Força de Trabalho do CGEE

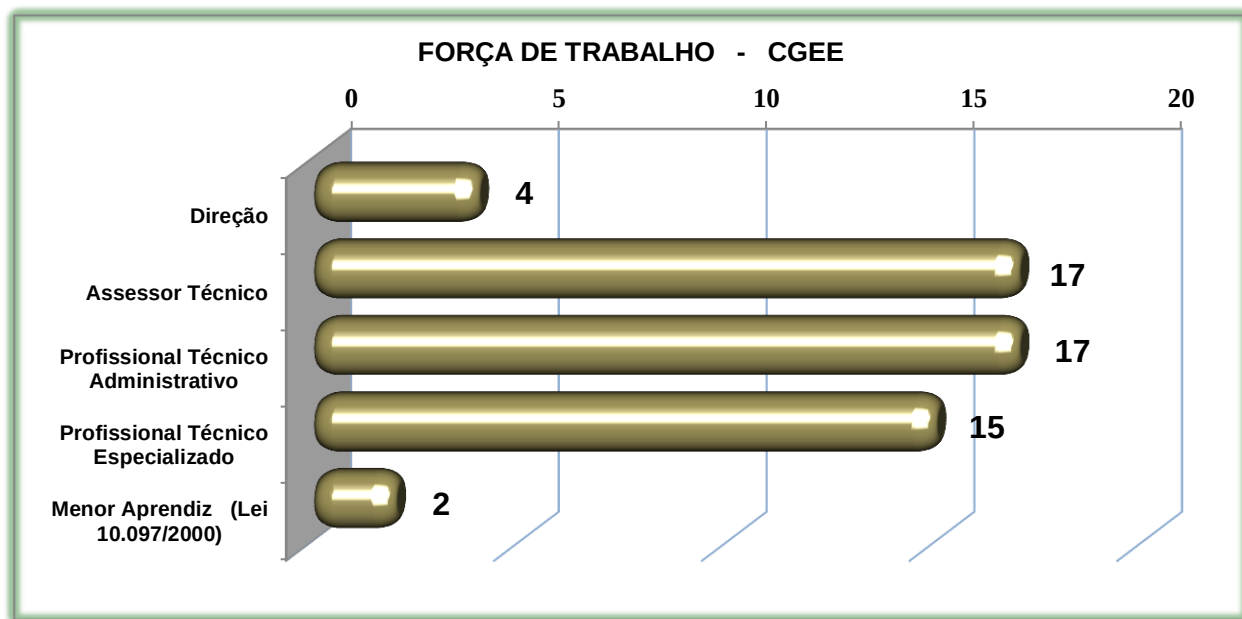


Gráfico 2 - Faixa Etária

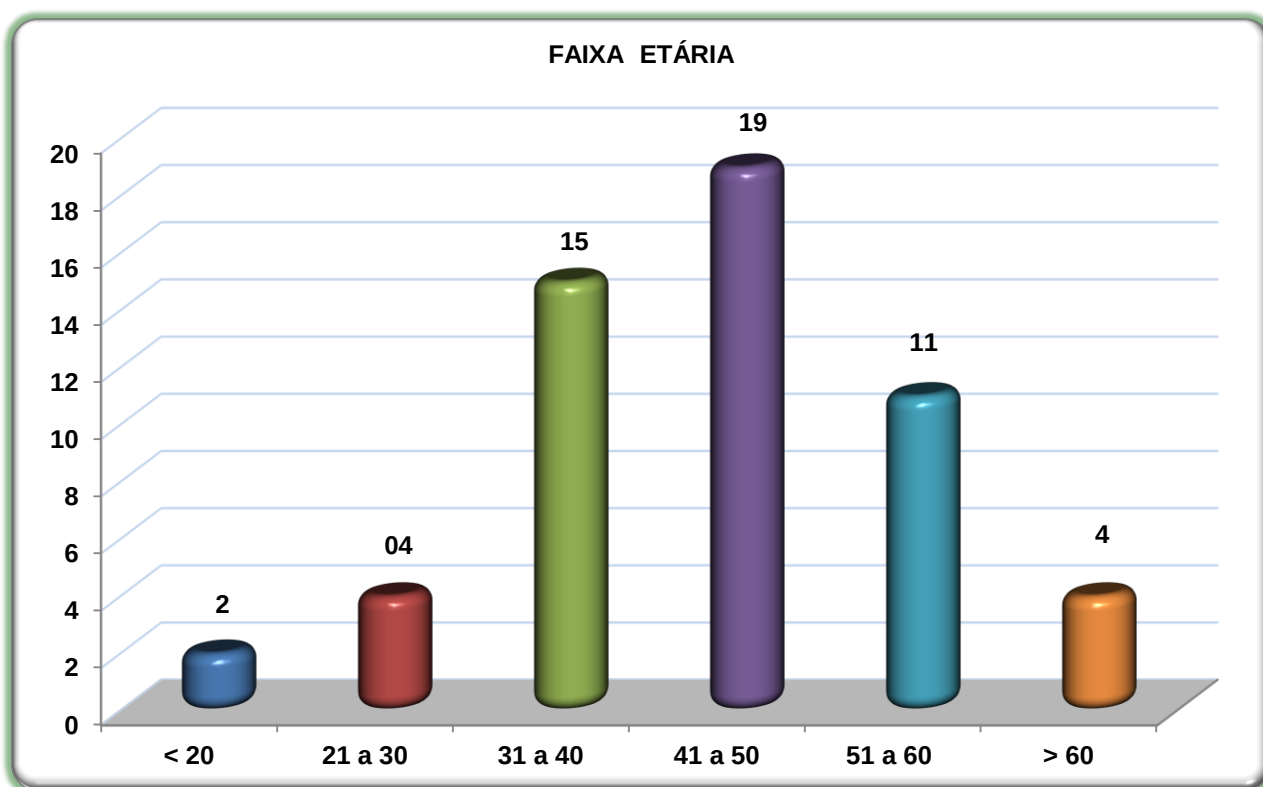


Gráfico 3 - Nível de Escolaridade

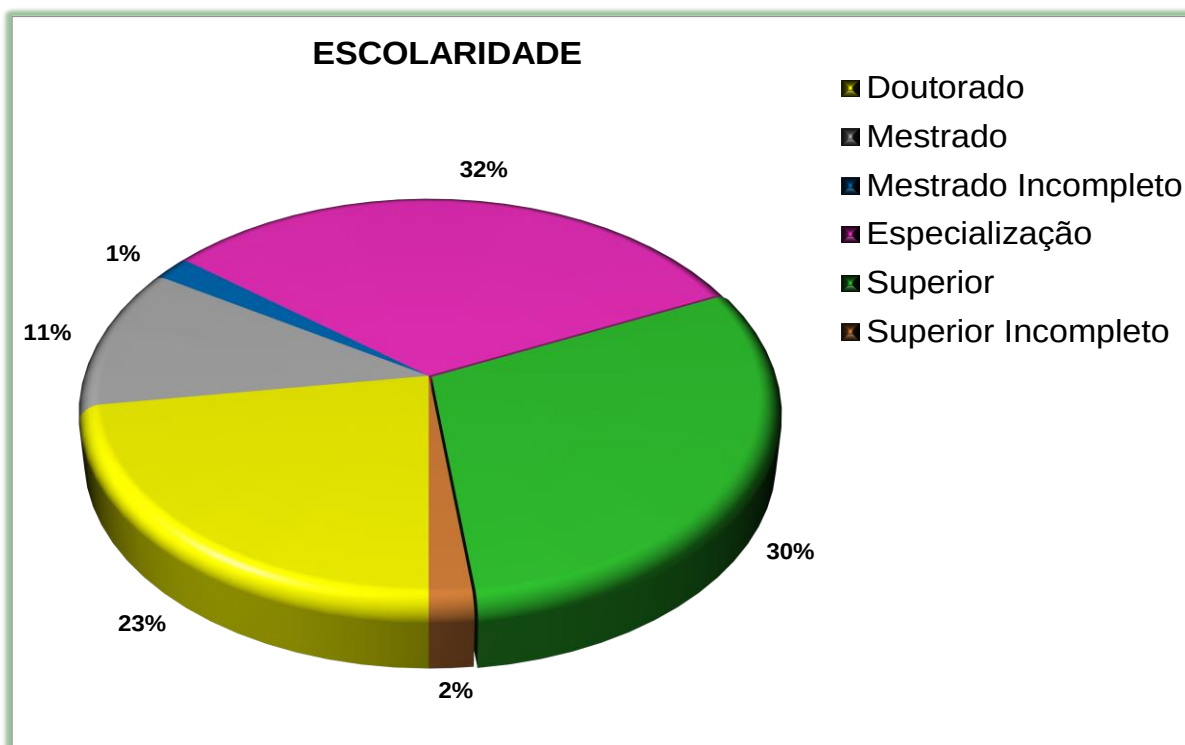
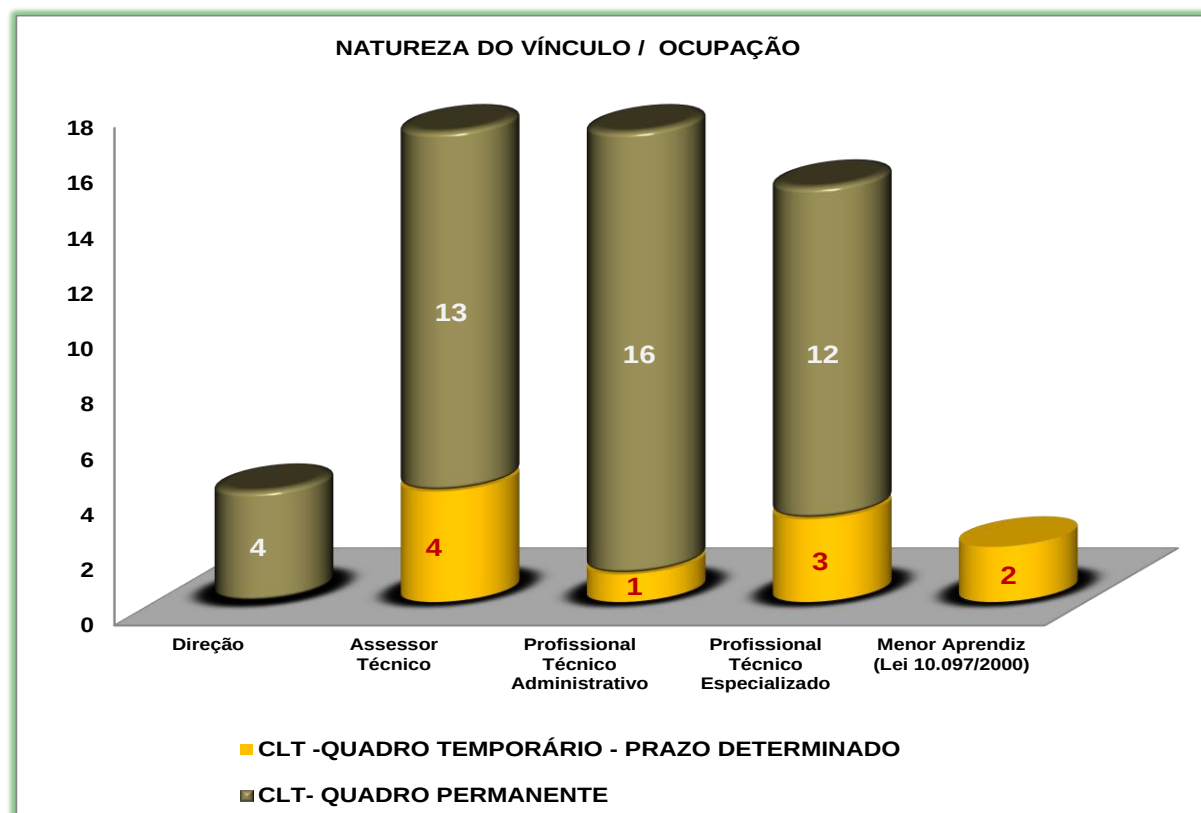


Gráfico 4 - Tipo de Vinculação



Atendendo recomendação do Órgão Supervisor, é apresentada a seguir a relação nominal dos componentes da força de trabalho em 31.12.2017, conforme vínculo profissional.

Relação de Empregados com vínculo celetista

Nome	CPF	CARGO	Data de Admissão
Adriana Badaro de Carvalho Villela	028628116-37	PTE IV-Prof.Téc.Esp.Nível G-45	01/10/2009
Alberto Akira Okata	007455349-61	Assessor Técnico F - Nível 40	14/04/2016
Alessandra de Moura Brandão	611374721-20	Assessor Técnico F - Nível 41	01/10/2014
Alexandra Joyce Kruger da Silva	485040501-06	PTA V -Prof.Téc.Adm.Nível E-33	01/10/2002
Antonio Carlos Filgueira Galvão	185466171-04	Diretor	03/10/2017
Antonio Geraldo de Paula Oliveira	751493462-68	Assessor Técnico F - Nível 39	20/05/2015
Betina Ferraz Barbosa	621076154-20	Assessor Técnico H - Nível 50	15/09/2015
Bianca dos Anjos Torreão	707103761-20	PTE II-Prof.Téc.Esp.Nível E-30	06/08/2013
Carlos Antonio Silva da Cruz	416373481-34	Assessor Técnico F - Nível 41	20/03/2013
Carlos Duarte de Oliveira Junior	634865711-68	PTE III-Prof.Téc.Esp.Nível F-39	03/09/2007
Ceres Zenaide Barbosa Cavalcanti	891641214-53	Assessor Técnico H - Nível 54	01/10/2008
Cristiano Hugo Cagnin	610129121-91	Assessor Técnico H - Nível 52	16/01/2012
Denise Mendes Teixeira Alves Terrer	909646081-20	PTE III-Prof.Téc.Esp.Nível F-36	01/07/2011
Diêgo Ivan Pereira dos Santos	062446071-12	Aprendiz	02/05/2016
Edmundo Antonio Taveira Pereira	182091737-15	Gestor Administrativo	11/02/2008
Eduardo Amadeu Dutra Moresi	320246816-20	Assessor Técnico H - Nível 50	14/10/2014
Eduardo Jose Lima de Oliveira	371781211-49	PTE III-Prof.Téc.Esp.Nível F-36	10/09/2008
Elaine Mara Michon Nehme	856518189-87	PTA IV-Prof.Téc.Adm. Nível D-24	03/09/2007
Fábio Augusto Melo Assunção	794491401-97	PTE II-Prof.Téc.Esp.Nível E-33	17/07/2017
Fabiola Brandão Maia Pitta	018930431-69	PTA III Prof.Téc.Adm.Nível C-16	01/08/2012
Gerson Gomes	533546487-91	Diretor	17/03/2011
Guilherme Rodrigues Araruna	027047201-00	PTE I -Prof.Téc.Esp.Nível D-22	03/08/2015
Iris Mary Duarte Cardoso Vieira	768155871-34	PTE III-Prof.Téc.Esp.Nível F-42	17/07/2006
Ivone Alves de Oliveira Lopes	723211561-04	PTA III Prof.Téc.Adm.Nível C-15	17/06/2013
José Roberto de Lima	752543527-87	Assessor Técnico F - Nível 36	14/01/2015
Kleber de Barros Alcanfôr	483224401-97	Assessor Técnico G - Nível 44	12/06/2007
Leonardo Rodrigues Viana	044487726-67	PTA III Prof.Téc.Adm.Nível C-15	21/07/2015
Luiza Muniz Pinheiro	036985821-20	PTE I - Prof.Téc.Esp.Nível D-22	02/05/2017
Maisa Aparecida Silva Alvares Cardoso	774460621-34	PTE II-Prof.Téc.Esp.Nível E-30	22/07/2013
Marcela Lima de Meira	058827631-69	Aprendiz	19/09/2016
Marcelo Khaled Poppe	334478107-34	Assessor Técnico I - Nível 58	01/12/2004
Marcia Soares da Rocha Tupinambá	811050371-34	PTA III Prof.Téc.Adm.Nível C-21	01/10/2002
Marcio de Miranda Santos	618397877-91	Diretor	21/10/2004
Marco Antonio Andrade Dias	647853351-49	PTE IV-Prof.Téc.Esp.Nível G-44	01/04/2004
Maria Helenice Alves da Silva	131774003-34	PTA IV-Prof.Téc.Adm. Nível D-24	01/10/2002
Mayra Jurua Gomes de Oliveira	086739137-56	PTE IV-Prof.Téc.Esp.Nível G-48	15/09/2008
Neila Cruvinel Palhares	434091136-49	PTE IV-Prof.Téc.Esp.Nível G-45	01/10/2002
Patricia Lopes Olivera	896886191-91	PTA III Prof.Téc.Adm.Nível C-16	15/08/2013
Paulo Roberto Bonfim Medeiros	652382901-44	Assessor Técnico G - Nível 45	23/02/2017
Rayany de Oliveira Santos	036317951-81	Assessor Técnico D - Nível 22	01/06/2017
Rivanda Tavares Martins	794346901-10	PTE II-Prof.Téc.Esp.Nível E-30	01/09/2006
Robert Antonio Santana Pereira	150768141-00	PTA IV-Prof.Téc.Adm.Nível D-22	03/07/2006
Roberto Lazarte Kaqui	036212751-42	PTE I -Prof.Téc.Esp.Nível D-27	01/09/2017
Rogério da Silva Castro	850342311-15	PTA II-Prof.Téc.Adm.Nível B-14	01/02/2016
Sandra Mara da Silva Milagres	482969701-63	PTA III Prof.Téc.Adm.Nível C-19	03/07/2006
Silvana Helena Alves Rolon	327338101-97	PTA V -Prof.Téc.Adm.Nível E-33	01/10/2002
Simone Rodrigues Neto Andrade	984475131-49	PTA III Prof.Téc.Adm.Nível C-17	15/12/2010
Stênio Neves Muniz	723491661-04	PTA IV-Prof.Téc.Adm.Nível D-22	09/08/2017
Theresa Regina Moraes Scafe	262600775-72	PTA IV-Prof.Téc.Adm.Nível D-23	01/08/2006
Thiago Rodrigues Costa Silva	012086281-60	PTA III Prof.Téc.Adm.Nível C-15	13/01/2014
Valdiana Passos Santos da Cunha	487366195-15	PTA V -Prof.Téc.Adm.Nível E-29	01/10/2002

Relação de Servidores Públicos Cedidos

A tabela abaixo lista os colaboradores cedidos por Órgão ou Entidade da Administração Pública Federal que compõem a equipe do Centro:

Nome	Cargo	Cessão	Órgão de Origem	Ônus repassado ao órgão cedente
Carlson Batista de Oliveira	Assessor Téc. H Ced. Nível 54	16/06/2011	CNPq	Sem ônus para o CGEE (Cessionário)
Jackson Max Furtunato Maia	Assessor Téc. G Ced. Nível 44	21/01/2013	INPE	
Sofia Cristina Adjuto Daher Aranha	Assessor Téc. H Ced. Nível 55	01/02/2007	CNPq	
Thyrso Villela Neto	Assessor Téc. H Ced. Nível 53	08/10/2012	INPE	

Durante o ano de 2017 dois servidores cedidos ao CGEE tiveram interrompida essa cessão, a saber: Mariano Francisco Laplane, que retornou ao seu órgão de origem (UNICAMP) em 01.08.2017; e Antônio Carlos Filgueira Galvão que teve sua aposentadoria concedida pelo CNPq. Este servidor foi, posteriormente, contratado na mesma posição na condição de empregado celetista.

b) Dispêndios com Pessoal e Encargos

As despesas com pessoal e encargos, no âmbito do Contrato de Gestão, tiveram uma redução de 21,62% em relação aos números de 2016 e atingiram um total de R\$ 11.052.554,01(Onze milhões, cinquenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais e hum centavo) representando 41,22% do total de recursos recebidos a esse título durante o ano de 2017. Esses números estão de acordo com determinações do Conselho de Administração, no sentido de que as despesas com pessoal e encargos não superasse o valor mensal de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).

Devido ao fato de que todos os recursos financeiros pactuados no 13º Termo Aditivo ao Contrato de gestão, as despesas com pessoal e encargos se mantiveram dentro do limite contratual de 60% do total da receita anual. A depender dos repasses a serem feitos em 2018 e à luz da previsão orçamentária para o Contrato de Gestão do CGEE, a direção do Centro deverá renegociar esse limite de forma a manter sua força de trabalho nesse período de dificuldades fiscais pelo qual atravessa o Governo Federal. Vale destacar que, dado ser o CGEE uma instituição intensiva em conhecimento, esse limite contratual

deverá ser discutido a partir de um equilíbrio entre despesas operacionais (custos indiretos) e investimentos vis-a-vis as despesas finalísticas (que inclui despesas com a preservação de equipe técnica-administrativa de alta qualidade e desempenho).

2.3. Capacitação Profissional

2.3 - Capacitação Profissional

As iniciativas de treinamento e capacitação de pessoal realizadas em 2017, se limitaram às necessidades mais imediatas da Instituição e buscaram não representar custos adicionais superiores aqueles já efetivamente contratados ou promovidos dentro do próprio Centro. Esse foi o caso das capacitações em Gestão da Qualidade e Análise de Risco onde 17 empregados receberam treinamento nas normas da ISO 9001, para fins de certificação de processo de compra de software e serviços correlatos.

Cabe destacar, ainda, o aproveitamento das ofertas de capacitação oferecidas pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, todas realizadas sem custos diretos. Nesse caso, estão incluídos os cursos de Gestão da Segurança da Informação - NBR 27001 e NBR 27002, o curso de introdução de Segurança de Redes e ainda o curso de ITIL V3 Fundamentos.

Finalmente devem ser mencionados os cursos de atualização na área de Recursos Humanos e Legislação, consequência direta das alterações provocadas pela Reforma Trabalhista trazida pela Lei nº 13.467/2017, assim como o treinamento objetivando o atendimento às mudanças introduzidas na legislação tributária, propiciadas pelo curso ECF 2017, que contou com a participação de um empregado.

A seguir é apresentado o quadro detalhado das atividades de treinamento e capacitação desenvolvidas em 2017.

Relatório Anual de Participação dos Empregados em Treinamento e Capacitação

Relatório de Participação de Empregados em Capacitação no Ano de 2017 (Janeiro a Dezembro)						
Empregado	Capacitação	Custo	Custo Passagem /Diária	Local	Data do evento	Carga Horária
Diego Ivan Pereira dos Santos, Marcela Lima de Meira .	Treinamento de Aprendiz - CIEE	2.745,36	0,00	Brasília/DF	Jan a Dez 2017	376
Maria Helenice Alves da Silva.	Curso Homolognet na Prática	576,00	2.531,55	São Paulo/SP	19 Janeiro/17	8
Guilherme Rodrigues Araruna.	ITIL V3 Fundamentos-RNP	0,00	0,00	Brasília/DF	27 e 28 Março/17	16
Alexandra J K. da Silva, Carlos Antonio Silva Cruz, Fabíola Brandão Maia Pitta, Guilherme Rodrigues Araruna, Iris Mary Duarte Cardoso, Ivone Alves de Oliveira Lopes, Kleber de Barros Alcanfor, Marcia S R. Tupinambá, Maria Helenice A. da Silva, Neila C. Palhares, Patricia Lopes Oliveira, Paulo Roberto Bonfim Medeiros, Silvana Helena A. Rolon, Simone Rodrigues Neto Andrade, Solange Cristina Figueiredo, Thiago Rodrigues Costa Silva.	Treinamento em Gestão da Qualidade - Norma IOS9001:2015	0,00	0,00	Brasília/DF	10 a 13 Abril/17	16
Bianca dos Anjos Torreão, Carlos Antonio Silva Cruz, Elaine Mara Michon, Fabíola Brandão Maia Pitta, Iris Mary Duarte Cardoso, Ivone Alves de Oliveira Lopes, Marcia S R. Tupinambá, Maria Helenice A. da Silva, Neila C. Palhares, Patricia Lopes Oliveira, Paulo Roberto Bonfim Medeiros, Rivanda Tavares, Silvana Helena A. Rolon, Simone Rodrigues Neto Andrade, Solange Cristina Figueiredo, Thiago Rodrigues Costa Silva.	Treinamento em Gestão da Qualidade - Análise de Risco dos Processos	0,00	0,00	Brasília/DF	28 Abril/17	4
Guilherme Rodrigues Araruna.	Gestão da Segurança da Informação- NBR 27001 e NBR 27002- RNP	0,00	0,00	Brasília/DF	24 a 28 Abril/17	40
Iris Mary Duarte Cardoso Vieira.	Curso de ECF 2017 via Web	510,61		Brasília/DF	09 Maio/17	8
Guilherme Rodrigues Araruna.	Introdução á Segurança de Redes- RNP	0,00	0,00	Brasília/DF	15 a 19 Maio/17	40
Iris Mary Duarte Cardoso Vieira, Maria Helenice Alves da Silva.	Reforma trabalhista e o Impacto do Nova Lei nº.13.467/2017	1.720,00	0,00	Brasília/DF	16 e 17 Outubro/17	16
		5.551,97	2.531,55			
Total Carga Horária (Anual)						524
Total de Empregados Capacitados no Ano						21
Total do Custo Anual						8.083,52

2.4. Atualização das Instalações e Equipamentos

2.4 - Atualização das Instalações e Equipamentos

No ano de 2017 as instalações e equipamentos do Centro não passaram por modificações quantitativas e qualitativas, tendo sido efetuadas apenas as manutenções preventivas e de rotina com vistas à manutenção da sua operacionalidade.

No final do ano de 2016 e no início do ano 2017 os principais contratos de manutenção foram renegociados com vistas à redução de custos operacionais. Cabe destaque especial aos contratos de manutenção de impressoras onde foi possível negociar e manter os mesmos valores aplicados em 2015; e a extensão por seis meses para os contratos de fornecimento de cartuchos, peças e materiais de escritório, mantidos os valores oferecidos no início dos mesmos.

2.5. Planejamento e Gestão Orçamentária e Financeira

2.5 – Planejamento e Gestão Orçamentária Financeira

Durante o ano de 2017, o CGEE deu continuidade ao esforço de redução de custos, de modo a obter equilíbrio financeiro e operacional diante das limitações impostas por conta de limitações de natureza orçamentária e financeira. Para isso, deu clara prioridade à execução de trabalhos que pudessem ser conduzidos pela sua equipe técnica, reduzindo ao estritamente necessário os gastos com pessoal temporário ou com a contratação de serviços de consultoria.

Diferentemente do ocorrido em anos anteriores, os recursos oriundos do Contrato de Gestão foram todos repassados, sendo totalmente integralizados até o final do exercício. Contudo, a demora na negociação e efetiva assinatura do 13º Termo Aditivo retardou o início do desenvolvimento de algumas ações, sem, no entanto, prejudicar o atendimento às metas pactuadas para o ano. A aplicação financeira dos recursos recebidos ainda no mês de dezembro deverá proporcionar a obtenção de ganhos financeiros que serão reaplicados nas atividades a serem desenvolvidas no curso de 2018.

O atual ciclo do Contrato de Gestão 2010-2016 foi prorrogado por mais um ano, por meio do 13º Termo Aditivo, tendo seu encerramento previsto para 30/06/2018. A expectativa é, portanto, de negociação e assinatura do novo ciclo do Contrato de Gestão no primeiro semestre de 2018

I - HISTÓRICO DOS VALORES REPASSADOS NO ÂMBITO DO CONTRATO DE GESTÃO

O 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em 24/10/2017, estabeleceu um montante de repasse financeiro equivalente a R\$ 15.218.016,00 representando um aumento percentual de 17,06% em relação ao ano de 2016. Apesar desse acréscimo, os valores são significativamente inferiores aos orçamentos praticados pelo Centro nos anos de 2011 a 2014.

Observa-se pelo histórico constante na tabela abaixo que há uma redução expressiva nos valores contratados e repassados nos últimos dois anos comparativamente aos anos anteriores. Esse fato restringiu o desenvolvimento de um quantitativo maior de projetos relevantes para a área de CT&I, em particular naquilo que se refere a estudos de futuro e avaliações estratégicas de programas e políticas públicas

HISTÓRICO DOS VALORES REPASSADOS PELO CONTRATO DE GESTÃO - 2010/2017									
FONTE	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL POR FONTE
MCTIC	3.500.000,00	8.200.000,00	6.927.150,00	5.391.850,00	5.391.850,00	0,00	8.000.000,00	12.218.016,00	49.628.866,00
FNDCT/FINEP	11.310.000,00	19.440.000,00	20.240.000,00	32.632.850,00	21.558.150,00	27.558.150,00	0,00	0,00	132.739.150,00
MEC	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00	3.000.000,00	11.000.000,00
TOTAL ANUAL	14.810.000,00	27.640.000,00	27.167.150,00	41.024.700,00	26.950.000,00	27.558.150,00	13.000.000,00	15.218.016,00	193.368.016,00

II – REPASSE CONTRATO DE GESTÃO EM 2017

A seguir é apresentado um demonstrativo dos repasses recebidos no âmbito do Contrato de Gestão, os respectivos meses, e o Termo Aditivo a que se referem:

DEMONSTRATIVO DE RECEBIMENTOS FINANCEIROS					
	2016	2017	2017		TERMO ADITIVO
Fonte de recurso	A receber	PREVISTO	RECEBIMENTO EFETIVO		
Contrato de Gestão	Saldo remanescente		VALOR	DATA	
MCTIC	6.595.310,00	12.218.016,00	5.000.000,00	20/02/17	11°
			1.595.310,00	20/02/17	13°
			4.000.000,00	01/11/17	
			1.000.000,00	17/11/17	
			2.000.000,00	05/12/17	
5.218.016,00	18/12/17				
MEC	5.000.000,00	3.000.000,00	5.000.000,00	14/02/17	11°
			3.000.000,00	11/12/17	13°
TOTAL	11.595.310,00	15.218.016,00	26.813.326,00		

III – RECEITAS FINANCEIRAS

As receitas financeiras do CGEE correspondem aos rendimentos com aplicações no mercado financeiro, aos descontos obtidos junto aos fornecedores e às variações ativas por meio de compras de serviços e/ou produtos realizados no exterior (aquisições utilizando cartão de crédito como meio de pagamento). Durante o ano de 2017 os rendimentos de aplicações financeiras representaram um total de R\$ 568.522,93 (quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e vinte e dois reais, noventa e três centavos), registrando um decréscimo de 21,14% em relação ao mesmo período de 2016.

A redução nas receitas financeiras, além da conjuntura que diminuiu os ganhos obtidos no mercado financeiro, decorre também da redução dos repasses realizados pelos

órgãos fomentadores e da demora na efetivação dos créditos acordados nos Termos Aditivos.

IV – OUTRAS RECEITAS

Foram registradas em 2017 outras receitas decorrentes de recuperação de despesas relativas a cancelamento de contratos e ressarcimentos, atingindo o montante de R\$ 643.087,71 (seiscentos e quarenta e três mil, oitenta e sete reais, setenta e um centavos).

V – SALDOS FINANCEIROS EM 31.12.2017

O saldo financeiro disponível nas contas correntes do CGEE em 31.12.2017 corresponde a R\$ 11.212.540,12 (Onze milhões, duzentos e doze mil, quinhentos e quarenta reais, doze centavos). Os recursos recebidos no âmbito do Contrato de Gestão são aplicados pelo Centro no mercado financeiro, utilizando modalidades conservadoras de investimento, onde o fator segurança é priorizado.

BANCO DO BRASIL S/A	SALDO
CONTA CORRENTE 435.002-2	0,00
APLICAÇÃO FINANCEIRA	11.212.540,12
TOTAL	11.212.540,12

VI – DEMONSTRATIVO DAS PREVISÕES DE DISPÊNDIOS X GASTOS EFETIVAMENTE REALIZADOS POR LINHA DE AÇÃO

O Centro mantém a atual estratégia de contenção de custos utilizando, prioritariamente, o capital intelectual próprio para o desenvolvimento de suas ações. No ano de 2017 manteve-se um equilíbrio dos gastos com pessoal e encargos. Contudo, mesmo considerando os esforços envolvidos o valor repassado pelos órgãos fomentadores ainda se manteve inferior em 25,32% ao montante das despesas realizadas na linha de atividade desenvolvimento institucional. Esse fato deixa subentendido a concentração de gastos no âmbito de trabalhos desenvolvidos internamente, em detrimento a práticas antigas de contratação de serviços especializados externos.

Demonstrativo das Previsões de Dispendio X Gastos Efetivamente Realizados				
Linhas de Ação	Previsto	Realizado	Participação Percentual	
			Previsto	Realizado
Estudos, Análises e Avaliações	1.262.600,00	305.921,30	6,85	1,65
Articulação	3.805.000,00	1.121.693,49	20,66	6,03
Apoio Técnico a Gestão Estratégica do SNCT&I	548.500,00	188.342,53	2,98	1,01
Disseminação da Informação em CT&I	242.000,00	180.401,61	1,31	0,98
Desenvolvimento Institucional (Gestão Operacional)	12.561.366,00	16.818.519,57	68,20	90,32
TOTAL	18.419.466,00	18.622.901,75	100,00	100,00

VII – HISTÓRICO DOS VALORES DA RESERVA TÉCNICA

Conforme estabelecido na Cláusula Sexta do Contrato de Gestão, a Reserva Técnica do CGEE foi constituída para assegurar condições de operação do Centro, com custeio de suas atividades básicas, pagamentos de contratos ou direitos trabalhistas não previstos e para a realização de outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do Contrato de Gestão. O histórico dessa Reserva pode ser acompanhado através da tabela abaixo:

HISTÓRICO RESERVA TÉCNICA							
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
5.916.479,32	5.916.479,52	7.457.102,40	8.417.608,05	6.750.408,82	8.954.297,69	4.477.740,82	5.577.740,82

O Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão estabeleceu em seu Anexo I uma recomposição do valor da reserva técnica em R\$ 1.100.000,00 (Hum milhão e cem mil reais) para o ano de 2017.

VIII – RELATÓRIO COMPARATIVO DE RECEITAS

As receitas efetivamente recebidas no ano de 2017 correspondem integralmente à parte do saldo remanescente do Décimo Primeiro Termo Aditivo e ao valor integral previsto no Décimo Terceiro Termo Aditivo do Contrato de Gestão, repassado pelo MCTIC e pelo MEC, conforme demonstrado abaixo:

RELATÓRIO COMPARATIVO DE RECEITAS 2017/2016									
	2017				2016				
Fonte de recurso	Previsto/Saldo Remanescente		Arrecadado	A receber	Previsto/Saldo Remanescente			Arrecadado	A receber
	2016	2017			2014	2015	2016		
Contrato de Gestão									
MCTI	6.595.310,00	12.218.016,00	18.813.326,00	0,00		8.000.000,00	6.595.310,00	8.000.000,00	6.595.310,00
FINEP					5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00	
MEC	5.000.000,00	3.000.000,00	8.000.000,00	0,00			5.000.000,00		5.000.000,00
Receitas Financeiras			568.522,93					720.846,92	
Recup. de Receitas			643.087,71					228.054,93	
Outras Rec. Operac								0,00	
TOTAL	11.595.310,00	15.218.016,00	28.024.936,64	0,00	5.000.000,00	8.000.000,00	11.595.310,00	13.948.901,85	11.595.310,00

IX – RELATÓRIO COMPARATIVO DE DISPÊNDIOS

A aplicação dos recursos repassados ao CGEE correspondente no ano de 2017 é detalhada a seguir por Conta Contábil de dispêndios:

Dispêndios Realizados Por Linha Contábil	2017			2016		
	Valor Parcial	Valor Total	%	Valor Parcial	Valor Total	%
Pessoal e Encargos – Quadro Efetivo	10.671.865,05	11.052.554,01	59,35	13.132.660,99	14.101.539,05	64,55
Pessoal e Encargos – Quadro Vinculado às ações	<u>380.688,96</u>			<u>968.878,06</u>		
Eventos, Diárias, hospedagens e Passagens		769.639,95	4,13		662.051,97	3,03
Consultoria Externa		1.920.478,80	10,31		1.569.061,66	7,18
Manutenção Administrativa		4.049.385,89	21,74		4.430.724,42	20,28
Outras Despesas Operacionais		822.819,85	4,42		1.043.631,60	4,78
Investimentos		8.023,25	0,04		40.410,91	0,18
TOTAL		18.622.901,75	100,00		21.847.419,61	100,00

Observa-se que nos últimos anos o CGEE registra reduções crescentes na conta de pessoal e encargos, de modo a garantir a estabilidade financeira diante das fortes reduções no seu orçamento.

X – ARRECADAÇÃO X DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Conforme determina a cláusula sétima do Contrato de Gestão o Centro poderá gastar até 60% (sessenta por cento) dos recursos financeiros repassados, com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza percebidas pelos dirigentes, empregados e servidores públicos. No ano de 2017, temos o seguinte:

2017		
VALOR REPASSE FINANCEIRO	DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	%
26.813.326,00	11.052.554,01	41,22

Esse percentual, inferior ao limite contratual de 60%, só foi possível ser atingido devido ao recebimento integral dos recursos previstos no 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, além dos saldos remanescentes do 11º Termo Aditivo.

XI – DOCUMENTOS REFERENCIADOS

Os documentos referenciados que subsidiaram as informações econômico-financeiras encontram-se em anexo ao item 2.5.1 do presente relatório, a saber:

Anexo I - Demonstrativo da Evolução dos Números do Contrato de Gestão;

Anexo II - Demonstrativo de Receitas e Despesas por Centros de custo (Inversão Gerencial);

Anexo III - Conjunto de Notas Técnicas Relativas à Programação Orçamentária.

2.5.1. Anexos

2.5.1.1. Anexo I - Demonstrativo da evolução dos números do Contrato de Gestão

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO - 2002 / 2017

EXERCÍCIOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Reserva Técnica	0,00	3.593.267,83	2.485.538,93	7.011.628,80	748.042,50	3.425.999,27	5.923.960,88	5.916.479,32	5.916.479,32	5.916.479,32	7.457.102,40	7.670.186,87	8.417.608,05	6.750.408,82	8.954.297,69	4.477.740,82
Saldo das ações continuadas - ano anterior					10.542.384,66	0,00	9.727.101,80	13.093.459,68	5.922.770,03	5.579.066,05	10.171.003,66	11.303.401,88	14.866.993,50	15.038.740,38	7.929.033,40	5.923.146,44
Saldos de anos anteriores a serem reaplicados					900.000,00	2.547.737,15	2.600.000,00	1.000.000,00	6.203.841,37	3.517.674,79	6.125.369,25	-636.878,57	-156.746,06	5.790.347,56	-6.199.985,12	-3.603.078,73
Excetentes financeiros a reprogramar									334.196,58	860.478,51	-9.796.272,53	1.384.299,75	1.324.574,15	4.613.541,31	2.331.277,59	628.331,56
Saldos acumulados (orçamentário) ano anterior (A)	0,00	3.593.267,83	2.485.538,93	7.011.628,80	12.190.427,16	5.973.736,42	18.251.062,68	20.009.939,00	18.377.287,30	15.873.698,67	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.038,07	13.014.623,56	7.426.140,09
Reincorporação de Saldos ao Contrato de Gestão - TCU (B)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.439.838,42	0,00	305.604,58	0,00
Recebido do exercício corrente - CG	7.900.000,00	5.335.500,00	10.400.000,00	21.094.000,00	12.439.212,00	18.074.262,88	20.600.000,00	20.330.000,01	14.810.000,00	17.850.000,00	13.967.150,00	18.391.850,00	5.391.850,00	0,00	0,00	15.218.016,00
Recebido do exercício anterior - CG			2.664.500,00	8.530.000,00	1.370.000,00	11.348.788,00	250.000,00	2.300.000,00		9.790.000,00	13.200.000,00	22.632.850,00	21.558.150,00	27.558.150,00	13.000.000,00	11.595.310,00
Compensação de crédito já programado								-304.736,09	3.316.946,99	-5.711.043,94	1.256.546,89	-12.487.067,61	-11.658.001,85	-21.607.012,72	-2.947.006,75	-4.303.402,05
Créditos de aplicações financeiras	123.984,75	99.634,53	733.773,93	1.188.408,03	1.297.408,03	1.501.318,45	1.629.296,89	1.655.879,65	1.739.887,87	1.635.139,01	950.972,09	1.078.304,58	1.704.084,95	2.034.067,05	720.846,92	568.522,93
Créditos no exercício (C)	8.023.984,75	5.435.134,53	13.798.273,93	30.812.408,03	15.106.620,03	30.924.369,33	22.479.296,89	23.981.143,57	19.866.834,86	23.564.095,07	29.374.668,78	29.615.936,97	16.996.083,10	7.985.204,33	10.773.840,17	23.078.446,88
Total de créditos (D=A+B+C)	8.023.984,75	9.028.402,36	16.283.812,86	37.824.036,83	27.297.047,19	36.898.105,75	40.730.359,57	43.991.082,57	38.244.122,16	39.437.793,74	43.331.871,56	49.336.946,90	44.888.351,16	40.178.242,40	24.094.068,31	30.504.586,97
Despesas no exercício	4.295.864,54	3.375.928,91	8.568.057,50	25.231.457,83	20.706.940,25	18.105.880,83	20.720.921,89	22.147.707,35	27.964.067,14	23.332.693,14	35.387.546,92	34.915.638,02	34.828.970,07	30.705.731,10	21.807.008,70	18.614.878,50
(-) Depreciação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-669.419,35	-667.762,64	-648.034,41	-372.798,95
Investimentos no exercício	134.852,38	116.286,25	550.636,38	350.399,14	336.079,41	192.903,93	304.234,77	149.140,93	117.400,29	966.215,39	716.933,43	1.625.581,89	158.935,49	125.601,09	40.410,91	8.023,25
Dispêndios pagos com saldos de exercícios anteriores	0,00	3.050.648,27	153.490,18	51.752,70	280.291,11	348.258,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Gastos (desembolso) no exercício (E)	4.430.716,92	6.542.863,43	9.272.184,06	25.633.609,67	21.323.310,77	18.647.043,07	21.025.156,66	22.296.848,28	28.081.467,43	24.298.908,53	36.104.480,35	36.541.219,91	34.318.486,21	30.163.569,55	21.199.385,20	18.250.102,80
Superávit para o próximo exercício (F= D-E)	3.593.267,83	2.485.538,93	7.011.628,80	12.190.427,16	5.973.736,42	18.251.062,68	19.705.202,91	21.694.234,29	10.162.654,73	15.138.885,21	7.227.391,21	12.795.726,99	10.569.864,95	10.014.672,85	2.894.683,11	12.254.484,17
Ajuste superávit exercícios anteriores, recuperação de despesas, entre outros (G)										74.864,26	6.551,11	-1.299,20	16.160,40	52.943,96	228.054,93	643.087,71
Superávit para o próximo exercício ajustado (H = F+G)										15.213.749,47	7.233.942,32	12.794.427,79	10.586.025,35	10.067.616,81	3.122.738,04	12.897.571,88
Créditos a receber (I)							2.300.000,00		9.790.000,00	13.200.000,00	22.632.850,00	21.558.150,00	32.558.150,00	13.000.000,00	11.595.310,00	0,00
Compromissos a pagar (J)							-1.946.645,87	-3.316.946,99	-4.078.956,06	-14.456.546,69	-10.145.782,39	-9.900.148,15	-10.951.137,28	-10.052.993,25	-7.291.907,95	-7.207.863,17
Ajuste de compensação (K)							-48.618,04									
Créditos / Débitos futuros a reprogramar (L= I+J+K)							304.736,09	-3.316.946,99	5.711.043,94	-1.256.546,69	12.487.067,61	11.658.001,85	21.607.012,72	2.947.006,75	4.303.402,05	-7.207.863,17
Sub-total (Superavit líquido a reprogramar) (M= H-L)							20.009.939,00	18.377.287,30	15.873.698,67	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.038,07	13.014.623,56	7.426.140,09	5.689.708,71
Reserva Técnica	3.593.267,83	2.485.538,93	7.011.628,80	748.042,50	3.425.999,27	5.923.960,88	5.916.479,32	5.916.479,32	5.916.479,32	7.457.102,40	7.670.186,87	8.417.608,05	6.750.408,82	8.954.297,69	4.477.740,82	5.577.740,82
Saldo das ações a serem continuadas no ano seguinte				10.542.384,66			9.727.101,80	13.093.459,68	5.922.770,03	5.579.066,05	10.171.003,66	11.303.401,88	14.866.993,50	14.238.740,38	7.929.033,40	3.695.747,21
Saldo de ações encerradas (concluídas ou canceladas) a ser reaplicado no ano seguinte				900.000,00	2.547.737,15	2.600.000,00	1.000.000,00	6.203.841,37	3.517.674,79	6.125.369,25	-636.878,57	-156.746,06	6.590.347,56	-6.199.985,12	-3.603.078,73	-3.899.182,96
Excetentes ou déficit financeiros a reprogramar								334.196,58	860.478,51	-9.796.272,53	1.384.299,75	1.324.574,15	4.613.541,31	2.331.277,59	628.331,56	315.403,64
Total dos saldos a serem reprogramados no ano seguinte	3.593.267,83	2.485.538,93	7.011.628,80	12.190.427,16	5.973.736,42	18.251.062,68	20.009.939,00	18.377.287,30	15.873.698,67	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.038,07	13.014.623,56	7.426.140,09	5.689.708,71

Legendas:	
Créditos a receber	Valores pendentes de repasse ao final do exercício
Compromissos a pagar	Contratos já firmados, com pagamentos a serem feitos em exercícios posteriores
Ajustes de compensação	Débitos ou créditos oriundos de classificações incorretas que impactam os saldos acumulados do CG - resultaram de diferenças identificadas por ocasião dos levantamentos feitos para atender ao TCU

2.5.1.2. Anexo II - Demonstrativo de Receitas e Despesas por Centros de Custo (Inversão Gerencial)

Período: **01/01/2017 a 31/12/2017** Grupos de Contas: **1.000**

Grupo de Centro de Custos: **701**

Máscara Solicitada: **A.BB.1.2.33.44.55**

Reduzida	C. Custos	Classificação	Nomenclatura	Vlr Orçado	Vlr Realizado	Diferença
0	700000	7	7 - CGEE	0,00	16.429.626,64C	16.429.626,64
0	700001	7.01	CONTRATO DE GESTÃO	0,00	16.429.626,64C	16.429.626,64
1.000	700001	7.01.3	RECEITAS	0,00	16.429.626,64C	16.429.626,64
1.010	700001	7.01.3.1	RECEITA BRUTA	0,00	16.429.626,64C	16.429.626,64
1.020	700001	7.01.3.1.01	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	15.861.103,71C	15.861.103,71
1.030	700001	7.01.3.1.01.01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	0,00	15.218.016,00C	15.218.016,00
1.040	700001	7.01.3.1.01.01.01	Transferências da União	0,00	15.218.016,00C	15.218.016,00
1.045	700001	7.01.3.1.01.02	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	643.087,71C	643.087,71
1.081	700001	7.01.3.1.01.02.05	Recuperação de Despesas/Ressarcimentos	0,00	643.087,71C	643.087,71
1.110	700001	7.01.3.1.03	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	568.522,93C	568.522,93
1.120	700001	7.01.3.1.03.01	Variações Monetárias Ativas	0,00	15,04C	15,04
1.130	700001	7.01.3.1.03.02	Rendimentos de Aplicações Financeira	0,00	512.045,92C	512.045,92
1.140	700001	7.01.3.1.03.03	Descontos Obtidos	0,00	56.461,97C	56.461,97

Período: **01/01/2017 a 31/12/2017** Grupos de Contas: **2.000**

Grupo de Centro de Custos: **701**

Máscara Solicitada: **A.BB.1.2.33**

Reduzida C. Custos	Classificação	Nomenclatura	Vlr Orçado	Vlr Realizado	Diferença
0	700000	7 - CGEE	18.419.466,00	18.614.878,50D	195.412,50-
0	700001	7.01 CONTRATO DE GESTÃO	18.419.466,00	18.614.878,50D	195.412,50-
2.000	700001	7.01.4 DESPESAS	18.419.466,00	18.614.878,50D	195.412,50-
2.010	700001	7.01.4.1 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	0,00	1.830.724,68D	1.830.724,68-
2.020	700001	7.01.4.1.01 Água e Esgoto	0,00	5.777,76D	5.777,76-
2.030	700001	7.01.4.1.02 Energia Elétrica	0,00	131.165,22D	131.165,22-
2.040	700001	7.01.4.1.03 Telecomunicações	0,00	266.954,99D	266.954,99-
2.050	700001	7.01.4.1.04 Transporte de Cargas	0,00	8.036,36D	8.036,36-
2.070	700001	7.01.4.1.06 Material de Escritório	0,00	18.064,45D	18.064,45-
2.080	700001	7.01.4.1.07 Licença de Uso de Software	0,00	283.875,70D	283.875,70-
2.090	700001	7.01.4.1.08 Propaganda e Publicidade	0,00	31.688,40D	31.688,40-
2.100	700001	7.01.4.1.09 Transporte Urbano	0,00	6.526,33D	6.526,33-
2.105	700001	7.01.4.1.10 Material de Copa ,Cozinha e Limpeza	0,00	23.820,27D	23.820,27-
2.106	700001	7.01.4.1.11 Suprimentos de Informática	0,00	72.115,08D	72.115,08-
2.107	700001	7.01.4.1.12 Seguros	0,00	64.113,82D	64.113,82-
2.108	700001	7.01.4.1.13 Locação de Veículos	0,00	136.535,77D	136.535,77-
2.110	700001	7.01.4.1.15 Limpeza, Copeiragem, Recepção e Vigilância	0,00	442.835,98D	442.835,98-
2.111	700001	7.01.4.1.16 Gráfica/Fotocópia/Gravação de CD-DVD	0,00	49.517,31D	49.517,31-
2.112	700001	7.01.4.1.17 Jornais e Revistas	0,00	1.445,40D	1.445,40-
2.113	700001	7.01.4.1.18 Manutenção e Conservação de Bens	0,00	229.680,98D	229.680,98-
2.114	700001	7.01.4.1.19 Aquisição de Publicações Técnicas	0,00	3.790,26D	3.790,26-
2.115	700001	7.01.4.1.20 Assinaturas de Jornais/Revistas e acesso a banco de dados	0,00	19.577,06D	19.577,06-
2.116	700001	7.01.4.1.21 Expedição, Serv.Postais/Mailling	0,00	17.170,66D	17.170,66-
2.118	700001	7.01.4.1.23 Reparos e Outros Serviços	0,00	1.334,02D	1.334,02-
2.099	700001	7.01.4.1.24 Bens não Imobilizados	0,00	4.487,01D	4.487,01-
2.092	700001	7.01.4.1.27 Ressarcimento de Transporte	0,00	1.593,87D	1.593,87-
2.094	700001	7.01.4.1.29 Filmagens/Edição e Editoração/Diagramação	0,00	2.760,00D	2.760,00-
2.119	700001	7.01.4.1.99 Outras Despesas	0,00	7.857,98D	7.857,98-
2.120	700001	7.01.4.2 DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	0,00	11.052.554,01D	11.052.554,01-
2.130	700001	7.01.4.2.01 Ordenados e Salários	0,00	5.515.633,51D	5.515.633,51-
2.140	700001	7.01.4.2.02 Gratificações e Prêmios	0,00	310.469,20D	310.469,20-
2.150	700001	7.01.4.2.03 Férias	0,00	730.957,31D	730.957,31-
2.160	700001	7.01.4.2.04 13º Salário	0,00	497.467,32D	497.467,32-
2.170	700001	7.01.4.2.05 INSS	0,00	1.613.677,67D	1.613.677,67-
2.180	700001	7.01.4.2.06 FGTS	0,00	666.972,32D	666.972,32-
2.190	700001	7.01.4.2.07 Indenizações e Aviso Prévio	0,00	22.072,55D	22.072,55-
2.200	700001	7.01.4.2.08 Assistência Médica e Social - Complementar	0,00	404.243,06D	404.243,06-
2.210	700001	7.01.4.2.09 Auxílio Alimentação	0,00	661.409,76D	661.409,76-
2.230	700001	7.01.4.2.11 Hora Extra	0,00	9.298,46D	9.298,46-
2.250	700001	7.01.4.2.13 Treinamento de Pessoal	0,00	15.214,16D	15.214,16-
2.260	700001	7.01.4.2.14 PIS s/Folha	0,00	75.275,60D	75.275,60-
2.270	700001	7.01.4.2.15 Auxílio Transporte	0,00	32.361,53D	32.361,53-
2.271	700001	7.01.4.2.16 Ressarcimento de Pessoal Cedido	0,00	207.917,90D	207.917,90-
2.272	700001	7.01.4.2.17 Seguro/Previdencia em Grupo	0,00	4.558,35D	4.558,35-
2.276	700001	7.01.4.2.21 Auxílio Moradia	0,00	173.866,20D	173.866,20-
2.277	700001	7.01.4.2.22 Bolsa Estagiários/menor aprendiz	0,00	114.587,68D	114.587,68-
2.279	700001	7.01.4.2.99 Outras Despesas com Pessoal	0,00	3.428,57C	3.428,57
2.280	700001	7.01.4.3 SERVIÇOS DE TERCEIROS	0,00	1.920.478,80D	1.920.478,80-
2.295	700001	7.01.4.3.02 Auditoria e Consultoria - PJ	0,00	31.783,07D	31.783,07-
2.301	700001	7.01.4.3.04 Honorários	0,00	6.000,00D	6.000,00-
2.310	700001	7.01.4.3.05 Serv.Prof.Espec.- PF	0,00	251.947,10D	251.947,10-
2.320	700001	7.01.4.3.06 Serv.Prof.Espec.- PJ	0,00	1.519.646,09D	1.519.646,09-
2.340	700001	7.01.4.3.08 INSS Empregador	0,00	59.549,40D	59.549,40-
2.321	700001	7.01.4.3.11 Serv.Prof.Espec/PJ-Remessa exterior	0,00	27.135,34D	27.135,34-
2.343	700001	7.01.4.3.14 PIS/Remessa exterior-5434	0,00	4.355,61D	4.355,61-
2.345	700001	7.01.4.3.16 COFINS/Remessa exterior-5442	0,00	20.062,19D	20.062,19-
2.400	700001	7.01.4.4 ALUGUÉIS E ARRENDAMENTOS	0,00	2.218.661,21D	2.218.661,21-
2.410	700001	7.01.4.4.01 Aluguél de Imóveis	0,00	1.795.153,07D	1.795.153,07-
2.420	700001	7.01.4.4.02 Aluguéis de Máquinas e Equipamentos	0,00	7.649,85D	7.649,85-
2.431	700001	7.01.4.4.04 Taxas Condominiais	0,00	411.129,31D	411.129,31-
2.432	700001	7.01.4.4.05 Outras Despesas c/Aluguéis	0,00	4.728,98D	4.728,98-
2.440	700001	7.01.4.5 IMPOSTOS E TAXAS	0,00	190.468,21D	190.468,21-
2.450	700001	7.01.4.5.01 IPTU	0,00	53.290,14D	53.290,14-
2.470	700001	7.01.4.5.03 Taxas Diversas	0,00	137.178,07D	137.178,07-

Período: **01/01/2017 a 31/12/2017** Grupos de Contas: **2.000**

Grupo de Centro de Custos: **701**

Máscara Solicitada: **A.BB.1.2.33**

Reduzida C. Custos	Classificação	Nomenclatura	Vlr Orçado	Vlr Realizado	Diferença
2.500	700001	7.01.4.6			
		DESPESAS FINANCEIRAS	0,00	232.437,72D	232.437,72-
2.530	700001	7.01.4.6.03 Despesas Bancárias	0,00	127.323,25D	127.323,25-
2.540	700001	7.01.4.6.04 IRRF s/Aplicações Financeiras	0,00	105.114,47D	105.114,47-
2.560	700001	7.01.4.7			
		OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS E PROVISÕES	0,00	796.754,92D	796.754,92-
2.580	700001	7.01.4.7.02 Diárias	0,00	302.652,52D	302.652,52-
2.590	700001	7.01.4.7.03 Passagens	0,00	453.008,83D	453.008,83-
2.600	700001	7.01.4.7.04 Promoções e Eventos	0,00	13.978,60D	13.978,60-
2.605	700001	7.01.4.7.05 Despesas Miudas de Pronto Pagamento	0,00	21.684,97D	21.684,97-
2.606	700001	7.01.4.7.06 TX de Emissão Passagens Aéreas	0,00	2.910,00D	2.910,00-
2.607	700001	7.01.4.7.07 Serviços Eventuais	0,00	2.520,00D	2.520,00-
2.610	700001	7.01.4.8			
		DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	0,00	372.798,95D	372.798,95-
2.620	700001	7.01.4.8.01 Depreciações	0,00	332.025,69D	332.025,69-
2.630	700001	7.01.4.8.02 Amortizações	0,00	40.773,26D	40.773,26-
2.640	700001	7.01.4.9			
		DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	18.419.466,00	0,00	18.419.466,00
2.699	700001	7.01.4.9.99 .Orçamento	18.419.466,00	0,00	18.419.466,00

2.5.1.3. Anexo III - Conjunto de Notas Técnicas relativas à Programação Orçamentária

**COORDENADORIA FINANCEIRA****NOTA TÉCNICA nº 001/2017****Assunto: Saldos do Contrato de Gestão para 2017.****1 - Objeto:**

Ações e subações/atividades do Contrato de Gestão com execução programada para este exercício.

2 - Os fatos:

Com vistas à abertura das dotações nos respectivos centros de custos dentro da 'Estrutura de Planejamento e Orçamento para 2017, procedeu-se à apuração dos saldos disponíveis, tendo como base o Balanço Patrimonial do CGEE/2016.

O objetivo da reprogramação é estabelecer o fluxo financeiro do Centro, iniciando com o levantamento do saldo financeiro extraído do item. 4 das notas explicativas as demonstrações contábeis do CGEE/2016, considerando todos os recursos disponíveis, seja em conta corrente ou em aplicações financeiras, como segue:

BANCO DO BRASIL – AG 1003-0	R\$
Conta corrente – 435.002-2	0,00
Aplicação de Liquidez Imediata	2.648.994,15
TOTAL	2.648.994,15

Ao saldo financeiro acima deverá ser acrescentado o valor a receber do Contrato de Gestão correspondente a R\$ 11.595.310,00 que consta dos restos a pagar do 11º Termo Aditivo, ficando o total de créditos orçamentários para 2017, distribuídos da seguinte forma:

(+) CRÉDITOS	R\$
Saldo Financeiro	2.648.994,15
Saldo a Receber 11º Termo Aditivo - CG	11.595.310,00
TOTAL	14.244.304,15



Dos créditos, acima apurados, deverá ser deduzido o saldo das ações iniciadas em 2016 que terão continuidade em 2017, os compromissos a liquidar e o saldo da reserva técnica, conforme apresentado abaixo:

(-) DÉBITOS	R\$
Saldo das ações continuadas	5.923.146,44
Compromissos a liquidar	7.291.907,95
Reserva Técnica	4.477.740,82
TOTAL	17.692.795,21

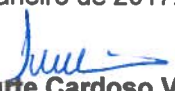
Dessa movimentação resta demonstrado um déficit orçamentário de **R\$ 3.448.491,06**. Na assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Gestão anual, esse valor será remanejado de forma que, no ano de 2017 o saldo orçamentário seja suficiente para a realização das atividades operacionais do Centro.

Para registro da abertura do orçamento 2017 será considerado o saldo das ações continuadas e no momento da repactuação os valores acima poderão ter destinações diferenciadas que deverão ser ajustadas em Nota Técnica própria.

3 - Conclusão:

Submetemos à consideração superior para ciência e autorização.

Brasília, 30 de janeiro de 2017.


Iris Mary Duarte Cardoso Vieira
Coordenadora Financeira

Ao Sr. Diretor Executivo
Submeto à consideração e aprovação.
CGEE, 31.01.2017

De acordo.
CGEE, 31.01.2017


Edmundo Antonio Taveira Pereira
Gestor Administrativo


Marcio de Miranda Santos
Diretor Executivo

C/ANEXOS

- I – Demonstrativo do Saldo de Ações Continuadas;
- II – Demonstrativo da Evolução do Saldo do Contrato de Gestão
- III- Item 4 das Notas explicativas as demonstrações contábeis 2016

DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO - 2002 / 2017

EXERCÍCIOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016	2016
Saldos acumulados (orçamentário) ano anterior (A)		3.593.267,83	2.485.539,83	7.011.829,80	12.190.427,16	5.973.736,42	18.251.062,88	20.009.939,00	18.377.287,30	15.873.888,87	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.638,07	13.014.823,58
Reserva Técnica															
Saldo das ações continuadas - ano anterior	0,00														
Saldos de anos anteriores a serem replicados															
Exercícios financeiros a reprogramar															
Reincorporação de Saldos ao Contrato de Gestão - TCU (B)															
Créditos no exercício (C)	8.023.984,75	5.435.134,53	13.798.273,93	30.812.408,03	15.106.820,93	30.924.369,33	22.479.296,89	23.981.143,57	19.868.834,86	23.564.095,07	29.374.688,78	29.615.938,97	16.996.883,10	7.865.264,33	10.773.846,17
Recebido do exercício corrente - CG	7.900.000,00	5.335.500,00	10.400.000,00	21.094.000,00	12.439.212,00	18.074.262,88	20.600.000,00	20.330.000,01	14.810.000,00	17.850.000,00	13.987.150,00	18.391.850,00	5.391.850,00	0,00	0,00
Recebido do exercício anterior - CG			2.664.500,00	8.530.000,00	1.370.000,00	11.348.788,00	250.000,00	2.300.000,00		9.790.000,00	13.200.000,00	22.632.850,00	21.556.150,00	27.558.150,00	13.000.000,00
Compensação de crédito já programado															
Créditos de aplicações financeiras	123.984,75	99.634,53	733.773,93	1.188.408,03	1.297.408,93	1.501.318,45	1.629.298,89	1.655.879,65	1.739.887,87	1.835.139,01	959.972,09	1.078.304,58	1.704.084,95	2.034.087,05	720.946,92
Total de créditos (D=A+B+C)	8.023.984,75	5.928.402,36	16.283.812,86	37.824.036,83	27.287.047,19	36.898.106,75	40.730.359,57	43.991.082,57	38.244.122,16	39.437.793,74	43.331.871,56	49.336.946,90	44.880.391,16	40.175.242,40	24.094.083,31
Despesas no exercício	4.295.864,54	3.375.928,91	8.568.057,50	25.231.457,83	20.708.940,25	18.105.880,83	20.720.921,89	22.147.707,35	27.964.087,14	23.332.693,14	35.387.546,92	34.915.638,02	34.828.970,07	30.705.731,10	21.807.008,70
(-) Depreciação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-669.419,35	-667.762,64	-848.034,41
Investimentos no exercício	134.852,38	116.286,25	550.836,38	350.399,14	336.079,41	192.903,93	304.234,77	149.140,93	117.400,29	999.215,39	716.833,43	1.625.581,89	158.835,48	125.601,09	40.410,91
Despesas pagas com saldos de exercícios anteriores	0,00	3.050.848,27	153.480,18	51.752,70	280.291,11	348.258,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Gastos (desembolsos) no exercício (D)	4.430.716,92	6.542.863,43	9.272.184,06	25.633.609,87	21.323.310,77	18.647.043,07	21.025.166,66	22.296.848,28	28.081.487,43	24.236.908,53	38.104.480,35	38.541.219,91	34.318.486,21	30.163.589,55	21.199.385,20
Superávit para o próximo exercício (E=C-D)															
Ajuste superávit exercícios anteriores, recuperação de despesas, entre outros (F)															
Superávit para o próximo exercício ajustado (G=E+F)															
Créditos a receber (H)															
Compromissos a pagar (I)															
Ajuste de compensação (J)															
Créditos / Débitos futuros a reprogramar (K=H+J)															
Sub-total (E-I) (Superávit líquido a reprogramar)															
Reserva Técnica (L)	3.593.267,83	2.485.539,83	7.011.829,80	748.042,50	3.425.999,27	5.923.990,88	5.916.479,32	5.916.479,32	5.916.479,32	7.457.102,40	7.870.186,87	8.417.608,05	8.954.287,86	4.477.740,82	5.923.146,44
Saldo das ações a serem continuadas no ano seguinte (M)															
Saldos de ações encerradas (concluídas ou canceladas) a ser replicado no ano seguinte (N)															
Exercícios ou déficit financeiros a reprogramar (O)															
Total dos saldos a serem reprogramados no ano seguinte (P=H+I+L+M)	3.593.267,83	2.485.539,83	7.011.829,80	12.190.427,16	5.973.736,42	18.251.062,88	20.009.939,00	18.377.287,30	15.873.888,87	13.957.202,78	19.721.009,93	24.452.429,64	32.193.638,07	13.014.823,58	7.426.140,09

Legenda:	Informações para subsidiar a definição dos valores a serem renegociados para o exercício seguinte (posição orçamentária)
H+J	Valores pendentes de repasse ao final do exercício
Créditos a receber	Contratos já firmados, com pagamentos a serem feitos em exercícios posteriores
Compromissos a pagar	Débitos ou créditos oriundos de classificações incorretas que impactam os saldos acumulados do CG - resultaram de diferenças identificadas por ocasião dos levantamentos feitos para atender ao TCU
Ajustes de compensação	

CONTRATO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2016 E PROPOSTA 2017

AÇÃO/SUBAÇÃO	Dotações	GASTOS REALIZADOS		SALDOS	
		Ações	Ações	Ações	Ações
		Encerradas	Continuadas	Encerradas	Continuadas
CONTRATO DE GESTÃO	24.167.487,32	19.415.657,19	2.431.762,42	-3.603.078,73	5.923.146,44
CONTRATO DE GESTÃO = INVERSÃO GERENCIAL (-/+ INVESTIMENTOS)		19.375.246,28	2.431.762,42	-3.512.667,82	5.923.146,44
SUBTOTAL DA DESPESA					
1 - ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES	1.039.201,50	155.978,46	92.623,04	31.600,00	759.000,00
1 - Avaliação de Programas em CT&I	651.623,04	0,00	92.623,04	0,00	559.000,00
25 - Avaliação dos Impactos da Lei de Informática	200.000,00		0,00	0,00	200.000,00
26 - Avaliação do Impacto Fiscal da Lei do Bem	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
80 - Atividade - Recursos Humanos para CT&I	113.233,22	0,00	49.233,22	0,00	64.000,00
01 - A Formação de Novos Quadros para CT&I: a Trajetória Profissional dos Egressos do Programa PIBIC		0,00	18.000,00	0,00	-18.000,00
02 - Estudo sobre os Doutores Titulados no Exterior e a Atualização dos Dados de Mestres e Doutores (2010-2011)		0,00	5.233,22	0,00	-5.233,22
03 - Mestres e Doutores: Produção e Difusão de Informações para Políticas Públicas			16.000,00		-16.000,00
04 - Mestres e Doutores nas Empresas			10.000,00		-10.000,00
81 - Atividade - Indicadores de Inovação	138.389,82	0,00	43.389,82	0,00	95.000,00
01 - Indicadores de Inovação nas Empresas Brasileiras		0,00	43.389,82	0,00	-43.389,82
0 - Inovação e Competitividade em Setores Econômicos e Industriais	139.614,29	125.614,29	0,00	14.000,00	0,00
24 - Acumulação de Competências na Indústria Farmacêutica Brasileira	139.614,29	125.614,29	0,00	14.000,00	0,00
1 - Temas Estratégicos para o Desenvolvimento do Brasil	247.964,17	30.364,17	0,00	17.600,00	200.000,00
24 - Subsídios para a ENCTI 2016 - 2020	47.964,17	30.364,17	0,00	17.600,00	0,00
26 - Mapeamento de Competências em Temas Estratégicos em Bioeconomia	200.000,00				200.000,00
2 - ARTICULAÇÃO	5.172.359,45	0,00	148.504,79	0,00	5.023.854,66
1 - Internacionalização da CT&I Brasileira	172.359,45	0,00	148.504,79	0,00	23.854,66
80 - Atividade - Inserção do CGEE em Agendas Internacionais	172.359,45	0,00	148.504,79	0,00	23.854,66
01 - Agenda Positiva para Mudanças do Clima		0,00	37.211,69	0,00	-37.211,69
02 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável		0,00	2.000,00	0,00	-2.000,00
03 - Contribuições Brasileiras a Iniciativa de CT&I para o Desenvolvimento Sustentável das Terras Secas da América Latina e o Caribe (ÁRIDAS LAC)					0,00
04 - Agenda Positiva: Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável			42.321,35		-42.321,35
3 - Arranjos Institucionais em Tema Relevantes p/Políticas e Programas em CT&I	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	-66.971,75
					5.000.000,00

CONTRATO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2016 E PROPOSTA 2017

AÇÃO/SUBAÇÃO	Dotações	GASTOS REALIZADOS		SALDOS	
		Ações Encerradas	Ações Continuadas	Ações Encerradas	Ações Continuadas
07 - Subsídios para a Criação do Programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	3.500.000,00
08 - Mapa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil - Etapa II	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
3 - APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCT&I	1.514.386,70	0,00	1.211.876,26	0,00	302.510,44
5 - Foros de Discussão em CT&I	739.883,05	0,00	177.820,99	0,00	562.062,06
12 - Apoio Técnico à Plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento	600.000,00	0,00	99.508,62	0,00	500.491,38
80 - Atividade - Notas Técnicas	69.671,72		34.671,72		35.000,00
01 - Notas Técnicas		0,00	34.671,72	0,00	-34.671,72
81 - Atividade - Reuniões de Especialistas	70.211,33	0,00	43.640,65	0,00	26.570,68
01 - Reuniões de Especialistas		0,00	43.640,65	0,00	-43.640,65
8 - Evolução de Plataformas Eletrônicas Para Gestão da SNCTI	774.503,65	0,00	1.034.055,27	0,00	-259.551,62
80 - Atividade - Desenvolvimento e atualização de plataformas eletrônicas em CT&I	774.503,65	0,00	1.034.055,27	0,00	-259.551,62
01 - Portal Inovação			190.600,07		-190.600,07
02 - Integração dos Sistemas de Informações Gerenciais do CGEE			0,00		0,00
03 - Memória Organizacional			485.468,89		-485.468,89
04 - Plataformas Eletrônicas SNCTI (Aquários)			349.952,31		-349.952,31
05 - PMO			8.034,00		-8.034,00
4 - DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM CT&I	203.006,93	0,00	251.065,63	0,00	-48.058,70
1 - Publicações do CGEE e Participação em Eventos	203.006,93	0,00	251.065,63	0,00	-48.058,70
81 - Atividade - Produção e Disseminação de Informação	203.006,93	0,00	251.065,63	0,00	-48.058,70
01 - Reformulação dos Processos de Divulgação dos Estudos do CGEE		0,00	251.065,63	0,00	-251.065,63
6 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	16.238.532,74	19.259.678,73	727.692,70	-3.634.678,73	-114.159,96
1 - Gestão Operacional	15.625.000,00	19.259.678,73	0,00	-3.634.678,73	0,00
01 - Pessoal e Encargos	12.500.000,00	13.117.082,58	0,00	-617.082,58	0,00
02 - Manutenção e Operação	3.000.000,00	6.069.122,33	0,00	-3.069.122,33	0,00
03 - Investimentos	50.000,00	40.410,91		9.589,09	0,00
04 - Capacitação de pessoal	75.000,00	33.062,91	0,00	41.937,09	0,00
2 - Competência Metodológica e Gestão de Informações Estratégicas	613.532,74	0,00	727.692,70	0,00	-114.159,96
80 - Atividade - Observatório em Ciência, Tecnologia e Inovação	418.397,24	0,00	590.819,81	0,00	-172.422,57

CONTRATO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2016 E PROPOSTA 2017

AÇÃO/SUBAÇÃO	Dotações	GASTOS REALIZADOS			SALDOS		
		Ações Encerradas	Ações Continuadas	Ações Encerradas	Ações Continuadas	Ações Encerradas	Ações Continuadas
01 - Observatório de Tecnologias Espaciais - OTE	0,00		583.419,81				-583.419,81
02 - Mapa Dinâmico de Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI)	0,00		7.400,00				-7.400,00
81 - Atividade - Desenvolvimento de Competências e Ferramentas em Prospecção Avaliação Estratégica, Gestão da Informação e do Conhecimento	195.135,50	0,00	136.872,89	0,00	0,00	58.262,61	
01 - Estudos de Futuro						0,00	
02 - Avaliação Estratégica						-122.767,02	
03 - Consolidação de uma Arquitetura de Gestão da Informação (GI) Baseada em Serviços			122.767,02			0,00	
04 - Exploração de Dados e Visualização de Informação			14.105,87			-14.105,87	

lota 1: O relatório de inversão gerencial não totaliza o gasto com o imobilizado por ser conta do ativo.

lota 3: Ações continuadas.

3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2016	2015
Bancos/Caixa – Recursos com restrição -Contrato Administrativo	1.166,48	36.785,54
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato de Gestão	0,00	215,90
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contratos Administrativos	2.273.034,79	1.816.124,46
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrição – Contrato de Gestão	2.648.994,15	11.471.185,16
Total	4.923.195,42	13.324.311,06

5. CONTAS A RECEBER

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

Clientes	2016	2015
AES Tietê S/A	22.987,52	0,00
BAESA – Energética Barra Grande S/A	0,00	11.250,00
Campos Novos Energia S/A	0,00	11.250,00
CAPES – Fundação Coord.de Aperf.de Pessoal de Nível Superior	199.690,00	0,00
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	17.839,28	0,00
CESP Companhia Energética de São Paulo	204.133,98	0,00
Companhia Sul Paulista de Energia	17.839,28	0,00
COPEL Distribuição S/A	18.420,16	0,00
COPEL Geração e Transmissão S/A	1.993,24	0,00

COORDENADORIA FINANCEIRA

NOTA TÉCNICA nº 003/2017

Assunto: 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão para 2010/2018.

1 - Objeto:

Programação das ações e subações/Atividades do 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão.

2 - Os fatos:

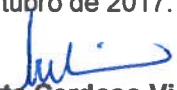
Abertura das dotações, constantes do 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão incluindo no Centro de Custo da Estrutura de Planejamento e Orçamento para 2017, o valor de **R\$ 18.419.466,00** (Anexo I) que se destina a execução das ações/atividades no exercício.

Diante dos dados acima, o anexo I do 13º Termo Aditivo estabeleceu um orçamento distribuído da seguinte forma: **R\$ 4.301.450,00** a ser aplicado em ações/atividades continuadas de 2016 e **R\$ 2.050.000,00** para incrementar o orçamento das ações/atividades já existentes e subsidiar a execução de 8 novas ações (projetos temáticos). Foi destinado a Gestão Operacional o montante de **R\$ 12.068.016,00**.

3 - Conclusão:

Submetemos à consideração superior para ciência e autorização.

Brasília, 26 de outubro de 2017.


Iris Mary Duarte Cardoso Vieira
Coordenadora Financeira

Ao Sr. Diretor Executivo em Exercício da
Presidência,
Submeto à consideração e aprovação.
CGEE, 27.10.2017

De acordo.
CGEE, 27.10.2017


Edmundo Antonio Taveira Pereira
Gestor Administrativo


Marcio de Miranda Santos
Diretor Executivo em Exercício da Presidência

ANEXO:

- Inversão Gerencial - Orçamento
- 13º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e anexo I

**cgge**Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação**CENTRO DE CUSTOS
(INVERSÃO GERENCIAL)
Demonstrativo Contábil**Página: 1
Emissão: 06/02/2018

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017 Grupos de Contas: 2.699

Grupo de Centro de Custos: 701

Máscara Solicitada: A.BB.CC.DD.EE.FF

Reduzida C. Custos	Classificação	Nomenclatura	Vlr Orçado	Vlr Realizado	Diferença
0	700000	7 - CGEE	18.419.466,00	0,00	18.419.466,00
0	700001	7.01 CONTRATO DE GESTÃO	18.419.466,00	0,00	18.419.466,00
0	700032	7.01.51 ESTUDOS, ANÁLISES E AVALIAÇÕES	1.262.800,00	0,00	1.262.800,00
0	700228	7.01.51.31 Avaliação de Programas em CT&I	1.052.800,00	0,00	1.052.800,00
0	700738	7.01.51.31.25 Avaliação dos Impactos da Lei de Informática	110.000,00	0,00	110.000,00
0	700739	7.01.51.31.26 Avaliação do Impacto Fiscal da Lei do Bem	210.000,00	0,00	210.000,00
0	700757	7.01.51.31.27 Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)	500.000,00	0,00	500.000,00
0	700758	7.01.51.31.28 Análise da Evolução de Redes Temáticas Coordenadas pelo MCTIC	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700515	7.01.51.31.80 Atividade - Recursos Humanos para CT&I	137.500,00	0,00	137.500,00
0	700734	7.01.51.31.80.05 Serviços de Informação de RH para CT&I	137.500,00	0,00	137.500,00
0	700516	7.01.51.31.81 Atividade - Indicadores de Inovação	45.100,00	0,00	45.100,00
0	700632	7.01.51.31.81.01 Indicadores de Inovação nas Empresas Brasileiras	45.100,00	0,00	45.100,00
0	700441	7.01.51.50 Inovação e Competitividade em Setores Econômicos e Industriais	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700755	7.01.51.50.25 Subsídios Técnicos para a Estratégia Digital Brasileira	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700447	7.01.51.51 Temas Estratégicos para o Desenvolvimento do Brasil	160.000,00	0,00	160.000,00
0	700737	7.01.51.51.26 Mapeamento de Competências em Temas Estratégicos em Bioeconomia	110.000,00	0,00	110.000,00
0	700756	7.01.51.51.27 Panorama Brasileiro em Manufatura Avançada	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700078	7.01.52 ARTICULAÇÃO	3.805.000,00	0,00	3.805.000,00
0	700465	7.01.52.11 Internalização da CT&I Brasileira	165.000,00	0,00	165.000,00
0	700517	7.01.52.11.80 Atividade - Inserção do CGEE em Agendas Internacionais	165.000,00	0,00	165.000,00
0	700735	7.01.52.11.80.04 Agenda Positiva: Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável	165.000,00	0,00	165.000,00
0	700578	7.01.52.13 Arranjos Institucionais em Temas Relevantes p/ Políticas e Prog em CT&I	3.640.000,00	0,00	3.640.000,00
0	700740	7.01.52.13.07 Subsídios para criação do Program de Centros de Desenv.Reg.-CDR	2.315.000,00	0,00	2.315.000,00
0	700741	7.01.52.13.08 Mapa da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil - Etapa II	825.000,00	0,00	825.000,00
0	700764	7.01.52.13.09 Mapa da Educação Superior no Brasil	500.000,00	0,00	500.000,00
0	700082	7.01.53 APOIO TÉCNICO À GESTÃO ESTRATÉGICA DO SNCT&I	548.500,00	0,00	548.500,00
0	700241	7.01.53.05 FOROS DE DISCUSSÃO EM CT&I	100.000,00	0,00	100.000,00
0	700523	7.01.53.05.80 Atividade - Notas Técnicas	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700641	7.01.53.05.80.01 Notas Técnicas	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700524	7.01.53.05.81 Atividade - Reuniões de Especialistas	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700642	7.01.53.05.81.01 Reuniões de Especialistas	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700420	7.01.53.11 Subsídios para o Reposicionamento Estratégico de Instituições de CT&I	448.500,00	0,00	448.500,00
0	700767	7.01.53.11.15 Apoio Técnico à Consulta Pública sobre Telecomunicações	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700768	7.01.53.11.16 Apoio Técnico ao CNPQ na Utilização de Métodos e Ferram.Modernas de Intel.em CTI	100.000,00	0,00	100.000,00
0	700769	7.01.53.11.17 Apoio ao Aperfeiçoamento dos Processos de Gestão Estrat.us Unid. Pesq.do MCTIC	150.000,00	0,00	150.000,00
0	700765	7.01.53.11.18 Apoio Técnico à Plataforma de Comunicação Agricultura e Alimento	148.500,00	0,00	148.500,00
0	700086	7.01.54 DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÃO EM CT&I	242.000,00	0,00	242.000,00
0	700190	7.01.54.01 Publicações do CGEE e Participação em Eventos	242.000,00	0,00	242.000,00
0	700526	7.01.54.01.81 Atividade - Produção e Disseminação de Informação	242.000,00	0,00	242.000,00
0	700526	7.01.54.01.81.** Atividade - Produção e Disseminação de Informação	242.000,00	0,00	242.000,00
0	700088	7.01.56 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	12.561.366,00	0,00	12.561.366,00
0	700095	7.01.56.01 Gestão Operacional	12.068.016,00	0,00	12.068.016,00
0	700099	7.01.56.01.01 Pessoal e Encargos	9.250.000,00	0,00	9.250.000,00
0	700092	7.01.56.01.02 Manutenção e Operação	2.718.016,00	0,00	2.718.016,00
0	700093	7.01.56.01.03 Investimentos	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700253	7.01.56.01.04 capacitação de pessoal	50.000,00	0,00	50.000,00
0	700425	7.01.56.02 Competência Metodológica e Gestão de Informações Estratégicas	493.350,00	0,00	493.350,00
0	700527	7.01.56.02.80 Atividade - Observatório em Ciência Tecnologia e Inovação	110.000,00	0,00	110.000,00
0	700646	7.01.56.02.80.01 Observatório de Tecnologias Especiais - OTE	110.000,00	0,00	110.000,00
0	700528	7.01.56.02.81 Atividade - Desenvolvimento de Competências e Ferramentas em Prosp	383.350,00	0,00	383.350,00
0	700528	7.01.56.02.81.** Atividade - Desenvolvimento de Competências e Ferramentas em Prosp	383.350,00	0,00	383.350,00

**DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO
AO CONTRATO DE GESTÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES – MCTIC E O CENTRO
DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS
– CGEE, COM A INTERVENIÊNCIA DO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC, NA
FORMA ABAIXO.**

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES – MCTIC, com Sede no Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF 01.263.896/0018-02, neste ato representado por seu titular, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, GILBERTO KASSAB, portador da cédula de identidade nº 11.328.890-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 088.847.618-32, nomeado pelo Decreto Presidencial de 12 de maio de 2016, publicado no Diário Oficial da União nº 91, Seção 2, de 13 de maio de 2016, doravante denominado simplesmente **ORGÃO SUPERVISOR**, tendo como **INTERVENIENTE** o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, doravante denominado MEC, neste ato representado pela Ministra Interina MARIA HELENA GUIMARAES DE CASTRO, portadora da cédula de identidade nº 3.553.090 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 059.237.468-83, no exercício da função conforme o inciso III do Art. 1º do Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016, e o **CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS**, com sede no SCS Quadra 9, Torre C, 4º andar, Ed. Parque Cidade Corporate - Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF 04.724.690/0001-82, doravante denominado **CGEE**, neste ato representado por seu Diretor Executivo, no exercício da Presidência, MARCIO DE MIRANDA SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o nº 618.397.877-91 e pelo Diretor ANTONIO CARLOS FILGUEIRA GALVÃO, inscrito no CPF/MF sob o nº 185.466.171-04, com fundamento na Lei nº 9.537, de 15 de maio de 1998,

RESOLVEM firmar o presente TERMO ADITIVO ao Contrato de Gestão assinado em 27 de maio de 2010, que será regido pelas cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DA FINALIDADE

O presente Termo Aditivo tem por finalidade atender ao estabelecido nas Subcláusulas Segunda e Quarta da Cláusula Primeira do Contrato de Gestão em vigor, garantindo a continuidade de ações constantes do Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, firmado em 30 de dezembro de 2016, e a inclusão das novas Ações, Projetos Temáticos e Atividades a serem desenvolvidas durante o exercício de 2017, conforme demonstrado no Anexo I – Plano de Ação –, com a correspondente alocação de novos recursos financeiros, assegurando o fomento das atividades relacionadas aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, nos termos estabelecidos em sua Cláusula Segunda.

  1/2 

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROGRAMA DE TRABALHO

O presente Termo Aditivo estabelece a programação de trabalho negociada para o ano de 2017, conforme detalhamento constante do Anexo I – Plano de Ação; Anexo II – Demonstrativo de Produtos; Anexo III – Cronograma de Desembolso; Anexo IV – Ementas e Orçamentos Estimativos; Anexo V – Planilha detalhada de Custos Estimados; e Anexo VI – Quadro de Metas e Indicadores de Desempenho, que poderão ser alterados por acordo entre as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para o atendimento do proposto no presente Termo Aditivo são feitas as seguintes alterações ao Contrato de Gestão firmado em 27 de maio de 2010:

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – Relativamente ao exercício de 2017, o MCTIC repassará diretamente ao CGEE o montante de **R\$ 12.218.016,00 (doze milhões, duzentos e dezoito mil e dezesseis reais)**, conforme Cronograma de Desembolso – Anexo III –, utilizando recursos financeiros dispostos na Lei Orçamentária 2017, previstos na Classificação Funcional Programática nº **19.571.2021.212H.0001.0004**, conforme empenhos nº **2017NE000008**, **2017NE000013** e **2017NE000014**.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA – Relativamente ao exercício de 2017, o MEC, na condição de Interviente, repassará diretamente ao CGEE o montante de **R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais)**, conforme Cronograma de Desembolso – Anexo III – utilizando recursos financeiros dispostos na Lei Orçamentária 2017, previstos na Classificação Funcional Programática nº **12.571.2109.212H.0001.0004**, conforme empenho nº **2017NE000226**.

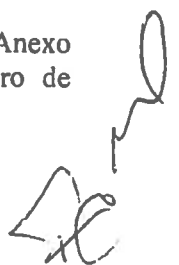
CLÁUSULA QUARTA – DA REPROGRAMAÇÃO DOS SALDOS FINANCEIROS IDENTIFICADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Ficam reprogramados os saldos financeiros em conta corrente e aplicações financeiras, demonstrados no Relatório Final do Contrato de Gestão – 2016 (página 74), no montante de R\$ 2.648.994,15 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e quinze centavos), apurados em 31/12/2016.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Fica definida, para o ano de 2017, a sistemática de avaliação conforme disposto Quadro de Metas e Indicadores de Desempenho – Anexo VI.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA – A presente Cláusula substitui o disposto no Anexo 3 mencionado na Cláusula Décima Primeira do Contrato de Gestão em vigor (Quadro de Indicadores), exceto no que se refere A escalas e conceitos para “pontuação média global”.



CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo tem vigência a partir da sua assinatura e ratifica os trabalhos regularmente praticados pelo CGEE, desde 01 de janeiro de 2017, em cumprimento aos objetivos, metas e ações do Contrato de Gestão.

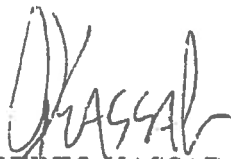
CLÁUSULA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

O presente instrumento será publicado pelo ÓRGÃO SUPERVISOR, em extrato, no prazo legal, no Diário Oficial da União, e em sua íntegra no sítio que mantém na internet.

CLÁUSULA OITAVA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato de Gestão que ora se adita, compatíveis e não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem assim, justas e acordadas, firmam as partes o presente TERMO ADITIVO em três vias de igual teor e forma, para os mesmos fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.



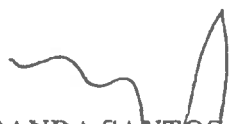
GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações



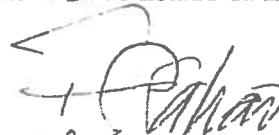
**MARIA HELENA GUIMARÃES
DE CASTRO**

Ministra Interina de Estado da Educação



MÁRCIO DE MIRANDA SANTOS

Diretor Executivo, no exercício da
Presidência, do Centro de Gestão e
Estudos Estratégicos



**ANTÔNIO CARLOS
FILGUEIRA GALVÃO**

Diretor do Centro de Gestão e Estudos
Estratégicos

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

Período 2010 / 2017

Plano de Ação - 2017

Orçamentos Estimativos e Prazos

Vinculação e Adesão		Linhas de Ação	Ação	Projeto / Atividades	Previsão de despesas 2017	Demandante	Novos Recursos	Previsão de Conclusão
Objetivos Estratégicos do CGE	Desafios Nacionais para a CT&I (ENCTI - 2016/2022)							
I	D1	Inovação e competitividade em setores econômicos e industriais	Temos estratégias para o desenvolvimento do Brasil	Subsídios técnicos para a estratégia digital brasileira		SEP/MCTIC	50.000,00	30/06/2018
I	D1			Panorama brasileiro em Manufatura Avançada		SETEC/MCTIC	50.000,00	30/06/2018
I	D1			Mapeamento de competências em temas estratégicos em Bioeconomia	110.000,00	SEPE/MEC/MCTIC		30/06/2017
II	D4	Estudos, Análises e Avaliações	Avaliação de Programas em CT&I	Avaliação do Programa de Educação Tutorial (PET)		BESUMEC	500.000,00	30/06/2018
I	D2 e D3			Análise da evolução de redes temáticas coordenadas pelo MCTIC		SEPE/MEC/MCTIC	50.000,00	31/12/2017
I	D2			Avaliação dos impactos da Lei de Informática	110.000,00	SEP/MCTIC		30/06/2017
II e III	D2			Avaliação do impacto fiscal da Lei do Bem	110.000,00	SETEC/MEC/MCTIC	100.000,00	30/06/2018
II	D2			Atividade - Recursos Humanos para CT&I	137.500,00	CGEE		31/12/2017
I	D2	Articulação	Arranjos Institucionais em temas relevantes para políticas e programas em CT&I	Atividade - Indicadores de Inovação	45.100,00	CGEE		31/12/2017
I	D3			Subsídios para a criação do programa de Centros de Desenvolvimento Regional - CDR	1.315.000,00	MEC	500.000,00	30/06/2018
I	D3			Mapa da educação profissional e tecnológica no Brasil - Etapa II	235.000,00	MEC		30/06/2018
II	D4			Mapa da Educação Superior no Brasil		BESUMEC	500.000,00	30/06/2018
II e III	D1			Atividade - Inserção do CGEE em agendas internacionais	165.000,00	CGEE		31/12/2017
II e III	D5	Apoio Técnico à Gestão Estratégica do Conselho	Subsídios para o Reposicionamento Estratégico de Instituições de CT&I	Apoio técnico à plataforma de comunicação Agrícola e Alimentar	148.500,00	MCTIC / Fórum do Futuro		30/06/2017
I	D2			Apoio técnico à Consulta pública sobre telecomunicações		STE/MEC/MCTIC	50.000,00	31/12/2017
I	D2			Apoio técnico ao CNPq na utilização de métodos e ferramentas modernas de inteligência em CTI		CNPq	100.000,00	30/06/2018
I	D1			Apoio ao aperfeiçoamento dos processos de gestão estratégica das Unidades de Pesquisa do MCTIC		DPO/SE/EXEC/MCTIC	150.000,00	30/06/2018

Projetos Temáticos novos	
Atividades	
Legenda	

2

Objetivos Estratégicos do Conselho de Gestão
I. Promover a realização de estudos e pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação e suas relações com os setores produtivos, além de atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos;
II. Oferecer subsídios à formulação de estratégias para a capacitação de recursos humanos na perspectiva da construção e consolidação do sistema nacional de inovação;
III. Apoiar e promover a realização de eventos e de fora de discussão orientados para a construção de convergências entre os diversos atores participantes do processo de inovação e subsidiar escolhas tecnológicas para a sociedade brasileira;
IV. Prover subsídios técnicos para o funcionamento dos Comitês Gestores dos Fundos Setoriais quando solicitado pelos mesmos ou pelo Órgão Supervisor

Resolução Nacional para o CT&I (RNC-CTI - 2018/2022)
D1 - Posicionar o Brasil entre os países com maior desenvolvimento em CT&I
D2 - Aprimorar as condições institucionais para elevar a produtividade a partir da inovação
D3 - Reforçar estimativas regionais na produção e no acesso à CT&I
D4 - Desenvolver soluções inovadoras para a inclusão produtiva e social
D5 - Fortalecer as bases para a promoção do desenvolvimento sustentável

2.6. Balanço, demais demonstrações e Notas Explicativas

**CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE****BALANÇO PATRIMONIAL**

Em 31 de dezembro de 2017

CNPJ 04.724.690/0001-82

ATIVO			PASSIVO		
	2017	2016		2017	2016
CIRCULANTE	18.346.971,97	18.136.299,59	CIRCULANTE	2.060.318,01	3.152.091,50
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14.695.975,18	4.923.195,42	Encargos Sociais a Recolher	228.239,22	235.744,66
Bancos/caixa - Recursos com Restrição	37.189,95	1.166,48	Encargos Tributários a Recolher	189.474,81	161.156,82
Aplicações Financeiras-Recursos com Restrição	14.658.785,23	4.922.028,94	Fornecedores	71.588,01	275.349,40
			Provisão para Férias e Encargos	897.926,51	1.080.034,23
			Provisão Contratos de Serviços	432.748,66	1.054.167,73
			Outras contas a pagar	240.340,80	345.638,66
OUTROS VALORES A RECEBER	1.650.996,79	13.213.104,17			
Clientes	1.429.297,32	12.738.915,26			
Adiantamento a Fornecedores	70.480,43	270.991,91			
Impostos a Recuperar	45,72	59.796,30			
Adiantamento de férias	126.001,49	112.752,47			
Outros Créditos	4.183,68	2.582,23			
Despesas do Exercício Seguinte	20.998,15	28.066,00			
NÃO CIRCULANTE	624.026,24	988.801,94	PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO	14.910.680,20	15.973.010,03
IMOBILIZADO	606.600,63	930.603,07	RESERVAS	5.577.740,82	4.477.740,82
Bens Próprios com Restrição	3.890.654,45	3.898.176,16	Reserva Técnica - com Restrição	5.577.740,82	4.477.740,82
(-) Depreciações Acumuladas	(3.284.053,82)	(2.967.573,09)			
			SUPERÁVIT ACUMULADOS	9.332.939,38	11.495.269,21
INTANGÍVEL	17.425,61	58.198,87	Superávit de Exercícios Anteriores-com restrição	10.395.269,21	20.382.779,21
Sistemas Aplicativos - Software -com Restrição	1.430.651,77	1.430.651,77	Déficit/Superávit do Exercício-com restrição	(1.062.329,83)	(8.887.510,00)
(-) Amortizações Acumuladas	(1.413.226,16)	(1.372.452,90)			
TOTAL DO ATIVO	16.970.998,21	19.125.101,53	TOTAL DO PASSIVO	16.970.998,21	19.125.101,53

MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da Presidência
CPF 618.397.877-91

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE SUPERÁVIT E DÉFICIT

Em 31 de dezembro de 2017
CNPJ 04.724.690/0001-82

	2017	2016
(+) RECEITA BRUTA	21.895.837,17	15.721.668,07
COM RESTRIÇÃO		
Contrato de Gestão	15.218.016,00	11.595.310,00
Recuperação de Despesas/Ressarcimento	661.032,34	228.054,93
Serviços Prestados a Terceiros	6.016.788,83	3.828.303,14
Patrocínio	0,00	70.000,00
(=) TOTAL RECEITA COM RESTRIÇÃO	21.895.837,17	15.721.668,07
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(970.505,19)	(371.194,43)
ISS sobre Faturamento	(261.202,63)	(181.953,11)
Cancelamento de Notas Fiscais	(709.302,56)	(189.241,32)
(=) RECEITA LÍQUIDA	20.925.331,98	15.350.473,64
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - CONTRATO DE GESTÃO	(18.382.440,78)	(21.521.058,35)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.830.724,68)	(1.666.565,14)
Despesas com Pessoal e Encargos	(11.052.554,01)	(14.101.539,05)
Serviços de Terceiros	(1.920.478,80)	(1.569.061,66)
Alugueis e Arrendamentos	(2.218.661,21)	(2.764.159,28)
Impostos e Taxas	(190.468,21)	(64.605,28)
Diárias	(302.652,52)	(308.004,86)
Passagens	(453.008,83)	(349.646,11)
Promoções e Eventos	(13.978,60)	(4.401,00)
Outras Despesas Operacionais	(27.114,97)	(45.041,56)
Depreciações e Amortizações	(372.798,95)	(648.034,41)
(-) DESPESAS OPERACIONAIS - OUTROS CONTRATOS	(4.107.331,98)	(3.344.428,18)
Despesas Gerais e Administrativas	(224.928,61)	(289.311,35)
Despesas com Pessoal e Encargos	(1.393.520,83)	(1.410.843,73)
Serviços de Terceiros	(1.585.332,49)	(1.083.912,93)
Alugueis e Arrendamentos	(200.463,72)	(163.443,17)
Impostos e Taxas	(4.678,92)	-
Diárias	(124.783,33)	(126.195,02)
Passagens	(542.699,39)	(247.438,10)
Promoções e Eventos	(25.251,69)	(19.801,15)
Outras Despesas Operacionais	(5.673,00)	(2.190,00)
Depreciações e Amortizações	-	(1.292,73)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	-1.564.440,78	-9.515.012,89
(+/-) RESULTADO FINANCEIRO	502.110,95	627.502,89
Despesas Financeiras - Contrato de Gestão	(232.437,72)	(285.950,35)
Despesas Financeiras - Outros Contratos	(70.780,48)	(40.133,68)
Receitas Financeiras - Contrato de Gestão	568.522,93	720.846,92
Receitas Financeiras - Outros Contratos	236.806,22	232.740,00
DEFICIT/SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	(1.062.329,83)	(8.887.510,00)

MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da Presidência
CPF 618.397.877-91

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Em 31 de dezembro de 2017
CNPJ 04.724.690/0001-82

1 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2017	2016
(-/+) Superávit/Déficit líquido do exercício	(1.062.329,83)	(8.887.510,00)
Ajustes por:		
(+) Depreciação e amortização	372.798,95	649.327,14
(+) Perdas por baixa de bens inservíveis	-	1.176,92
Varição nos saldos dos ativos:		
(+/-) Redução/(Aumento) em clientes	11.309.617,94	942.633,62
(+/-) Redução/(Aumento) em adiantamentos	200.531,48	(4.682,55)
(+/-) Redução/(Aumento) em outras contas ativas	51.957,96	(86.508,54)
Varição nos saldos dos passivos:		
(+/-) Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	20.812,55	(143.155,46)
(+/-) Aumento/(Redução) em fornecedores	(203.761,39)	(301.128,00)
(+/-) Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	(182.107,72)	(158.407,62)
(+/-) Aumento/(Redução) em Provisões Contratos de Serviços	(621.419,07)	(638.604,72)
(+/-) Aumento/(Redução) em outras contas a pagar	(105.297,86)	266.154,48
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	9.780.803,01	(8.360.704,73)
2 - FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	2017	2016
(-) Compra do Ativo intangível	(8.023,25)	(40.410,91)
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(8.023,25)	(40.410,91)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.772.779,76	(8.401.115,64)
3 - VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.772.779,76	(8.401.115,64)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	4.923.195,42	13.324.311,06
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	14.695.975,18	4.923.195,42


MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da Presidência
CPF 618.397.877-91


IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34



CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE
DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2017

CNPJ 04.724.690/0001-82

	Déficit/ Superávit Acumulados	Déficit/ Superávit do Exercício	RESERVAS Reserva Técnica	Total
SALDO EM 31/12/2015	36.196.368,01	(20.290.145,67)	8.954.297,69	24.860.520,03
Incorporação do Déficit 2015	(20.290.145,67)	20.290.145,67		-
Transferência para Reserva Técnica	4.476.556,87		(4.476.556,87)	-
Déficit do Exercício		(8.887.510,00)		(8.887.510,00)
SALDO EM 31/12/2016	20.382.779,21	(8.887.510,00)	4.477.740,82	15.973.010,03
Incorporação do Déficit 2016	(8.887.510,00)	8.887.510,00		-
Transferência para Reserva Técnica	(1.100.000,00)		1.100.000,00	-
Déficit do Exercício		(1.062.329,83)		(1.062.329,83)
SALDO EM 31/12/2017	10.395.269,21	(1.062.329,83)	5.577.740,82	14.910.680,20

MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da Presidência
CPF 618.397.877-91

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF 768.155.871-34

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(valores expressos em reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos – CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 09 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília – DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência, tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão, instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 30 de junho de 2018. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e aditivos seguintes, o Ministério da Educação, foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação.

No que tange ao contrato de Gestão no ano de 2017, o 13º Termo Aditivo foi assinado em 24/10/2017 e todos os recursos previstos na programação de desembolso foram efetivamente recebidos no período, contudo a entrada desses recursos só ocorreram nos últimos meses do ano e a operacionalização do Centro só foi possível mediante a entrada de recursos pendentes de anos anteriores relativos ao 11º Termo Aditivo e da mobilização parcial da reserva técnica.

As marcas das perdas sofridas pelo CGEE nos últimos anos, no quadro de colaboradores, no patrimônio social e na situação financeira, devem continuar visíveis nos próximos anos. Porém há uma expectativa positiva de recuperação gradual, fato este já perceptível nos dois últimos anos com os aumentos orçamentários que apesar de relativamente baixo, inspiram um ar de recuperação financeira/orçamentária.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 – Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2016 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea “i” da Lei 9.637/98, onde estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características.

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros, qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, onde o instrumento de relação entre o poder público é o “Contrato de Gestão”, o qual é elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a idéia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS E DIRETRIZES CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalente de caixa

Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base “pro rata temporis” até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

3.2 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos

relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3.3 Instrumentos financeiros

O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis.

- Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

- Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado.

- Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber.

O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros.

3.4 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à

3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2017	2016
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato Administrativo	37.189,95	1.166,48
Bancos/Caixa – Recursos com restrição - Contrato de Gestão	0,00	0,00
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com restrição – Contratos de Gestão	11.212.540,12	2.648.994,15
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos com Restrição – Contratos Administrativos	3.446.245,11	2.273.034,79
Total	14.695.975,18	4.923.195,42

5. CONTAS A RECEBER

Os valores registrados nesta conta correspondem aos créditos junto às instituições com as quais o CGEE firmou contrato de gestão e prestação de serviços, cujo documento fiscal e nota de empenho já foram emitidos:

Clientes	2017	2016
ABDI – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial	19.625,14	0,00
AES Tietê S/A	78.619,14	22.987,52
CAPES – Fundação Coord.de Aperf.de Pessoal de Nível Superior	0,00	199.690,00
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	78.619,84	17.839,28
CESP Companhia Energética de São Paulo	587.642,24	204.133,98
Companhia Sul Paulista de Energia	0,00	17.839,28

COPEL Distribuição S/A	0,00	18.420,16
COPEL Geração e Transmissão S/A	0,00	1.993,24
LIGTH Serviços de Eletricidade S/A	44.915,96	40.826,80
MCTIC – Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação	0,00	6.595.310,00
ME – Ministério dos Esportes	1.239.750,00	1.239.750,00
MEC – Ministério da Educação	0,00	5.000.000,00
(-) Perdas Estimadas	(619.875,00)	(619.875,00)
Total	1.429.297,32	12.738.915,26

No ano de 2017 foi realizado o levantamento da estimativa do risco e da expectativa de perdas no contas a receber do Centro. Analisando pontos como: a) posição analítica das notas fiscais emitidas na data do balanço; b) expectativa de rescisão contratual e; c) atraso no repasse dos recursos de produtos já entregues e faturados. Dentro desse cenário, verificou-se que no ano de 2017 não há elementos que corroboram com a necessidade de aumento da provisão para perdas estimáveis.

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entre outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 70.460,43 (R\$ 270.991.91 – 2016).

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e consequentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (*impairment*).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxas de Depreciação	2017	2016
Imobilizado			
Equipamento de Informática	20%	1.932.041,37	1.941.596,33
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	66.575,45	66.575,45
Móveis e Utensílios	10%	653.190,02	653.190,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	356.433,19	354.399,94
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24

(-) Depreciações (3.284.053,82) (2.967.573,09)

Subtotal do Imobilizado 606.600,63 930.603,07

Intangível

Sistemas Aplicativos – Software 20%-100% 1.430.651,77 1.430.651,77

(-) Amortizações (1.413.226,16) (1.372.452,90)

Subtotal do Intangível 17.425,61 58.198,87

Total do Imobilizado e Intangível 624.026,24 988.801,94

8. FORNECEDORES

Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços:

Fornecedores	2017	2016
ALELO – Companhia Brasileira de Soluções e Serviço	0,00	114.755,98
Caixa de Assistência Social da FIPECQ	0,00	61.975,20
Centro Empresarial Parque Cidade	0,00	38.098,31
Liferay Latin America LTDA	47.500,00	0,00
Office Administração e Serviços	0,00	35.420,16
Outros Fornecedores	24.088,01	25.099,75
Totais	71.588,01	275.349,40

9. PROVISÃO DE FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2017 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 897.926,51 (R\$ 1.080.034,23- 2016).

10. PROVISÃO CONTRATOS DE BENS E SERVIÇOS

Para os contratos firmados no período de vigência até 2017, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2017 o valor correspondente a R\$ 432.748,66 a título de provisão (R\$ 1.054.167,73 – 2016).

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2017	2016
Créditos a Compensar	65.658,41	65.658,41
Ressarcimento de Pessoal Cedido	0,00	58.342,06
Saldo bancários a compensar	174.682,39	221.638,19
Totais	240.340,80	345.638,66

a) Créditos a compensar/ Desconto em folha – Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros.

b) Saldo bancários a Compensar/Agendados – Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede o recesso de final de ano nas festividades de natal e ano novo.

Ressarcimento de Pessoal Cedido – Devido a contratação de pessoal cedido de instituições de ensino para composição do quadro funcional do CGEE, foi acordada a restituição dos valores custeados pelo órgão de origem. Sendo assim, apropria-se a provisão correspondente ao valor dos custos mensais.

12. PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos contratos administrativos.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a “essência” nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do contrato de Gestão e contratos administrativos no resultado da Instituição, por entender que esta opera desde o início de suas atividades como associação qualificada como “OS” visto que, a vinculação da possível devolução de recurso/patrimônio será no momento da desqualificação ou extinção da instituição (Lei 9.637/98) e não ao término do Contrato de Gestão ou dos contratos administrativos. Dessa forma, entende-se que todo o seu patrimônio é passível da restrição legal e poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação/extinção, este deverá ser revertido para o ente fomentador ou instituição semelhante.

Com relação a Reserva Técnica, o anexo I do Décimo Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2017) celebrado entre a União e o CGEE, estabeleceu uma

recomposição do seu valor acrescentando para 2017 o montante de R\$ 1.100.000,00 totalizando para o ano R\$ 5.577.740,82 (R\$ 4.477.740,82 – 2016).

13. RECEITAS

- a) **Contrato de Gestão** - O CGEE registrou no exercício de 2017 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 15.218.016,00 (R\$ 11.595.310,00 – 2016), escriturados no ativo circulante a receber.
- b) **Contratos Administrativos** - A receita registrada no ano de 2017 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 6.016.788,83 (R\$ 3.828.303,14 – 2016). Demonstrados no quadro a seguir:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2017	2016
ABDI – Agência Brasileira de Des. Ind.	350.548,06	0,00
AES Tiete S/A	374.070,33	322.958,61
BAESA – Energética Barra Grande S/A	277.500,64	130.258,45
Banco Mundial	0,00	76.500,00
CAPES	735.700,00	315.300,00
CESP – Companhia Energética São Paulo	2.931.939,19	1.431.151,26
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	515.119,53	248.775,49
COPEL – Distribuição S/A	50.517,32	133.888,29
COPEL – Geração e Transmissão S/A	39.023,56	147.501,44
Companhia Sul Paulista de Energia	257.236,38	304.123,13
Embaixada do Reino Unido da Suécia	0,00	30.800,00
ENERCAN – Campos Novos Energia LTDA	263.185,70	130.258,45
Growth Analysis	83.435,04	0,00
LIGHT Serviços de Eletricidade S/A	122.963,08	294.263,02
PNUMA	15.550,00	262.525,00
Agência Nacional de Águas	0,00	70.000,00
Totais	6.016.788,83	3.898.303,14

- c) **Cancelamento de Notas Fiscais** – Das notas fiscais emitidas relativas aos contratos administrativos o montante de R\$ 709.302,56 (R\$ 189.241,32 – 2016) foram canceladas, conforme quadro abaixo:

QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2017	2016
ABDI – Agência Brasileira de Des. Ind.	31.440,00	0,00
AES Tiete S/A	0,00	51.195,60
BAESA – Energética Barra Grande S/A	78.832,68	5.870,68
CESP – Companhia Energética São Paulo	416.450,45	72.336,30
CEMIG – Geração e Transmissão S/A	118.061,69	0,00
COPEL – Distribuição S/A	0,00	9.500,52
COPEL – Geração e Transmissão S/A	0,00	11.619,91
Companhia Sul Paulista de Energia	0,00	32.847,63
ENERCAN – Campos Novos Energia S/A	64.517,74	5.870,68
Totais	709.302,56	189.241,32

- d) **Receitas Financeiras** - O CGEE obteve no exercício de 2017 uma receita financeira de R\$ 805.329,15 (R\$ 953.586,92 – 2016), conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Aplicações Financeiras	512.045,92	227.983,15
Variáveis Monetárias Ativas	15,04	0,00
Descontos Obtidos	56.461,97	265,20
Outras Receitas Financeiras	0,00	8.557,87
Totais	568.522,93	236.806,22
Total Geral	805.329,15	

14. DESPESAS

As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 22.792.990,96 (R\$ 25.191.570,56 - 2016), sendo R\$ 18.614.878,50 (R\$ 21.807.008,70 - 2016) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 4.178.112,46 (R\$ 3.384.561,86 - 2016) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) **Seguros** – O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado.
- b) **Ação Civil Pública** – Consta um processo de ação Civil Pública de improbidade administrativa nº 0008469-88.2010.4.03.6103 ajuizado pelo Ministério Público Federal onde o CGEE é citado como réu às penas previstas na Lei de improbidade administrativa nos contratos celebrados com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais– INPE nºs RD 01.06.182.0/2005 e RD 01.06.153.0/2006, no valor total atualizado de R\$ 622.751,37 (seiscentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e um reais, trinta e sete centavos)). Processo acompanhado pela assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2017;
- c) **Fiscalização** - Constam, em vias administrativas, junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB dois processos nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI, proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 no valor total atualizado de R\$ 1.853.709,21 (um milhão, oitocentos e cinquenta e três mil, setecentos e nove reais, vinte e um centavos) e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de “DIÁRIAS” e “AUXÍLIO MORADIA”. Ambos os processos foram impugnados administrativamente via assessoria jurídica representada por Rubens Naves, Santos Júnior Advogados, que classificou a possibilidade de perda como possível em 31/12/2017;

- d) **Compromissos e créditos futuros** – O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 7.663.611,87 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 818.202,36 que não configura no resultado do exercício em 2017, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, 31 de dezembro de 2017.



MARCIO DE MIRANDA SANTOS
Diretor Executivo em Exercício da
Presidência
CPF 618.397.877-91



IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF
CPF: 768.155.871-34

2.7. Relatório dos Auditores Independentes

Brasília, 29 de janeiro de 2018.

Ao
Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Ref.: Memorando Específico sobre o Contrato de Gestão

Prezado Senhores,

De acordo com o contrato de prestação de serviços de auditoria, realizamos nossos trabalhos voltados à avaliação das contas relativas ao Contrato de Gestão firmado entre o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (“CGEE”) e a União, referentes ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

O presente relatório está baseado em nosso trabalho de revisão e nas informações disponíveis a partir dos documentos e informações fornecidas pelos executivos do CGEE.

Como parte integrante do exame das demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, anexamos, à presente, relatório contendo o resultado dos nossos trabalhos sobre controles internos, procedimentos contábeis e segurança patrimonial, decorrentes de aspectos ou assuntos que vieram ao nosso conhecimento quando da aplicação de determinados testes seletivos, de acordo com as normas de auditoria, quando de nossa visita para revisão dos saldos contábeis e avaliação dos controles internos do CGEE.

Este relatório é confidencial e foi preparado exclusivamente para apresentação das pessoas chaves do CGEE. Os aspectos adiante apresentados devem ser objeto de circulação restrita e não poderão ser utilizados por terceiros sem a prévia anuência formal da BDO RCS Auditores Independentes.

Gostaríamos de agradecer a colaboração que obtivemos dos funcionários e administradores do CGEE e colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais julgados necessários.

Atenciosamente,



Ricardo de Albuquerque Cavalcanti
CRC 018838/O-0 DF

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Memorando Específico sobre o Contrato de Gestão

1. Contexto CGEE

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078 de 09 de janeiro de 2002, nos termos, da Lei nº 9.637/98 de 15 de maio de 1998, tendo como finalidade principal o estabelecimento de parceria para o fomento e execução de atividades focadas no ambiente da ciência, desenvolvimento tecnológico e da promoção da inovação, objetivando a realização de estudos de futuro, a condução de avaliações estratégicas de políticas e programas e a gestão da informação e do conhecimento. Visa, com isso, gerar subsídios técnicos que agreguem valor aos processos de tomada de decisão na formulação e implementação de políticas públicas e programas estratégicos em CT&I.

As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão de parceria e fomento firmado entre as partes signatárias: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI. O contrato foi formalizado em 16 de abril de 2002, prorrogado por mais um ano, com vigência até 30 de junho de 2018. O escopo do Contrato de Gestão está contemplado na sua Cláusula Primeira, que expressa:

“(...) estabelecimento de parceria entre as partes com vistas ao apoio à gestão de programas e projetos estratégicos em ciência, tecnologia e inovação, bem como a realização de estudos e geração de subsídios para a formulação de políticas e estratégias por parte do Órgão Supervisor”.

No dia 26 de outubro, foi publicado no Diário Oficial da União o Extrato de Termo Aditivo, tendo como finalidade atender ao estabelecido nas Subcláusulas Segunda e Quarta, da Cláusula Primeira do Contrato de Gestão em vigor, garantido a continuidade das ações constantes do Décimo Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, firmado em 30 de dezembro de 2016, e a inclusão das novas Ações, Projetos Temáticos e Atividades a serem desenvolvidas durante o exercício de 2017, com a correspondente alocação de novos recursos financeiros, assegurando o fomento das atividades relacionadas aos objetivos previstos no Contrato de Gestão, nos termos estabelecidos em sua Cláusula Segunda.

Relativamente ao exercício de 2017 o MCTIC firmou compromisso de repassar diretamente ao CGEE o montante de R\$ 12.218.016,00 (doze milhões, duzentos e dezoito mil e dezesseis de reais) e o MEC de repassar R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), conforme cronograma de desembolso, o qual está presente no item 2 deste relatório. Foram reprogramados os saldos financeiros em conta corrente e aplicações financeiras, demonstrações no Relatório Final do Contrato de Gestão, no montante de R\$ 2.648.994,15 (dois milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, novecentos e noventa e quatro reais e quinze centavos), apurados em 31/12/2016.

2. RECEBIMENTO DE RECURSOS FINANCEIROS DO CONTRATO DE GESTÃO

A Cláusula Quinta do Contrato de Gestão, celebrado entre o CGEE e a União, define o valor global orçamentário de R\$ 197.308.016,00 (cento e noventa e sete milhões e trezentos e oito mil e dezesseis de reais) para o período de julho/2010 a junho/2018, conforme quadro demonstrativo abaixo:

ANO	MCT	FINEP	MEC	TOTAL
2010 (6 meses)	2.850.000	7.440.000	0,00	10.290.000
2011	6.525.000	19.575.000	0,00	26.100.000
2012	10.025.000	20.075.000	0,00	30.100.000
2013	10.450.000	21.350.000	0,00	31.800.000
2014	10.875.000	22.625.000	0,00	33.500.000
2015	8.225.000	24.675.000	0,00	32.900.000
2016	4.350.000	13.050.000	0,00	17.400.000
2017	12.218.016	0,00	3.000.000	15.218.016
Total	65.518.016	128.790.000	3.000.000	197.308.016

e 31 de dezembro de 2017, foram realizados 13 (onze) Termos Aditivos ao Contrato de Gestão, com os valores a seguir relacionados:

Nº do Termo Aditivo	Período	Data de Assinatura	Valor
1º	2010	30/07/2010	10.290.000
2º	2011	20/07/2011	-
3º	2011	01/09/2011	29.850.000
4º	2011	29/12/2011	1.200.000
5º	2012	12/11/2012	29.450.000
6º	2012	27/12/2012	7.150.000
7º	2013	20/11/2013	39.950.000
8º	2014	11/11/2014	37.950.000
9º	2015	22/12/2015	8.000.000
10º	2016	30/06/2016	-
11º	2016	30/12/2016	11.595.310
12º	2017	30/06/2017	-
13º	2017	24/10/2017	15.218.016

Todos os recursos previstos na programação de desembolso referente ao 13º Termo Aditivo foram efetivamente recebidos no período, contudo, as entradas dos recursos ocorreram somente nos últimos meses do ano e a operacionalização do Centro só foi possível mediante a entrada de recursos pendentes de anos anteriores relativos ao 11º Termo Aditivo e da mobilização parcial da reserva técnica.

Segue quadro demonstrativo dos recursos recebidos pelo Centro, provenientes do Contrato de Gestão no exercício de 2017:

Data	Termo Aditivo	Valor Recebido
14/02/2017	11º	5.000.000
20/02/2017	11º	6.595.310
01/11/2017	13º	4.000.000
17/11/2017	13º	1.000.000
05/12/2017	13º	2.000.000
11/12/2017	13º	3.000.000
18/12/2017	13º	5.218.016
Total		26.813.326

De acordo com o décimo terceiro termo aditivo ao contrato de gestão, assinado em 24 de outubro de 2017, previa o repasse no montante de R\$ 15.218.016 (quinze milhões e duzentos e dezoito mil e dezesseis de reais) com base no seguinte cronograma:

Mês	MCTIC	MEC
Setembro/2017	R\$ 6.218.016,00	R\$ 3.000.000,00
Outubro/2017	R\$ 2.000.000,00	R\$ 0,00
Novembro/2017	R\$ 2.000.000,00	R\$ 0,00
Dezembro/2017	R\$ 2.000.000,00	R\$ 0,00
Totais	R\$ 12.218.016,00	R\$ 3.000.000,00

De acordo com a Resolução CFC 1.409/2012, que aprova a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, as receitas e as despesas devem ser reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência, e as doações e subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

O CGEE aplica a Resolução CFC 1.409/2012 (ITG 2002 e suas alterações) nos seus registros contábeis e a observância da NBC TG 07, fica extremamente prejudicada em razão do atraso no repasse financeiro dos Termos Aditivos ao Contrato de Gestão que refletem o orçamento e o plano de ação anual. Esse fato, exige que o CGEE faça o reconhecimento da despesa sem a devida confrontação da receita, conforme determina a norma, em razão de ainda não ter recebido efetivamente o recurso para execução de suas ações no exercício em curso, sendo forçado a utilizar o saldo de superávit de exercícios anteriores e ainda parte da reserva técnica para honrar os compromissos assumidos.

De acordo com a norma o recurso público ao ser recebido é registrado em conta passiva e posteriormente é confrontado com a realização de despesas incorridas e o efetivo registro da Receita. Note-se que de acordo com parágrafo anterior esse procedimento se torna inviável.

Recomenda-se que a assinatura dos Termos Aditivos e o efetivo repasse de recursos sejam realizados no início do ano para que possa ser aplicada os procedimentos previstos na NBC TG 07.

3. GASTOS COM A EXECUÇÃO DE PROJETOS DO CONTRATO DE GESTÃO

O CGEE, na execução dos objetivos vinculados ao contrato de gestão, incorreu, durante o exercício de 2017, nas despesas apresentadas a seguir, comparativamente ao exercício de 2016:

Natureza dos Gastos / Despesas	Em R\$ mil	
	2017	2016
Despesas Gerais e Administrativas	1.831	1.667
Despesas com Pessoal e Encargos	11.053	14.102
Serviços de Terceiros	1.920	1.569
Alugueis e Arrendamentos	2.219	2.764
Impostos e Taxas	190	65
Diárias	303	308
Passagens	453	350
Promoções e Eventos	14	4
Outras Despesas Operacionais	27	45
Depreciações e Amortizações	373	648
Total Geral	18.382	21.521

Durante a realização dos nossos trabalhos realizamos o exame, por amostragem, dos gastos incorridos pelo CGEE para a execução dos projetos, em atendimento ao plano de metas do exercício de 2017, e não identificamos ocorrências relevantes que pudessem comprometer a fidedignidade dos valores apresentados, bem como a adequação das despesas incorridas no exercício. As recomendações para o aprimoramento das ocorrências identificadas nos nossos trabalhos estão descritas no nosso relatório de recomendações de melhorias dos controles internos da Entidade referente a data-base de 31 de dezembro de 2017.

De acordo com a Cláusula Sétima do Contrato de Gestão, o CGEE poderá gastar até 60% dos recursos financeiros com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes, empregados e servidores públicos cedidos. No exercício de 2017, as despesas com pessoal e encargos não ultrapassou esse limite, pois os recursos do décimo primeiro Termo Aditivo referente ao exercício de 2016 entraram em caixa somente em no início do ano de 2017, conforme demonstrativo a seguir relacionado:

	Em R\$ mil
Descrição	2017
Pessoal e Encargos	11.053
Recursos recebidos em 2017 ref. ao Contrato de Gestão	26.813
	41%

Ao considerar a previsão de recebimento dos recursos estabelecidas no décimo terceiro Termo Aditivo no exercício de 2017 o CGEE apresenta gastos com pessoal e encargos superior ao limite de 60%, conforme demonstrativo abaixo:

	Em R\$ mil
Descrição	2017
Pessoal e Encargos	11.053
Décimo Primeiro Termo ao Contrato de Gestão	15.218
	73%

A seguir apresentamos o quadro comparativo das despesas orçadas e incorridas no exercício de 2017, analiticamente por linha de ação do CGEE (em R\$ mil):

	Em R\$ mil		
Linha de ação	Valor Orçado	Valor Realizado	Divergência
Estudos, análises e avaliações	1.263	306	957
Articulação	3.805	1.122	2.683
Apoio técnico à gestão estratégica do SNCT&I	549	188	360
Disseminação de Informação em CT&I	242	180	62
Desenvolvimento institucional	12.561	16.819	(4.257)
Total	18.419	18.615	(195)

4. EVOLUÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Durante o exercício de 2017, o ativo imobilizado e intangível do CGEE apresentou a seguinte evolução nos saldos das contas patrimoniais (em R\$ mil).

Imobilizado	2016	Movimentação	2017
Equipamentos de Informática	1.941.596	(9.555)	1.932.041
Instalações	563.602	-	563.602
Máquinas e Equipamentos de Escritório	66.575	-	66.575
Móveis e Utensílios	653.190	2.033	653.190
Equipamento de Audiovisual	354.400	-	356.433
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	318.812	-	318.812
(-) Depreciações Acumuladas	(2.967.573)	(316.481)	(3.284.054)
Subtotal Imobilizado	930.603	(324.002)	606.601

Intangível	2016	Movimentação	2017
Software	1.430.652	-	1.430.652
(-) Amortizações Acumuladas	(1.372.453)	(40.773)	(1.413.226)
Subtotal Intangível	58.199	(40.773)	17.426

Realizamos o exame, por amostragem, das adições e baixas do ativo imobilizado e intangível e não identificamos fatos ou ocorrências relevantes que pudessem comprometer a fidedignidade dos valores apresentados.

Cabe salientar que as adições de bens do ativo imobilizado e intangível realizadas no exercício de 2017 foram custeadas integralmente com recursos do Contrato de Gestão. Os bens adquiridos são utilizados pelo CGEE e permitem à entidade obter benefícios econômicos futuros na execução de suas atividades e projetos.

5. ADERÊNCIA À PORTARIA DO MCTI Nº 967/11 E ALTERAÇÕES.

De acordo com o contrato de prestação de serviços especializados de auditoria nº 140/2017, assinado em 07 de agosto de 2017, era previsto na sua cláusula segunda, atividades a serem desempenhadas pela Auditoria referente a portaria do MCTI nº 967/11 e alterações dispostas na portaria do MCTI nº 1123/15.

Tentamos certificar se o CGEE cumpre o que está disposto na portaria MCTI nº 967/11 especificamente o contido na seção IV - da Fiscalização - observando o explicitado nos artigos 32, 33, bem como os itens de fiscalização evidenciados no § 1º do artigo 34 da portaria MCTI nº 1.123/15.

Não identificamos em nossas análises nenhuma irregularidade no que tange ao cumprimento do que está disposto nas portarias MCTI nºs 967/11 e 1.123/15.

6. CONCLUSÃO

O CGEE é responsável pelo ambiente de controles internos que ele determinou como necessários para permitir a elaboração de relatórios gerenciais e suas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Com base nos nossos trabalhos realizados, na extensão julgada necessária, concluímos que as contas do Contrato de Gestão, no período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, compreendendo os repasses financeiros e os gastos incorridos na execução do referido contrato, representam a posição financeira e patrimonial em 31 de dezembro de 2017. Todavia, destacamos as divergências relevantes entre os valores orçados e os valores realizados para o respectivo período, principalmente os valores referentes aos gastos com pessoal e encargos. Não chegou ao nosso conhecimento qualquer outro assunto, além daqueles mencionados no presente relatório.

.....

2.8. Parecer do Conselho Fiscal



cggee

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
Ciência, Tecnologia e Inovação

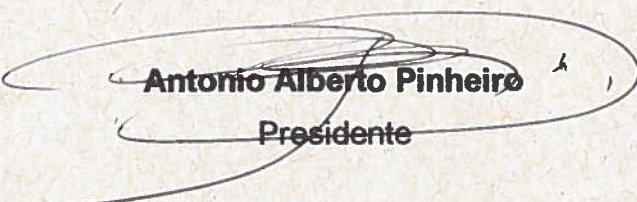
Onde o futuro está presente

Parecer do Conselho Fiscal

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2018, na sede do CGEE, foi realizada a quinquagésima reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

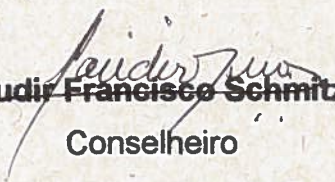
Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, 22 de fevereiro de 2018.



Antonio Alberto Pinheiro

Presidente



Laudir Francisco Schmitz

Conselheiro



Avelino José de Magalhães

Conselheiro

3. Cumprimento das recomendações da CA

As respostas às recomendações da Comissão de Avaliação em seu Relatório Anual, produzido no período de 25 a 27 de abril de 2017, compreendendo a avaliação de desempenho relativa ao ano de 2016, encontram-se no Relatório Parcial 2017 do Contrato de Gestão enviado à Diretoria de Gestão das Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - DPO, em 16 de agosto de 2017.

